



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2013

**Sandra Patrícia Alves
Lopes Ferreira**

**O ensino primário na I República, em Viseu
Discursos e práticas**



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2013

**Sandra Patrícia Alves
Lopes Ferreira**

**O ensino primário na I República, em Viseu
Discursos e práticas**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização em Avaliação, realizada sob a orientação científica do Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

O júri

Presidente

Prof.^a Doutora Maria Teresa Bixirão Neto

Professora Auxiliar do Departamento de Educação, da Universidade de Aveiro

Arguente

Prof.^a Doutora Alda Maria Martins Mourão

Professora Coordenadora do Instituto Politécnico de Leiria

Orientador

Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues

Professor Auxiliar do Departamento de Educação, da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, quero expressar o meu profundo e sincero reconhecimento pelas suas qualidades humanas e pela forma desprendida e honesta com que se entrega à profissão – um verdadeiro “Mestre”. Agradeço a sua completa disponibilidade, as suas sugestões, a confiança que depositou em mim, o seu bom humor, tão importante quando tudo parece desmoronar. Quero acrescentar que foi um privilégio aprender com alguém tão exigente e metódico, sendo verdadeiramente inspiradora a sua capacidade de trabalho.

À Biblioteca Municipal de Viseu, na pessoa da sua diretora, Dr.^a Teresa Almeida, pela simpatia e apoio, bem como a todos os seus funcionários pela enorme receptividade com que aceitaram disponibilizar todos os documentos solicitados.

Às funcionárias do Arquivo Municipal de Viseu, pela disponibilidade e atenção.

Ao Professor Doutor Jorge Adolfo Marques, docente na Escola Superior de Educação de Viseu do Instituto Superior Politécnico, Departamento de Ciências Sociais, pelas indicações, informações e sugestões que gentilmente fez para a realização deste estudo.

À Dr.^a Teresa Vieira, Coordenadora da Coleção Arqueológica do Dr. José Coelho, patente na Casa do Miradouro, pelos contactos estabelecidos na Câmara no sentido de encontrar documentação avulsa.

Ao Dr. Luís Fernandes, docente na Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional das Beiras – Viseu) pelas dicas preciosas ao nível da imprensa local.

Ao Colégio da Via Sacra, na pessoa do seu Diretor Dr. Paulo Machado que deu permissão à equipa de constituição de horários para que desbloqueassem a tarde de sexta-feira para as pesquisas e reuniões com o orientador.

Ao ilustre colega Carlos Soares que se disponibilizou sempre a ajudar-me, encontrando sempre uma palavra de alento e mostrando genuína preocupação sobre o desenrolar do trabalho.

À colega Manuela Gonçalves agradeço a sua generosidade e companheirismo por ter colaborado com inúmeros afazeres profissionais, de modo a que a fase final deste trabalho fosse entregue atempadamente.

Ao meu pai e ao meu marido pelo apoio na leitura dos periódicos, pela enorme compreensão para com as ausências que um trabalho deste género impõe.

À minha mãe, que esteve sempre ao meu lado, apoiando-me incondicionalmente. Aos meus sogros, Maria do Carmo e José Loureiro, um agradecimento muito especial por me terem facilitado a minha vida quotidiana.

À minha filha, que se viu privada do colinho da mãe tantas vezes.

À minha irmã e à Ana Cristina que assistiram de perto à forma empenhada com que vivi este último ano, difícil, mas recompensador, e que sempre me apoiaram.

Palavras-chave

Ensino Primário, Inspeção Escolar, Políticas educativas, Professores, Viseu

Resumo

Dado não existir um qualquer estudo sobre o Ensino Primário em Viseu, durante a I República, este trabalho constitui a primeira abordagem ao tema, neste concelho, procurando fazer, antes de mais, um inventário de referências sobre a educação nesse período histórico, tanto nos documentos de arquivo, como na imprensa local, manifestando um interesse especial pelos aspectos relacionados com a administração escolar, nomeadamente com a Inspeção Escolar, mas também as políticas municipais, no domínio da Educação, procurando reunir toda a informação sobre os professores, os alunos e a atitude da opinião escrita face ao ensino primário numa cidade do interior como Viseu, longe de Lisboa e Porto, nesses tumultuosos anos da I República.

Num estudo recente, Jorge Ramos do Ó afirma: “Focalizados sobretudo no sistema da Nação, temos trabalhado bem menos, quer ao nível local e regional, quer na comparação com as realidades extra-muros”. Foi com esta crítica aos estudos em História da Educação que construímos o objeto desta dissertação. Tal objeção é bem mais pertinente no domínio dos estudos sobre administração e regulação educativa. Se a importante obra de A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, sobre a Inspeção do Ensino em Portugal, nos dá uma rica visão global do fenómeno, falta-nos o olhar porventura segmentado da realidade local ou regional, que nos permitirá perceber de que modo o país entendia (ou resistia) à filosofia política da administração central, neste caso concreto, durante a I República.

Foi possível ver que, depois do entusiasmo dos primeiros anos após a instauração da I República, as políticas educativas vacilaram perante os obstáculos de natureza financeira, económica, burocrática e político-partidária, o que fez com que a aclamada municipalização educativa fosse mais retórica do que verdadeira. De resto, a ação dos inspetores favoreceu o centralismo lisboeta, o que ocasionou, por diversas vezes, conflitos com as direções do município viseense. Num balanço final, podemos dizer que, também, em Viseu, os progressos verificados no domínio da educação foram manifestamente insuficientes, como o provam o reduzido número de escolas construídas durante os anos estudados.

Keywords

Primary Education, School Inspection, Educational Policies, Teachers, Viseu

Abstract

Because so far there is any study on Primary Education in Viseu, during the First Republic, this work is the first approach to the subject, in this region. We have tried to do, first of all, an inventory of references on education in this historical period, both in archival documents, as in the local press, showing a special interest in issues related to school administration, particularly with the school inspection, but also the in municipal policy in the field of education, looking to gather all the information about teachers, students and attitude of the written opinion in relation to primary education in the inner city as Viseu, far from Lisbon and Porto, in those tumultuous years of the First Republic.

In a recent study, Jorge Ramos do Ó says: "Focused especially on the system of the nation, we have worked less well, both at local and regional level, both in comparison to the realities outside the walls." It was from this critique of studies in History of Education we build the object of this dissertation. This objection is more relevant in the field of research on educational administration and regulation. If the important work of A. Henriques Carneiro and Seraphim Amaro Afonso, on the Inspection of Education in Portugal, gives us a rich overview of the phenomena, we lack the look of reality perhaps segmented local or regional, which will allow us to understand how people understand (or resisted) to the political philosophy of central government, in this case, during the First Republic.

It was possible to see that, after the excitement of the early years after the establishment of the First Republic, the educational policies faltered at the obstacles financial, economic, bureaucratic and politically, which led to the acclaimed educational decentralization was more rhetorical than real. Moreover, the action of inspectors favored centralism of Lisbon, which led, at various times, conflict with the directions of the municipality Viseense. On balance, we can say that, too, in Viseu, progress in education were manifestly inadequate, as evidenced reduced the number of schools company also built during the years studied.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1. POLÍTICA EDUCATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU.....	23
1.1. As vereações da Câmara Municipal de Viseu e a Educação	24
1.2. As medidas enunciadas e medidas tomadas.....	29
1.3. Críticas das oposições.....	34
CAPÍTULO 2. AS ESCOLAS DE VISEU.....	37
2.1. Escolas existentes nos primórdios da I República	40
Mapa 1. Freguesias do concelho de Viseu na atualidade	42
Quadro 1. Relação entre o número habitantes e as escolas, em 1904	43
2.2. Predomínio de escolas arrendadas	44
Quadro 2. Escolas arrendadas, 1912-1918	46
2.3. As (poucas) escolas criadas	46
2.3.1. Escolas primárias.....	47
Quadro 3. Escolas primárias construídas entre 1915 e 1919	49
2.3.2. Escolas móveis.....	50
2.4. Escolas reparadas	52
2.5. Escolas encerradas	54
Quadro 4. Pedidos de beneficiações das escolas, 1914-1918	55
2.6. Escolas noturnas.....	59
2.7. Escola normal	59
2.8. Escolas particulares	61
2.9. Escola Primária Superior	63
CAPÍTULO 3. OS PROFESSORES, ENTRE UM PAPEL CENTRAL E O ESQUECIMENTO.....	65
3.1. Estatuto socioprofissional dos professores do ensino primário de Viseu	67
3.2. Características socioprofissionais do professorado primário	74
3.2.1. Licenças solicitadas pelos professores	75
3.2.2. Permutas entre professores.....	77
3.2.3. Subsídios de renda	79
3.2.4. Nomeações.....	82
3.2.5. Professores zelosos e dedicados.....	84
3.2.6. Professores pouco zelosos	85
3.2.7. Reclamações.....	89
3.2.8. Processos disciplinares.....	90
CAPÍTULO 4. A INSPEÇÃO: ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES DOS INSPETORES	93
4.1. O funcionamento da Inspeção	97
Mapa 2. Circunscrições Escolas, 1911	99
4.2. Funções dos Inspetores.....	99
4.3. O Círculo Escolar de Viseu	101

CAPÍTULO 5. OS ALUNOS E A S SUAS APRENDIZAGENS	115
5.1. Consideração social da escola	117
5.2. A procura de escolarização	120
CONCLUSÃO	115
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	131
1. Fontes manuscritas	131
1.1. Arquivo Distrital de Viseu.....	131
1.2. Arquivo Municipal de Viseu	132
2. Fontes impressas.....	132
2.1. Documentos da Administração Central	132
2.2. Imprensa local	132
2.3. Dicionários e enciclopédias	132
2.4. Legislação	132
2.5. Bibliografia sobre Educação e República	132
2.6. Bibliografia sobre Viseu.....	134
APÊNDICES	135
Apêndice 1. Vereações da Câmara Municipal de Viseu, 1910-1911.....	136
Apêndice 2. Professores referidos nos documentos.....	137
Apêndice 3. Relação dos inspetores por círculos escolares.....	145
Apêndice 4. Professores referidos no âmbito da Lei de Encarte (art.º 62).....	146
Apêndice 5. Inspetores referidos nos documentos	148
Apêndice 6. Serventes referidos nos documentos	151
Apêndice 7. Escolas existentes em 1904 e entre 1910 e 1919	153

INTRODUÇÃO

Quisemos com esta dissertação estudar a inspeção do Ensino Primário em Viseu, durante a I República. Todavia, dado não existir um qualquer estudo sobre este tema, nesta cidade, fomos obrigada a alargar o âmbito do nosso objeto de estudo, procurando reunir elementos que nos permitissem perceber a natureza e o modo de funcionamento da inspeção, num município predominantemente rural, como Viseu, longe de Lisboa e Porto, nesses tumultuosos anos da I República. De facto, a nossa principal preocupação consistiu em procurar perceber o que foi, como atuou e para que serviu a inspeção do ensino primário no período em apreço. Em boa medida, podemos dizer que foi neste domínio que mais insistimos, pois a sua análise permite-nos, como salientou A. Henriques Carneiro, “elucidar sobre a qualidade e nível do ensino praticado”, especialmente num “período inovador, extremamente agitado e até inconsistente nas políticas da educação”¹.

Ao longo deste estudo, procurámos compreender a realidade educativa viseense e a forma como a mesma traduz, ou não, os discursos do republicanismo, isto é, de que modo as práticas (e os discursos) dos republicanos viseenses correspondiam aos discursos oficiais da “República Velha”, no domínio da “Instrução”. Para tanto, inventariámos o número de escolas, as suas características – edifícios arrendados, “remendados” ou construídos – e, neste último caso, o número de escolas edificadas de raiz. Mas não ficámos pelos edifícios. Esforçámo-nos por inventariar os nomes dos protagonistas desta história (ou destas histórias), procurando saber quem foram, no terreno, os agentes que implementaram as mudanças, como o fizeram, ou que, pelo contrário, as impediram – vereadores da câmara, inspetores, professores. E os alunos? Procurámos igualmente saber o que, tanto os documentos de arquivo como as páginas amareladas dos jornais, dizem dos alunos, das suas famílias e da consideração em que tinham a escola e o ensino? Que espaço ocupavam os alunos nesta memória histórica? Como veremos, abundam as referências aos filhos das elites locais, aos filhos de correligionários políticos da imprensa local, todavia os alunos são, enquanto alunos, “invisíveis” nas fontes estudadas. As fontes consultadas não nos dizem muito sobre

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 13.

as suas aprendizagens e mesmo sobre a evolução das taxas de alfabetização, no período em apreço, não são precisos e atentos.

Depois do inventário das escolas, demos uma especial atenção ao papel dos professores, os “apóstolos da instrução em Portugal”¹, à sua formação, ao seu reconhecimento social, às suas condições de vida, pois eles eram uma parte interessada dos mecanismos da inspeção.

Sou professora de História num colégio particular, em Viseu, com contrato de associação, há já treze anos. Como é do conhecimento geral, pelo Decreto-lei n.º 138-C/2010, de 28 de dezembro², as instituições de ensino com as características particulares daquela em que exerço a minha profissão sofreram uma espécie de perseguição. As verbas que tinham sido contratualizadas para o início do ano letivo levaram um corte substancial, tendo ficado em risco alguns vencimentos e por conseguinte postos de trabalho. Perante este panorama de grande insegurança, decidi fazer um mestrado que me permitisse escapar espiritualmente às pressões do dia a dia e me desse a possibilidade de me realizar como educadora e como pessoa.

Cheguei a este mestrado com vontade de estudar a I República, em Viseu, cidade onde vivo. Queria perceber de que modo esta cidade viveu durante esse período histórico que ainda hoje divide a opinião pública e os historiadores. O tema da inspeção constituiu o motor do estudo que há muito desejava fazer sobre a I República. Penso que o estudo da história da inspeção, como diz um dos seus historiadores, “para além do gosto simples e gratuito de conhecer e compreender, alimenta a memória, relativiza os absolutos do presente, sustenta as instituições ou as profissões”³.

Não devemos ver a I República como um todo homogéneo. A. H. Oliveira Marques evoca a “grande variedade da história do primeiro terço do século XX” para defender “diversas possibilidades de periodização”⁴. A mais frequente, com base num critério de natureza política, “autonomiza a I República, situando-a entre as datas de 5 de outubro de 1910 e 28 de maio de 1926”. Mas A. H. Oliveira Marques defende que a I República esteve longe de ser homogénea, subdividindo-se, por sua vez, em dois períodos de democracia parlamentar (1910-1917; 1919-1926), separados por um terceiro de autocracia, que de democrático só tinha o nome (1917-1919).

¹ [António Figueirinhas], “Notas de um Libertino. O professor primário”, *A Voz da Oficina*, n.º 1020, 16 de agosto de 1916, p. 2, c. 3-4.

² Regulamentado pela Portaria n.º 1324-A/2010, de 29 de dezembro.

³ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal* [...], 2008, p. 7.

⁴ A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. XI, 1991, p. 9.

Assim, atendendo à natureza deste trabalho, optámos por estudar apenas o período que medeia entre 1910 e 1919, *grosso modo*, o tempo da “República Velha” e do sidonismo, por critérios de natureza educacional, ainda que a opção tenha sido imposta pelo grande volume de documentos reunidos e pelo pouco tempo disponível para a análise do seu conteúdo, sistematização e tratamento, impossibilitando, assim, o estudo de todo o período da I República. Como salienta A. H. de Oliveira Marques, a Reforma de 1911 (Decreto n.º 9223, de 29 de março) persistiu até à reorganização da instrução primária de 1919 (Decreto n.º 5787-A, de 10 de maio), embora alterada em alguns pormenores e regulamentada por sucessivos diplomas¹.

Mas se é difícil entender a I República como um todo homogéneo temporalmente, mais difícil parece percebê-la como um todo uniforme espacialmente. De resto, alguns historiadores têm verificado os limites dos estudos sobre a história da educação de figurino nacional. “Focalizados sobretudo no sistema da Nação – salienta Jorge Ramos do Ó –, temos trabalhado bem menos, quer ao nível local e regional, quer na comparação com as realidades extramuros”². Isto é, importa desenvolver estudos de história local e regional e estudos de história comparada.

De facto, ainda sabemos pouco sobre a ação concreta dos republicanos no domínio da educação. Desconhecemos a sua ação, concelho a concelho, como não sabemos, de facto, o número de escolas construídas, as posições dos republicanos da “província” sobre a “questão da instrução”, e não conhecemos o que se relaciona com a administração escolar, com a avaliação, a formação dos professores, a origem social dos alunos que frequentam este subsistema de ensino, o número, identidade e formação dos professores, e as suas ligações ao poder político. A historiografia sobre educação, neste período, ainda se baseia muito na legislação e outras fontes escritas produzidas pela administração central e não no estudo das realidades históricas locais.

É de salientar a quase ausência de estudos sobre as realizações dos 21 governos republicanos e 12 titulares do Ministério da Instrução Pública, entre 1910 e 1919, no tocante à educação, em resultado da escassez de estudos locais sobre o tema.

Antes de mais, importa salientar que os resultados deste estudo apenas respondem pelo que aconteceu no período estudado. Falta, pois, a análise dos anos restantes para podermos fazer um balanço das transformações registadas, no domínio da educação, no concelho de Viseu, nesse período histórico. Acresce, ainda, que o escasso tempo para a realização deste estudo não possibilitou a leitura e análise de toda a imprensa – teria de ler

¹ A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. XI, 1991, p. 519.

² Jorge Ramos do Ó, “Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal [...]”, 2007, p. 55.

mais de 20 000 páginas de texto! –, bem como o resto da documentação municipal e os documentos de arquivo do Ministério da Educação. Portanto, este estudo possui conclusões ainda muito frágeis, não permitindo, em muitos aspetos, mais do que um texto descritivo e muito lacunar.

É deste modo que podemos dizer que este estudo constitui um contributo original em muitos dos aspetos referidos, pois sabemos, agora, o número de escolas existentes antes da instauração da I República, o número de escolas reparadas e construídas, durante o período estudado, a atitude das direções do município de Viseu, a identificação sumária dos professores, as funções dos inspetores e a forma como se moviam na realidade viseense, os escassos alunos referidos pela documentação.

Importa salientar, também, que, ao procedermos ao inventário dos nomes dos professores e inspetores referidos nos documentos, contribuímos, igualmente, para um melhor conhecimento das elites locais, fazendo com que a História da Educação se torne um esteio decisivo da História Local.

Esta pesquisa em história da educação lançou mão de um grande volume de documentos inéditos coligidos no Arquivo Distrital e Municipal de Viseu, havendo necessidade de, tal como refere Jorge Ramos do Ó,

“estabelecer uma tipologia para caracterizar a diversidade de textos escritos que [foram] utilizados na pesquisa e de submeter as fontes a um exame judicioso, quer dizer, a uma crítica externa e interna”, pois, trabalhando “com dados credíveis, que retratem com precisão a realidade, é um requisito indispensável em qualquer investigação científica, mas de difícil cumprimento nos estudos históricos, onde o investigador não produz os seus próprios dados e inclusivamente desconhece as condições de produção, aspeto que lhe confere um carácter de relatividade”¹.

Cruzámos documentos, atas da Câmara, documentos do Arquivo Municipal e dois jornais publicados nestes anos, no sentido de conseguirmos uma visão mais consistente.

A leitura das atas da Câmara Municipal e das Comissões Executivas da Câmara permitiu a realização de 810 fichas de informação diversa sobre a educação no período em apreço; de forma semelhante, a leitura da imprensa local, nomeadamente *O Comércio de Viseu* e *A Voz da Oficina* – permitiu isolar um conjunto de 350 recortes, o que perfaz um total de 1160 documentos reunidos sobre a História da Educação, em Viseu, durante a I República, entre 1910 e 1919.

¹ Jorge Ramos do Ó, “Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal [...]”, 2007, p. 52.

Não foi possível encontrar alguns documentos que poderiam ter lançado outra luz sobre as realidades em estudo. O livro de atas das sessões da Câmara Municipal de Viseu, de 1 de Junho de 1911 a 10 de Outubro de 1912, não se encontra no Arquivo Municipal, pelo que não nos foi possível, por exemplo, confirmar o que foi dito na sessão da Comissão Municipal de 2 de Janeiro de 1913, que remetia para o que tinha ficado deliberado na sessão de 12 de Outubro de 1911. Esta deliberação volta a ser mencionada em 6 de Março de 1913, quando o Inspetor Escolar pretende saber se a Câmara toma a responsabilidade de “habitação”, ou da renda para a professora da escola de Lourosa, para a qual vai ser criada um segundo lugar de ajudante. A Câmara resolve manter as suas deliberações de 12 de Outubro de 1911.

Procurámos igualmente informação no Arquivo Distrital. Por razões que desconhecemos, não encontrámos nada para o tema em apreço.

Atendendo à natureza do objeto de estudo, adotámos uma metodologia de análise predominantemente qualitativa aplicada aos seguintes documentos:

- Arquivo Municipal de Viseu: atas da Câmara Municipal e Comissões Executivas, recolhendo todas as referências ao mundo da educação;
- Imprensa Local: leitura dos periódicos, *O Comercio de Viseu*, periódico bissemanal, muito lido na cidade. Este começa a ser publicado em 4 de junho de 1886 e em 1981 ainda era publicado, como refere A. H. de Oliveira Marques¹. Em outubro de 1910, o diretor deste jornal era José Júlio Cesar, que desempenhou relevantes funções na cidade: foi Comissário da Instrução Primária do distrito de Viseu (1900); Reitor do Liceu de Viseu (1905); Vice-Provedor da Misericórdia de Viseu (1902); no mesmo ano foi vereador da Câmara Municipal. Dirigiu *O Comércio de Viseu* durante o período conturbado, entre Outubro de 1910 a Agosto de 1914; foi Presidente das Comissões de Beneficência Escolar de Viseu e Presidente da Câmara Municipal de Viseu (1918)². A partir de Abril de 1915, *O Comércio de Viseu* torna-se num semanário monárquico, sendo dirigido pelo principal testa de ferro da monarquia viseense, o Visconde do Banho.
- Outro periódico consultado foi o semanário *A Voz da Oficina*, o primeiro número publicou-se em 10 de junho de 1898 e conseguiu sobreviver até 24 de abril de 1921. Era um semanário socialista, ligado ao operariado viseense, fundado pelo tipógrafo Alberto Sampaio. Apoiante da causa republicana, acolheu nas suas páginas textos de destacadas figuras republicanas, na ausência temporária de outros órgãos da imprensa ligada ao ideário republicano. Efetivamente, dos diversos órgãos da imprensa afeta às ideias republicanas, parte substancial teve vida efémera e não há nenhum cuja publicação cubra todo o período cronológico abordado pelo presente trabalho. Pode suscitar alguma estranheza a escolha de um jornal socialista para apreender a realidade envolvente, durante o período republicano,

¹ Cf. Paulo Bruno Alves, *A Folha. Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*, 2008, p. 128.

² Cf. António Rafael Amaro e Jorge Adolfo Marques, *Viseu. Roteiros Republicanos*, 2010, p. 111.

mas como já ficou referido este periódico simpatizava com a causa republicana, mas não deixava por isso de ser menos crítico.

- Arquivo Distrital de Viseu: onde também se pesquisaram um vasto conjunto de fontes.

Como se pode ver, esta dissertação compreende cinco capítulos desiguais, resultantes dos objetivos do nosso estudo e das perguntas de partida.

Assim, no primeiro capítulo, procurámos inventariar as referências existentes na documentação municipal à instrução, à educação e aos seus diversos agentes, tentando caracterizar as políticas, tanto nos seus discursos, como nas práticas, do município de Viseu nesta matéria.

No segundo capítulo, demos a maior atenção aos aspetos relacionados com o parque escolar, nas suas mais variadas dimensões, procurando saber o número de escolas construídas, durante o período histórico estudado, o número de escolas reparadas, arrendadas, encerradas e outras.

No terceiro capítulo, atentámos à situação dos professores, nos diversos domínios socioprofissionais. Este capítulo deve ser igualmente lido a par dos apêndices, que constituem listas de nomes referidos nos documentos municipais e na imprensa local. Estimamos que seja um trabalho prestimoso para os que vierem a estudar os professores do ensino primário de Viseu, durante a I República e nos primeiros anos do Estado Novo.

No capítulo quarto, procurámos perceber extensamente o funcionamento da inspeção, muito embora o número e a natureza das referências não nos permita ter, para já, uma visão mais próxima do que se terá passado nesses tempos.

Por fim, no último capítulo, procurámos reunir a escassa informação sobre os alunos, as suas aprendizagens e as suas famílias. Como dissemos, é ainda mais escassa a informação reunida. Teremos de continuar a pesquisa noutras fontes, pois a documentação municipal, como a imprensa deste período não são boas fontes para o estudo da infância e da juventude.

CAPÍTULO 1. POLÍTICA EDUCATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

As relações entre o espaço local e o espaço nacional no campo educativo marcaram desde sempre a história da educação¹.

As questões relacionadas com o princípio da descentralização não foram novidade da I República, elas estavam já no debate político e ideológico desde meados de oitocentos. Alguns autores, como Félix Henriques Nogueira (cf. *Estudos sobre a reforma em Portugal*, 1851)², defendiam que a instrução deveria ser ministrada em escolas municipais, e que a base para a divisão do território se encontrava no município, sendo este a “unidade fundamental do Estado, o elo de ligação entre o governo local e central”³. Por essa razão, Teófilo Braga, em 1893, considerava que “o município era a base de independência local [...] e que deveria ser desenvolvido como o núcleo da vida para educar os povos a resistirem contra a absorção centrista”.

De acordo com a opinião de Alberto de Jesus Almeida, apesar da boa vontade manifestada pelo desenvolvimento e pelo interesse na Instrução, que percorre todos os setores da vida política e da cultura do século XIX, os meios que a administração pública tinha ao seu dispor, em relação ao défice de equipamentos públicos que o país sentia, eram exíguos. Assim, o Estado e as autarquias eram incapazes de responder às exigências e solicitações.

Segundo António Nóvoa, a problemática educacional está no centro do pensamento e da prática dos dirigentes republicanos, antes e depois do 5 de outubro de 1910. Segundo ele, a causa principal da decadência de Portugal foi a política obscurantista da Monarquia, a ação dos jesuítas na educação das crianças e da juventude; o impulso regenerador do país

¹ Alberto de Jesus Almeida, *O papel dos municípios na Educação em Portugal*, 2004, p. 1, disponível em: http://www.rieoei.org/did_mat24.htm.

² J. F. F. Nogueira, *Estudos sobre a reforma em Portugal*, Lisboa, Typ. Social, 1851. Disponível em [www: <http://purl.pt/6742/1/sc-14522-p/sc-14522-p_item1/P1.html>](http://purl.pt/6742/1/sc-14522-p/sc-14522-p_item1/P1.html).

³ Áurea Adão, *O Homem vale, sobretudo pela educação que possui [...]*, 2012, p. 31.

será a consequência de uma transformação radical do sistema escola, de “uma luta sem tréguas contra o analfabetismo e da formação de um homem novo”¹.

Assim, na I República, a educação “torna-se o motor do progresso do país”². De facto, um dos pedagogos da I República, para além de João de Barros, António Sérgio (1883-1969), como continuador do municipalismo de Alexandre Herculano, tinha uma visão muito particular, propondo o município como modelo de referência para a organização da escola. Mas “o papel dos municípios na educação nunca foi pacífico”³, como bem mostra A. H. de Oliveira Marques:

“A experiência descentralizadora, posta em prática em 1913, não resultou, a não ser em alguns municípios mais ricos e culturalmente evoluídos. Muitos professores, aliás, aceitando-a em teoria, recusavam-na dentro das realidades portuguesas da época. Na generalidade, as câmaras municipais defendiam mal os interesses do ensino, atrasavam-se no pagamento dos ordenados, respeitavam pouco os docentes, etc.”⁴.

Em certa medida, foi isso que aconteceu em Viseu.

1.1. AS VERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E A EDUCAÇÃO

No caso viseense, parece ter havido consonância, nas palavras, entre os governos municipais e o Governo Central quanto à importância política da instrução. No entanto, no terreno, as práticas afastavam-se do discurso dominante.

Em 1911, a Câmara Municipal de Viseu cria um pelouro da Instrução Pública, de que era responsável o Dr. Elentério da Cunha Santa Ritta. Note-se que a criação deste pelouro é anterior à instituição do Ministério da Instrução Pública (comemora-se, durante este mês, o centenário da criação do Ministério da Educação)¹. Como se pode ver no Apêndice 1, este pelouro foi sendo ocupado por diversos titulares, um pouco ao sabor das contínuas mudanças de liderança política que marcaram este período histórico. Mas o que queremos evidenciar é o facto de, desde início, o republicanismo viseense não ter defraudado as expectativas, criando um pelouro apenas para tratar dos assuntos da instrução. Verificámos também que, em 1914 e 1915, foram criadas “comissões para tratar de assuntos de instrução”. Assim, podemos depreender que, em Viseu, os assuntos referentes à Instrução eram tidos em

¹ António Nóvoa, *Le temps des professeurs* [...], 1987, p. 531.

² Carlos Alberto Magalhães Mota, António Sérgio (1883-1969) [...], 2001, p. 152.

³ Alberto de Jesus Almeida, *O papel dos municípios na Educação em Portugal*, 2004, p. 4.

⁴ A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. XI, 1991, p. 529.

consideração, tendo as vereações interesse e sensibilidade em promover “uma pátria nova emancipada pela instrução”, como dizia Manuel de Arriaga, em 1912, no III Congresso Pedagógico².

No início, se os discursos eram belos, as práticas nem sempre eram as melhores. Ao longo de todo o período em estudo, os titulares do pelouro da instrução apenas fizeram 12 intervenções sobre educação e instrução em reuniões de câmara³. Essas intervenções põem a nu a natureza das concepções de educação que tinha a autarquia ao longo desses anos, como fornecem dados preciosos para a caracterização do universo educativo de Viseu.

Nas palavras, os responsáveis municipais manifestavam uma grande vontade política de alfabetizar a população. Os obstáculos acabavam, muitas vezes, por se sobrepor a esses desejos. Algumas passagens permitem-nos constatar essa afirmação. Em 1911, a Comissão Municipal Administrativa do Concelho de Viseu afirmava:

“animada do sincero desejo de concorrer, *quanto as suas forças o permitirem* [sublinhado nosso], para que a reforma do ensino primário produza todos os seus benéficos efeitos, e cõnsia das grandes responsabilidades que por a mesma reforma lhe são impostas, vem muito respeitosa e ponderar, a V. Excelência: 1.º que do empréstimo de 500 000\$000 réis que o Governo vai contrair para construções escolares se destine a quantia de 12 000\$000 réis para construção de duas escolas centrais nesta cidade, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. 2.º Que do empréstimo de 90 000\$000 réis que esta Câmara foi autorizada a contrair [...] esta Comissão seja autorizada a aplicar 5000\$000 réis à construção nesta cidade de um jardim infantil”⁴.

Não foi possível saber se este dinheiro terá chegado às mãos do município viseense, se o empréstimo contraído pela Câmara foi mesmo aplicado no desenvolvimento da instrução e se foram construídas estas escolas. Os documentos compulsados não nos permitem responder claramente a estas perguntas, até porque não existem estudos sobre as finanças municipais viseenses, deste período, que nos lograssem esclarecer estes e outros questionamentos. Não obstante, conseguimos juntar algumas peças do puzzle, observando o seguinte:

² O primeiro titular do MIP foi o Dr. António Joaquim de Sousa Júnior, no gabinete de Afonso Costa; ocupou o cargo, entre 7 de julho de 1913 e 9 de fevereiro de 1914 (Alberto Laplaine Guimarães et al, *Os presidentes e os governos da República no século XX*, 200, p. 105).

³ António Nóvoa, *Le temps des professeurs* [...], vol II, 1987, p. 531.

⁴ AMV, Actas da Câmara Municipal de Viseu, 26 de janeiro de 1911, liv. 40, fls. 172-173; AMV, Actas da Câmara Municipal de Viseu, 2 de fevereiro de 1911, liv. 40, fls. 175; AMV, Actas da Câmara Municipal de Viseu, 16 de março de 1911, liv. 41, fl. 197; AMV, Actas da Câmara Municipal de Viseu, 28 de outubro de 1914, liv. 40, fls. 40-41; AMV, Actas da Câmara Municipal de Viseu, 29 de janeiro de 1914, liv. 43, fl. 5; AMV, Actas da Câmara Municipal de Viseu, 30 de janeiro de 1914, liv. 43, fl. 15; idem; AMV, Actas da Câmara Municipal de Viseu, 7 de fevereiro de 1914, liv. 40, fl. 19; idem; AMV, Actas da Comissão Executiva, 18 de março de 1915, liv. inum, fls. 114-115; AMV, Actas da Comissão Executiva, 22 de abril de 1915, liv. inum, fls. 127-128.

⁵ AMV, Actas da Câmara Municipal, 6 de abril de 1911, liv. 40, fl. 209.

Em 1912, em reunião da Câmara Municipal, lia-se um ofício do Inspetor do círculo escolar de Viseu, em que o mesmo

“determinava que a escola do sexo masculino da freguesia ocidental e também a freguesia oriental fossem reunidas e convertidas em uma escola central, ficando assim a cidade *dotada com duas escolas centrais* [itálico nosso], *embora as que agora se pretende converter* [itálico nosso] continuem a funcionar sob o regime de escola central, nos dois edifícios atuais, enquanto se não consegue edifício próprio para a sua definitiva instalação”¹.

Apesar de todas estas diligências, a verdade é que o edifício próprio para a instalação das escolas centrais tardava em surgir. Esta informação indicia claramente também que existia já uma escola central na cidade, como veremos em seguida. Através de informações veiculadas na Comissão Executiva, em 1914, conseguimos apurar o seguinte sobre a existência de uma escola central na cidade:

“Mais propôs que fosse autorizado o pagamento da quantia de 26\$34, importância do custo e transporte de 54 estereoscópias, material adquirido por indicação do Sr. Inspetor Escolar para ser guardado *na escola central desta cidade* [itálico nosso], a fim de auxiliar o ensino prático aos alunos da mesma e poder facultar às demais escolas do Concelho para idêntico fim”².

Depreendemos que o documento citado se refira à escola central masculina pois em 31 de julho de 1913, a escola central feminina ainda não tinha sido criada, tal como é referido na ata da Câmara Municipal.

“A Comissão aprovou a deliberação desta Câmara, de 31 de Julho findo, relativa ao encargo que tomou sobre si pelo fornecimento da mobília necessária para uma sala e respetiva secretária para a escola do sexo feminino da freguesia oriental, desta cidade, que este corpo administrativo deliberou, fosse convertida em escola central, quando seja competentemente decretada a aludida conversão”³.

Relativamente ao processo de conversão da escola feminina, da freguesia oriental, em escola central ainda vamos encontrar nas atas da Câmara mais três referências a esta situação⁴. Em janeiro de 1914 é dito, em sessão ordinária, que “foi presente o processo de conversão em central da escola para o sexo feminino, da freguesia oriental, desta cidade de

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 17 de outubro de 1912, liv. 42, fl. 6.

² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de abril de 1914, liv. inum, fl. 66.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 31 de julho de 1913, liv. inum, fl. 211.

⁴ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 27 de novembro de 1913, liv. inum, fl. 211; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 30 de janeiro de 1914, liv. 43, fl. 16; AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 16 de dezembro de 1914, liv. inum, fls. 68-69.

Viseu”¹. Em dezembro do mesmo ano, o processo continuava parado, como podemos ver pelo ofício do Inspetor da 2.ª circunscrição escolar de Coimbra, lido na Comissão Executiva.

“a pedir que a Escola feminina da freguesia oriental, que tem 3 professoras e precisa de, pelo menos, mais uma, seja convertida em Central, beneficiando-se assim a instrução e dando andamento ao processo que existe na Câmara. A Comissão deliberou que estes dois ofícios fossem presentes à Câmara para deliberar o que tiver por conveniente”².

O que podemos afirmar com segurança é que quatro anos após, a promessa de dotar a cidade de duas escolas centrais, continuava tudo por fazer. Em janeiro de 1915 num relatório sobre administração do ano de 1914, apresentado pela Câmara, gabava-se o governo municipal, presidido por José Teles de Loureiro Cardoso, que, no domínio da instrução,

“projetou-se a construção de um edifício para todas as escolas primárias da cidade, ao lado direito da entrada da quinta do Fontelo, estando já a Câmara em combinação com a Comissão Central da execução da lei da Separação no Ministério da Justiça para a aquisição do terreno para ele, por parte do subsídio anual para edifícios escolares”³.

Por este relatório, compreendemos, cabalmente o porquê da referida conversão [da escola feminina da freguesia oriental] não ter sido ainda concretizada – a vereação presidida pelo Major Teles Cardoso escuda-se no artigo 7.º do decreto n.º 197 de 29 de outubro de 1913 para “não criar mais escolas nem lugares de professores para as já criadas, sem previamente incluir em orçamento verba para isso, e se responsabilizar pelo seu pagamento, o qual só poderá fazer-se pelas receitas gerais do município, visto a percentagem da receita para instrução primária estar já no máximo legal”⁴. Portanto a falta de verbas (ou de vontade política?) não permitiu a concretização da almejada escola central feminina.

No entanto, apesar da justificação apresentada pela Câmara, em 11 de janeiro de 1915, o inspetor do círculo escolar de Viseu insiste:

“Pedido para criar mais um 4.º lugar de professora na escola feminina da freguesia oriental desta cidade, ou para converter esta escola em central. A Câmara resolveu não atender aos pedidos pelos mesmos motivos constantes das atas de sessões anteriores quando foram presentes iguais e repetidos pedidos feitos

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 30 de janeiro de 1914, liv. 43, fl. 16.

² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 16 de dezembro de 1914, liv. inum, fls. 68-69.

³ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 2 de janeiro de 1915, liv. 43, fl. 153.

⁴ *Ibidem*.

pelo Inspetor do círculo escolar de Viseu no mesmo sentido”¹.

De facto, o problema mantinha-se, havia necessidade de escolas, de prover lugares de professores, mas esbarrava-se sempre em constrangimentos orçamentais. É notória esta situação, particularmente no ano de 1915, chegando mesmo ao ponto de se ponderar fechar escolas por não haver verbas para pagar as rendas das casas para as salas de aula. Foi o que verificámos na ata da Câmara, em junho de 1915.²

Verificamos essas dificuldades económicas, com pedidos da Câmara, ao Governo, de subsídios para a instrução, tal como podemos averiguar em conformidade com o aviso de 16 de outubro de 1915, do *Diário do Governo* n.º 243 da 2.ª série de 20 desse mesmo mês, a Câmara

“deliberou pedir ao Governo o subsídio de quatro mil escudos para *construção de edifícios escolares no concelho* [itálico nosso], sendo 2000\$00 para a aquisição de terrenos e princípio de construção dum edifício para as escolas desta cidade, mil escudos para o edifício das escolas de Lourosa e mil escudos para o edifício da escola mista de Repeses”³.

Nesse mesmo ano, o vereador Armando dos Reis defendia um procedimento expedito para a alienação de terrenos baldios a fim de neles se construírem edifícios escolares:

“Proponho que se peça ao Sr. Ministro da Instrução para se fazer votar na próxima sessão legislativa a precisa autorização para a Câmara poder alienar os terrenos baldios que entender disponíveis do logradouro comum dos povos, sendo *dispensada de cumprir as formalidades das leis de desamortização* [itálico nosso], para o seu produto entrar diretamente no cofre do Município, constituindo *receita especial destinada à construção de edifícios escolares nas povoações rurais do Concelho*”⁴.

Como noutros casos, após a referência a estas diligências, nada mais é dito sobre o decurso do processo, pelo que, no quadro da natureza e prazo de execução desta dissertação, ficamos sem saber se houve ou não dispensa do cumprimento das formalidades legais a que se referia o vereador, pois seria necessário ler as atas na totalidade.

Relativamente à questão da escola central feminina, conseguimos compilar uma última referência, que surge já em 1917, num artigo d’*O Comercio de Viseu* que parabenizava a “distinta professora [Sr.ª D. Hermínia Mendonça] da Escola Central do sexo feminino, pelas

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 11 de janeiro de 1915, liv. 43, fl. 166.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 11 de junho de 1915, liv. 43, fl. 228.

³ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 8 de novembro de 1915, liv. 44, fl. 6.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 22 de novembro de 1915, liv. 44, fl. 15.

honrosas classificações das suas alunas nos exames de 1.º e 2.º grau,”¹ pelo que confirmá-mos, já estava a funcionar. Terá sido criada pelas vereações de 1916?

Neste período, terá havido algum empenhamento na criação de escolas. Sobre esse assunto, reunimos três referências expressas². Foi o caso da deliberação da Câmara, de 30 de agosto de 1916, em que a mesma decide por unanimidade “confirmar a resolução por ela tomada na sessão de 3 de dezembro de 1915 de criar uma escola primária na povoação de Prime, freguesia de Fragosela”³. Para além desta, a Câmara reconhecendo a “necessidade da criação das referidas escolas”⁴ também pediu a criação das escolas primárias mistas, no lugar de Ribafeita, freguesia do mesmo nome e no de Pindelo, freguesia de Silgueiros e uma escola primária feminina, na povoação de Vila Chã de Sá e igualmente pediu a criação da escola mista em Pindelo.

A vereação de 1917, eleitas em 3 de janeiro de 1917, presididas pelo Dr. Celestino Henriques Correia Severino, deu continuidade a esta política de criação de escolas, como atestam as quatro referências que encontrámos no arquivo⁵. A título de exemplo referimos a deliberação da Comissão Executiva de “instaurar o respetivo processo para a criação de uma escola primária para o sexo feminino na povoação de Cavernães”⁶. De referir que a escola do sexo masculino da freguesia ocidental ainda não possuía, em 1917, edifício próprio.

“Lido um ofício do inspetor do Círculo Escolar de Viseu, dando conhecimento de que por despacho ministerial de 6 do corrente havia sido aprovada a proposta da mesma inspeção para a escola do sexo masculino da freguesia ocidental desta cidade ser instalada no edifício do Asilo Oficinas de Santo António, transitoriamente, autorizando também a mudança da mesma escola para outro edifício próprio, logo que se possa arranjar”⁷.

1.2. AS MEDIDAS ENUNCIADAS E MEDIDAS TOMADAS

Na sessão da Câmara, de 26 de janeiro de 1911, o vereador do pelouro da Instrução Pública, Elentério da Cunha Santa Ritta, referia a necessidade de existirem em Viseu duas

¹ “Parabéns”, *O Comercio de Viseu*, n.º 1055, 28 de julho de 1917, p. 2, c. 5.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 30 de agosto de 1916, liv. 44, fl. 82; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 22 de novembro de 1916, liv. 44, fl. 89; AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 7 de dezembro de 1916, liv. inum, fl. 33.

³ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 30 de agosto de 1916, liv. 44, fl. 82.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 22 de novembro de 1917, liv. 44, fl. 125.

⁵ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de janeiro de 1917, liv. 44, fl. 94; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de janeiro de 1917, liv. 44, fl. 95; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 9 de abril de 1917, liv. 44, fl. 98; AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 28 de junho de 1917, liv. inum, fl. 13.

⁶ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de janeiro de 1917, liv. 44, fl. 95.

⁷ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 15 de novembro de 1917, liv. inum, fl. 84.

escolas centrais para cada sexo, sendo que “para o sexo masculino já está criada e começa a funcionar muito brevemente a escola central”¹. No entanto, para o sexo feminino a escola existente era considerada insuficiente para as necessidades, como podemos verificar na seguinte afirmação do referido vereador: “há 257 crianças do sexo feminino recenseadas mas que se não encontram matriculadas nas escolas oficiais e mesmo que o desejem não podem frequentar as escolas oficiais porque não as há que comportem tamanha frequência”². Em outubro de 1910, havia 110 alunas na freguesia ocidental e de 126 na freguesia oriental, número espantoso para a época, em que a escolarização não era valorizada na formação das mulheres.

Parece que estava resolvido o problema da escola central para as crianças do sexo masculino, mas na realidade assim não foi. Na ata de 2 de fevereiro de 1911, o vereador Santa Ritta apresenta uma proposta a enviar ao Governo para que este autorize a Comissão Municipal a contrair um empréstimo para a construção do edifício para a escola central³. Noutra ata, de 6 de abril do mesmo ano, já referida, é reforçada a mesma ideia “que do empréstimo de 500 000\$000 réis que o Governo vai contrair para as construções escolares, se destine a quantia de 12 000\$000 réis para a construção de duas escolas centrais, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino”⁴.

Esta sessão da Câmara introduz ainda uma novidade, que é o facto de a Comissão estar a pensar em aplicar uma parte do empréstimo 5000\$000 réis na “construção de um jardim-escola infantil”⁵, tal como preconizava o Decreto de 29 de março de 1911 que pretendia produzir a reforma do ensino primário, mas também sobre o ensino infantil. Como afirma Rómulo de Carvalho o objetivo do ensino infantil era, segundo o Decreto de 29 de março de 1911, “a educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, desde os quatro aos sete anos de idade”. Essa educação seria realizada “na escola pela professora, e na família, pela mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação a dar”, e compreenderia aquisições muito simples de vocabulário, de leitura, de escrita, de geografia do lugar, de contos e lendas tradicionais “com intuitos morais e patrióticos”, e também o “conhecimento das diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra”⁶. Segundo o referido decreto, as escolas infantis iriam ser “instaladas em edifícios próprios, construídos em terrenos vedados, que sejam isolados da via pública”. Como bem salientou o historiador já citado, tudo isto seria construído “à medida que os recursos dos diferentes

¹ AMV, *Actas da Câmara, que se saiba Municipal*, 26 de janeiro de 1911, liv. 40, fl. 172.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 26 de janeiro de 1911, liv. 41, fl. 173.

³ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 2 de fevereiro de 1911, liv. 41, fl. 175.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de abril de 1911, liv. 40, fl. 209.

⁵ Ibidem.

⁶ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], 2001, p. 667.

municípios o fossem permitindo, ou seja, nunca mais...”. De facto, “excelentes intenções, oficialmente expressas, de que não resultou nada, que se saiba”¹.

Também em Viseu, iremos constatar que esta vontade ficou apenas ao nível das intenções, apesar da ata de 3 de Abril de 1913 autorizar, através de uma circular do Ministro do Interior, a Câmara a aplicar a referida verba de 5000\$000 réis na construção de um jardim escola². Onde foi aplicada esta verba?

Em 18 de fevereiro de 1914, na Comissão Executiva, foi lido um ofício a comunicar que o Ministro da Direção Geral das Obras Públicas “autorizou a cedência do quintal e anexos da casa do Arco para o estabelecimento de uma cantina escolar ou jardim escola infantil”³, tendo sido enviadas as devidas instruções ao Diretor das Obras Públicas deste distrito. Em ata da Câmara de 3 de abril de 1914, foi participado que o Sr. Presidente da Comissão Executiva, juntamente com o Diretor das Obras Públicas deste distrito iria” lavrar e assinar o respetivo termo de cedência e entrega ao município do referido quintal”⁴. Em 2 de maio do mesmo ano, numa outra ata, constatámos que não havia propriamente grande pressa e interesse, por parte das autoridades competentes, em agilizar o processo, como fica claro pelo exposto:

“O Sr. Presidente da Comissão Executiva do Município participou à Câmara que, tendo ido há tempos à direção de Obras Públicas deste distrito a fim de tomar posse do Quintal e anexos da casa do Arco cedido ao Município para o estabelecimento de uma cantina escolar ou jardim infantil, por despacho ministerial de 9 de fevereiro último, foi-lhe nessa ocasião dito pelo Sr. Diretor de Obras Públicas que estava para se ausentar para Lisboa, só podendo tratar-se do assunto depois do seu regresso. Mais tarde voltando ali, para o mesmo fim, foi-lhe declarado não podia ser dada a posse por ser o Sr. Agrónomo do Distrito que estava entregue do referido quintal e anexos, e por isso pediu ao Sr. Diretor de Obras Públicas para lhe oficiar no sentido de ser dada a posse”⁵.

O Presidente da Comissão Executiva referiu, sobre o assunto, que

“como tenha passado bastante tempo sem que o assunto seja resolvido, nem mesmo haja qualquer participação, passa esta comunicação à Câmara para que esta tome a resolução que entendesse para o caso”⁶.

¹ Idem, ob. cit., p. 668.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de março de 1913, liv. 42, fl. 99.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 18 de fevereiro de 1914, liv. inum, fl. 21.

⁴ AMV, *Actas da Câmara*, 3 de abril de 1914, liv. 43, fl. 25.

⁵ AMV, *Actas da Câmara*, 2 maio de 1914, liv. 43, fl. 56.

⁶ AMV, *Actas da Câmara*, 2 maio de 1914, liv. 43, fl. 56.

A Câmara deliberou sobre esta matéria que se oficiasse o referido Diretor de Obras Públicas, bem como o Agrónomo do Distrito, pedindo-lhes para resolverem o mais breve possível a situação.

Ainda sobre o caso, a ata de 21 de maio de 1914 testemunha um verdadeiro “jogo do empurra” e demonstra a incapacidade dos funcionários públicos em movimentar-se sob a pesada máquina burocrática do Estado. O Agrónomo do Distrito responde em ofício que “ainda lhe não tinham comunicado oficialmente o despacho do Exmo. Ministro do Fomento de 24 de janeiro do corrente ano que manda entregar à Câmara o quintal do Arco desta cidade, para nele ser estabelecida uma cantina escolar ou um jardim escola infantil, e *participando que o não pode entregar, sem receber para isso as necessárias instruções [itálico nosso] da Direção Geral da Agricultura*”¹.

Não encontrámos mais referências a este assunto, nem sabemos se o “jardim escola infantil” chegou a ser concretizado ou não, pois o âmbito da nossa pesquisa não vai além de 1919.

Em 1917, a Câmara projetou a construção de um edifício para todas as escolas primárias da cidade “estando a tratar de adquirir terreno para ele [...] à direita da entrada da quinta do Fontelo, contando com 2000\$00 que já tem para esse fim e com os subsídios que o Governo não deixará de conceder anualmente”².

Também este edifício que acomodaria todas as escolas primárias da cidade, as vereação de 1917 bem enalteceu esse plano, dizendo que era “de reconhecida necessidade”, não passou de um projeto, pois logo foi abandonado em novembro, do mesmo ano, tal como podemos apurar no seguinte excerto:

“a Câmara decidiu arrendar o terreno da Quinta do Fontelo, adquirido pela Câmara para o edifício destinado a todas as escolas primárias da cidade, ao Dr. Veterinário Diretor do Posto Zootécnico desta cidade, pela quantia de 36\$00, visto se não poder dar por enquanto princípio à construção do mesmo edifício”³.

Assim, as vereações da Câmara Municipal de Viseu, ao longo do período em análise, apesar de “animadas do sincero desejo de concorrer [...] para que a reforma do ensino primário produza todos os seus benéficos efeitos”⁴, nem sempre foram capazes de concretizar e procurar soluções à altura quanto à instrução diz respeito.

¹ AMV, *Actas da Câmara*, 21 maio de 1914, liv. 43, fls. 75-76.

² AMV, *Actas da Câmara*, 3 janeiro de 1917, liv. 44, fls. 93-94.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 15 de novembro de 1917, liv. inum, fl. 89.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de abril de 1911, liv. 40, fl. 209.

Mas então onde é que se pode verificar que a Câmara de Viseu protagonizou uma governação consonante com os discursos da I República? É notório o seu esforço para garantir a frequência escolar, o que vem na sequência da preocupação manifestamente surgida, logo após a implantação da República, em legislar nesse domínio. Como salienta A. Henriques Carneiro, o primeiro Regulamento do Ensino Primário e Normal do período republicano foi aprovado pelo Decreto de 26 de julho de 1911, preconizando que o ensino primário elementar era “obrigatório para todas as crianças em idade escolar, isto é cuja idade, à data da matrícula, se compreendesse entre os sete e os catorze anos”¹.

A política municipal relativamente a esta questão era de diligenciar para o cumprimento da Lei, tal como se pode constatar pela ata da Câmara de 3 de agosto de 1914:

“Ainda resolveu mandar afixar editais nas freguesias dos concelhos, recomendando aos pais e tutores dos alunos e a todas as pessoas a cargo de quem estiver a educação das crianças, de idade entre os 7 e os 14 anos, que os obriguem a ir às escolas primárias sob a penalidade estabelecida para eles na Lei, de um escudo por cada vez até cinco em cada ano letivo”².

Também no que aos ordenados dos professores diz respeito, existiram vereações municipais cumpridoras. A Comissão Executiva, em sessão de 25 de março de 1914, pressiona a direção do município, dando conta de ter sido “expedida a ordem n.º 2586 na qual se acha compreendida a importância de 3000\$00 cujo recebimento deve ser promovido com urgência a fim de a Câmara ficar habilitada a proceder imediatamente ao pagamento dos vencimentos do professorado primário deste concelho, respeitantes aos meses de fevereiro e março corrente”. A Câmara informa que aquela importância já tinha dado entrada na tesouraria, dizendo ainda que, “os vencimentos de fevereiro a que este ofício se refere *já há muito* [italico nosso] haviam sido pagos”³. Parece, pois, que a Câmara avançou mesmo sem que o dinheiro tivesse chegado.

Mais tarde, volta a acontecer o mesmo. Não havendo verba para pagar os vencimentos aos docentes, a Câmara levanta dinheiro que tinha depositado na Caixa Económica:

“O Sr. Presidente informou que não havendo dinheiro suficiente na tesouraria para pagamento de diferentes despesas entre as quais figurava a dos vencimentos aos professores, haviam sido levantados da Caixa Económica, em 28 de maio último 2000\$00 para o indicado fim, ficando depositados na mesma caixa,

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal* [...], 2008, p. 286.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de agosto de 1914, liv. 43, fl. 47.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de março de 1914, liv. inum, fl. 39.

depois deste levantamento 3000\$00”¹.

A este propósito é de referir a ata da Comissão Executiva, de 1914, onde “os professores da escola central, [Manuel António dos] Santos Lima e Firmino [de Albuquerque] Brandão declararam que, constando-lhes que alguns colegas tinham feito censuras à Câmara por não terem sido pagos os seus vencimentos, *não eram solidários* com este procedimento, pois só tinham a elogiar esta Comissão pelo modo como têm procedido a este respeito, adiantando até dinheiro para os pagamentos dos vencimentos dos professores”² (*itálicos* nossos).

1.3. CRÍTICAS DAS OPOSIÇÕES

Segundo A. H. de Oliveira Marques, o Censo de 1900, indicara um número total de analfabetos de 3 271 021 para uma população maior de 7 anos de 4 417 000, ou seja, 74% dos portugueses. Já o de 1911 registara uma redução para 69,6% desta última percentagem, “o que mantinha o problema do combate acelerado ao analfabetismo como prioridade absoluta de qualquer programa cultural”³. Diz ainda o referido historiador que

“a distribuição do analfabetismo não era evidentemente homogénea, nem quanto aos sexos nem quanto às cidades ou aos distritos de residência: mostrava-se bastante maior nas mulheres (82 a 83% contra 65 a 68%), nos idosos e nas regiões do interior, do Sul e insulares. A percentagem menor encontrava-se na cidade de Lisboa, cuja maioria dos habitantes, tanto varões como fêmeas, sabia já ler em 1911, e na do Porto”⁴.

A diminuição do analfabetismo prosseguiu durante todo o período da República, como acrescenta A. H. de Oliveira Marques, com “percentagens crescentes mas nunca recompensadoras do esforço despendido e do contraste que se queria apresentar com o Antigo Regime”⁵. Como enfatiza este historiador:

“os progressos maiores registaram-se no distrito de Coimbra [...]. No interior, registou-se algum progresso nos distritos da Guarda e de Viseu, a contrastar com os avanços mínimos no distrito de Castelo Branco. *Muito dependia da conjuntura, da existência de autoridades realmente empenhadas e persistentes,*

¹ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 3 de junho de 1914, liv. inum, fl. 90.

² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 23 de dezembro de 1914, liv. inum, fl. 75.

³ A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. XI, 1991, p. 519.

⁴ Ibidem.

⁵ A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. XI, 1991, p. 520.

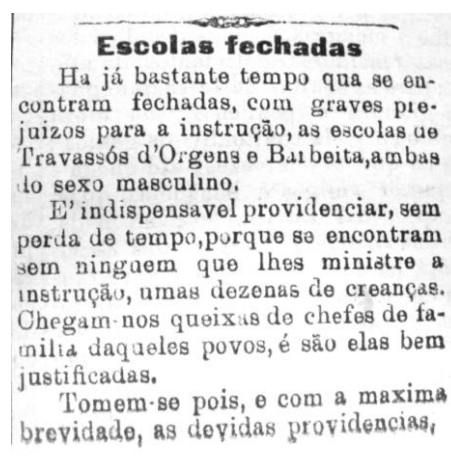
[*itálico* nosso] das condições económicas e demográficas, etc.”¹.

É evidente que o papel dos municípios na diminuição do analfabetismo poderia esbarrar nos grandes constrangimentos económicos para a edificação de escolas, abertura de cursos noturnos, promover escolas móveis, mas sem vontade política, sem verdadeira “paixão pela educação” a intervenção das autarquias na educação ficaria reduzida a uma qualquer máquina sem engrenagem.

De facto, no caso da política educativa dos governos municipais viseenses, os resultados foram singelos. Apesar de terem revelado vontade em abraçar a causa da instrução, os obstáculos financeiros e outros, acabavam por se sobrepor a esse desejo.

As críticas às vereações municipais foram naturalmente chegando à imprensa local pelas oposições locais. Apresentamos alguns exemplos mais significativos.

Em julho de 1911, *O Comércio de Viseu* denuncia a situação de algumas escolas:



O Comercio de Viseu, n.º 2595, 13 de julho de 1911, p. 1, c. 5.

Em 26 de novembro de 1911, também *O Comércio de Viseu* se junta ao coro de vozes a favor da instrução pública:

“Num dos últimos números chamou o nosso presado amigo, Sr. Agostinho Duarte, a atenção dos deputados e senadores por Viseu para o facto da freguesia de France, uma das mais ricas e populosas de Viseu, estar dotada com uma só escola, e essa fechada, há mais de um ano. O Concelho de Viseu é um dos do distrito e do país que tem maior número de escolas, mas estão mal divididas, e assim há freguesias que têm 4 e 5, enquanto outras, como France, têm uma só. E está fechada há muitos meses, porque a casa da escola e da habitação do professor não está em condições. É indispensável que o Sr. Administrador do Con-

¹ Idem, ob. cit., p. 521.

celho, o Sr. Governador Civil, o Sr. Inspetor Escolar e os deputados e senadores por Viseu, uma só destas entidades, algumas delas, ou todas olhem esta triste situação e consigam que o Governo, por intermédio das Obas Públicas, mande já concertar as casas referidas para pôr a funcionar a escola, sem demora, e que na mesma freguesia sejam criadas mais escolas, uma do sexo feminino e uma mista, a fim das crianças em idade escolar poderem frequentar a escola, como é mister”¹.

De facto, a maioria das críticas encontradas na imprensa local prendem-se com a falta de escolas, mas as más condições de funcionamento de algumas eram alvo de censura logo após a instauração da República:

“tendo o professor da escola que funciona na casa que a Câmara possuiu na rua Direita chamado a atenção para o estado anti-higiénico da mesma [...] estado miserável e repugnante em que a mesma se encontra o que contamina a saúde e o espírito das crianças que a frequentam”².

Neste âmbito recordamos ainda o texto reproduzido da local *O Povo Beirão*, bissemanário republicano de 1916, que deplorava o facto de Viseu “ser uma das cidades piores dotadas do país”³ ao nível de escolas primárias. Na realidade, seis anos volvidos após a implantação da república, os constrangimentos orçamentais não terão permitido que os governos municipais tivessem sido mais eficazes no que à construção de escolas diz respeito (ver, adiante, Quadro 5: *Escolas primárias construídas entre 1915 e 1919*).

Outro tipo de críticas relacionava-se com o elevado número de analfabetos. Num artigo de *O Comercio de Viseu* lamentava-se o facto de “a percentagem do analfabetismo no distrito [ser] de 80,3%”⁴. Esta seria também uma das críticas persistentes das oposições às vereações municipais, e à própria República, pois usou essa bandeira contra a Monarquia. De facto, o grande problema que era colocado às vereações locais começava logo pelo da frequência escolar, pois, globalmente, “o número de alunos que iam à escola era muito inferior ao dos oficialmente recenseados em idade escolar”, o que leva Oliveira Marques a afirmar “que mais de metade das crianças nunca frequentavam a escola, por variadas razões, entre as quais avultavam a incompreensão de pais e educadores, as dificuldades de transporte, a necessidade ou o hábito da mão-de-obra infantil, a falta de escolas, etc.”⁵.

¹ “A importante freguesia de S. Pedro de France sem escola”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2634, 26 de novembro de 1911, p. 2, c. 1.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 24 de novembro de 1910, liv. 41, fl. 132.

³ “O engrandecimento de Viseu”, *O Povo Beirão*, n.º 463, 1 de novembro 1916, pp. 2-3.

⁴ “Numeros”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3016, 29 de julho de 1915, p. 1, c. 2.

⁵ A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. XI, 1991, p. 526.

CAPÍTULO 2. AS ESCOLAS DE VISEU

*Veio a República... O povo não sabia ler. O povo era escravo... Como libertar um escravo? Instruindo-o. Mas para o instruir, urgia criar escolas...*¹.

O conceito de escola, segundo salienta Luís Pereira Dias, para além de abranger a noção de “ensino, como atividade formal”, engloba ainda “os [conceitos] de educação e instrução; para além do ato em si, também o local específico que, no século XIX começa a ser objeto de regulamentação própria e a tomar características arquitetónicas que o distinguem dos outros edifícios”². Até meados do século XIX, diz Carlos Manique Silva, “a escola foi a própria casa do mestre”, pois, como recorda este historiador, “no ano letivo de 1863-1864, aquando da inspeção extraordinária realizada às escolas primárias, metade dos professores do ensino público dava aulas na sua habitação”³. De facto, relativamente a esse período, Luís Pereira Dias afirma que “a reforma de Costa Cabral e o regulamento de 1850 assumiam uma característica comum a todas as escolas de meados de oitocentos: as casas escolares não eram espaços construídos, eram espaços adaptados. Não existiam escolas instaladas em edifícios construídos de raiz e projetados para tal fim”⁴.

Como salienta Carlos Manique da Silva, o inspetor Mariano Ghira (1827-1877), professor da Escola Politécnica e reitor do liceu de Lisboa,

“conhecedor privilegiado da situação material das escolas do distrito de Lisboa, compreende que a instrução elementar não será uma realidade sem edifícios apropriados [...]. Nesse sentido, desenvolve intensa ação junto das autoridades administrativas, câmaras municipais, juntas de paróquia e de outras corporações do distrito de Lisboa, chamando a atenção para a vantagem de construir escolas de ensino elementar [...].

¹ Afonso Lopes Vieira (1911) in Carneiro, A. Henriques, Carneiro, e Afonso, Serafim, Amaro, *ob. cit.*, p. 48.

² Luís Pereira Dias, *As outras escolas. O Ensino Particular [...]*, 2000, p. 23.

³ Carlos Manique da Silva, A ideia de “casa da escola” no século XIX português, 2005, p. 291.

⁴ Luís Pereira Dias, *As outras escolas. O Ensino Particular [...]*, 2000, p. 104.

Divulga quatro projetos de edifícios escolares desenhados pelo arquiteto Valentim José Correia, onde exhibe pontos de contacto: a) o tipo de dispositivos higiénicos adotados; b) a atribuição de idêntica importância à escola e habitação do professor; c) o aspeto exterior modesto”¹. Conforme afirma Manique, “ao que julgo saber, os projetos reportados constituem a primeira tentativa de edificar em Portugal edifícios escolares racionalmente concebidos”.

Com exceção de alguns casos isolados, de que é exemplo a escola anexa à Escola Normal de Marvila, inaugurada em 1863, como nos dá conta Luís Pereira Dias, a existência de um tipo regular de edifícios escolares só se fará sentir na década de 1870, quando as escolas do Conde Ferreira abrirem as suas portas². Para Maria João Mogarro,

“a década de 1860 assistiu à emergência das preocupações com os espaços educativos, as construções escolares e as condições de ensino, que foram contempladas pela primeira vez, de forma sistemática, na Portaria de 20 de julho de 1866, quando a doação de 120 escolas ao Estado, pelo Conde de Ferreira, tornou urgente regulamentar esta matéria”³.

Segundo Luís Pereira Dias, todas as construções subsidiadas pelo testamento deste mecenas obedeciam a um projeto fixo que não admitia alterações no seu aspeto exterior. Ainda a propósito, M. J. Mogarro refere:

“Apesar das dificuldades, este legado motivou a regulamentação e normalização das casas de escolas, inaugurando as políticas públicas e a arquitetura escolar oficial para o ensino elementar, em Portugal. A legislação que se seguiu (1871, 1875, 1878, 1880, 1886) tomou como referência a portaria de 1866, embora tenha introduzido, em 1871, retificações e flexibilização nas condições que deviam ser observadas na construção de casas de escola, no sentido da sua simplificação”⁴.

Apesar de todo este esforço em regular e organizar a rede escolar, a verdade é que da realidade à prática ia uma grande distância. De facto, Maria João Mogarro, observa o seguinte:

“No ano letivo de 1888-89, as inspeções então realizadas às escolas oficiais e particulares revelavam que 2615 (69, 5%) dos edifícios das escolas de instrução

¹ Carlos Manique da Silva, *A ideia de “casa da escola” no século XIX português*, 2005, p. 297.

² “Em março de 1866, por sua morte, o conde de Ferreira legou 144 000 réis para a edificação de 120 escolas de instrução primária de ambos os sexos nas sedes dos concelhos, segundo uma mesma planta. A dimensão da iniciativa obrigou o governo a regular todo o processo, publicando, em portaria de 20 de julho de 1866, uma série de normas para a edificação dessas escolas” (Carlos Manique Silva, *ob. cit.*, p. 299).

³ Maria João Mogarro, *Cultura material* [...], 2010, p. 91.

⁴ Maria João Mogarro, *Cultura material*, 2010, p. 93.

primária oficial se encontravam na situação de alugados ou emprestados provisoriamente, enquanto 1145 (30, 5%) desses edifícios tinham sido expressamente construídos ou adaptados para *casas de escolas*¹.

Em 1898, dada “a gravosa situação material das escolas do país”, e porque o tema dos edifícios escolares “constituía elemento de pressão sobre o Governo”², foi aberto concurso público para a apresentação de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária. A definição das suas linhas programáticas foi confiada à Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. O projeto vencedor, segundo Manique da Silva, foi o do arquiteto Adães Bermudes, aliás único a apresentar um projeto. Em 1900, Bermudes é condecorado com a Medalha de Ouro da Seção de Arquitetura Escolar da Exposição Universal de Paris pelo seu projeto de edifícios escolares. No entanto, tal como nos refere M. J. Mogarro:

“Em Portugal, foi objeto de críticas, considerando-se que não traduzia todas as prescrições higiénicas e as salas eram pequenas e acanhadas. As escolas tipo Adães Bermudes foram edificadas pelo país nos primeiros anos de noventa e, em muitas localidades, foram o primeiro edifício expressamente construído para funcionar como escola”³.

Mas, como afirma Rogério Fernandes “não se pense, porém, que o problema da instalação das escolas primárias ficou solucionado. O Estado continuou a alugar salas para o ensino, muitas delas falhas de condições de espaço, alojamento e iluminação”⁴.

No que concerne à conceção de edifícios escolares, durante a I República, podemos concluir que, tendo em conta as fontes, não houve um corte significativo relativamente ao período anterior. Na realidade, existiu uma continuidade em relação à última fase da Monarquia. Por exemplo, continuaram a ser utilizadas as plantas modelos de Adães Bermudes para a construção de edifícios escolares depois de 1910. A ata da Câmara Municipal de Viseu, de 7 de fevereiro de 1914 é bem reveladora do exposto:

“Presente uma proposta do vereador Sr. Armando dos Reis para a Câmara pedir à Direção Geral de Instrução Primária os modelos e plantas dos diferentes tipos de casas ou construções para escolas Adães Bermudes que têm sido adotadas no país. Aprovado”⁵.

¹ Idem, ob. cit., p. 94.

² Carlos Manique da Silva, *A ideia de “casa da escola” no século XIX português*, 2005, p. 307.

³ Maria João Mogarro, *Cultura material*, 2010, p. 94.

⁴ Rogério Fernandes, *Roturas e permanências da Educação Portuguesa no século XIX*, 2004, p. 22.

⁵ AMV, *Actas da Câmara Municipal de Viseu*, 7 de fevereiro de 1914, liv. 43, fl. 21.

2.1. ESCOLAS EXISTENTES NOS PRIMÓRDIOS DA I REPÚBLICA

Em 1904, a fazer fé num documento da Administração do Concelho de Viseu¹, havia 57 escolas, com 2914 alunos, distribuídas pelas 32 freguesias que, no conjunto, integram 304 lugares diversamente povoados, conforme de pode ver no Quadro 1. O diverso número de lugares das 32 freguesias e o bem diferente número de habitantes permitem-nos ter uma clara ideia da dispersão geográfica das residências dos alunos e as razões das opções por alguns desses lugares. Se dividirmos o número de habitantes do concelho de Viseu (52760), segundo o Censo de 1911, pelo de alunos a frequentar a escola primária, em 1904, obtemos uma média de 1 aluno por cada 18 habitantes.

Das 57 escolas existentes em 1904, 16 são indicadas como “femininas” (frequentavam-nas 688 alunas), 16 outras são referidas como “masculinas” (frequentadas por 978 alunos) e 3 “mixtas” (com 179 meninos e meninas). Infelizmente, um grande número de escolas (22) – frequentadas por um elevado número de alunos (1069) – não tem qualquer indicação de sexo. Esses 1069 perfaziam mais de um terço (36, 68%) do total, o que inviabiliza qualquer tentativa de estabelecer nexos percentuais. A referida fonte quase só nos permite saber, com algum grau de certeza, o número de escolas e o número total de alunos. Mesmo a média de alunos por escola é praticamente impossível dada a disparidade dos números. Ainda assim, importa salientar que, entre as 32 escolas com discriminação de sexo, o número de alunas não era tão baixo como o expectável. De facto, no todo dessas 32 escolas, mas apenas nessas escolas, as meninas representavam 41,3%.

Convém acrescentar que o número total de alunos (2914), dividido pelo número de escolas dá uma média de 51,12 por escola. Os elementos disponíveis não nos permitem saber o número de alunos por sala, nem quantas salas haveria por escola. Convém salientar que havia casos de estabelecimentos de ensino com 7 alunos apenas, acomodados numa sala, certamente, como a escola feminina de Bodiosa, e outras, como acontecia na de Silgueiros, freguesia de Passos, com 121 alunos, que seriam distribuídos por três salas, pelo menos. A nota do administrador do concelho não inclui Repeses, pois era, então, um lugar da freguesia de Ranhados. Sabemos que, em 1914, a escola de Repeses estava a funcionar em casa arrendada², e que, em 1915, foi construída “casa” para a mesma¹, como veremos adiante.

Segundo o referido documento, nem sempre as freguesias mais populosas tinham maior número de escolas. Disso são exemplos extremos, S. Pedro de France, com 2374

¹ ADV, Fundo de Instrução, Cx. 72, n.º 52, 27 de junho de 1904.

² AMV, *Atas da Comissão Executiva*, 20 de maio de 1914, liv. inum., fl. 80.

habitantes, em 1911, distribuídos por 32 lugares, onde havia uma única escola, e Couto de Cima, com 909 habitantes, que tinha duas escolas. Se atentarmos nos valores do Quadro 2, na página 43, veremos como é muito irregular a distribuição das escolas do concelho de Viseu. Ainda que não saibamos quantas salas tinham as escolas, a relação entre o número de habitantes por freguesia (dados de 1911) e o número de escolas existentes em 1904 permite-nos distinguir oito grupos:

Freguesias com até 500 habitantes por escola	2
Freguesias com 501-750 habitantes por escola	9
Freguesias com 751-1000 habitantes por escola	5
Freguesias com 1001-1250 habitantes por escola	6
Freguesias com 1251-1500 habitantes por escola	5
Freguesias com 1501-1750 habitantes por escola	3
Freguesias com mais de 1750 habitantes por escola	1

Atentemos, agora, na relação entre o número de habitantes e o número de escolas, segundo um documento de 1904. Se procurarmos um padrão da distribuição espacial das escolas do concelho veremos que nem a proximidade da sua sede permite alguma explicação. Se S. Pedro de France – com 2374 habitantes para apenas uma escola – está no extremo oriental do município viseense, Couto de Cima e Boa Aldeia – com duas escolas para os seus 909 e 917 habitantes, respetivamente – estão no extremo oposto. Mesmo Fail, também num extremo do município, tem uma média de habitantes por escola inferior à sede do concelho, que exibía uma média de 1011, 6 habitantes por escola. Estes dados parecem permitir-nos concluir que não houve, durante a Monarquia constitucional, em Viseu, qualquer racionalidade na distribuição das escolas do concelho. Resta saber por que razão. A República tinha uma política diferente, privilegiando as sedes de concelho. Como referimos no capítulo anterior, o Governo prometeu “12 000\$000 réis para construção de duas escolas centrais nesta cidade, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino”².

¹ AMV, *Atas da CMV*, 11 de junho de 1915, liv. 43, fl. 228.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de abril de 1911, liv. 40, fl. 209.

MAPA 1. FREGUESIAS DO CONCELHO DE VISEU NA ATUALIDADE¹



Demos agora atenção às informações da imprensa local, que testemunham a consciência coeva tanto do problema da desigual distribuição das escolas como do seu reduzido número. Salientando o facto de Viseu ser um dos concelhos do país com “maior número de escolas”, *O Comércio de Viseu* lamentava esse ordenamento caótico dizendo: “há freguesias que têm 4 e 5, enquanto outras, como France, tem uma só”².

Em 1911, num artigo publicado no referido periódico, também Agostinho Duarte deplorava que a freguesia de S. Pedro de France, com 32 lugares, não tivesse escolas. Dizia ele que,

“sendo a segunda paróquia mais populosa do concelho de Viseu, pois tem três mil e quinhentos habitantes, especialmente dentro daqueles, quinhentas crianças de ambos os sexos em idade escolar, tendo a aludida freguesia uma extensão de mais de oito quilómetros, contando trinta e uma povoações, presentemente, não tem instrução”³.

¹ Cf. <http://retratoserecantos.pt/concelho.php?id=242>.

² “A importante freguesia de S. Pedro de France sem escola”, *Comercio de Viseu*, n.º 2634, 26 de Novembro de 1911, p. 2, c. 1.

³ [Agostinho Duarte], “Aos deputados por Viseu, ao Governador Civil, Inspector Escolar e demais pessoas a quem de direito”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2632, 19 de Novembro de 1911, p. 5, c. 4.

QUADRO 1. RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO HABITANTES E AS ESCOLAS, EM 1904

Freguesias	Habitantes	Escolas	Média de habitantes por escola
Couto de Cima	909	2	454, 5
Boa Aldeia	917	2	458, 5
Fail	510	1	510
Vil de Soito	523	1	523
Farminhão	1065	2	532, 5
Fragosela	1147	2	573, 5
Côta	1762	3	587
Ribafeita	1791	3	597
Barreiros	627	1	627
Torredeita	1934	3	645
Campo	1394	2	697
Orgens	1505	2	752, 5
Ranhados	1595	2	797, 5
São Salvador	1661	2	830, 5
Mundão	866	1	866
Vila Chã de Sá	972	1	972
Viseu	5058	5	1011, 6
Couto de Baixo	1036	1	1036
Silgueiros	4260	4	1065
Abraveses	2132	2	1066
Bodiosa	2179	2	1089, 5
Povolide	2316	2	1158
Rio de Loba	2505	2	1252, 5
Cavernães	1329	1	1329
São João de Lourosa	2659	2	1329, 5
São Cipriano	1330	1	1330
Santos Evos	1398	1	1398
Cepões	1618	1	1618
Calde	1683	1	1683
Lordosa	1705	1	1705
S. Pedro de France	2374	1	2374

As informações deste repúblicano viseense são imprecisas, pois S. Pedro de France tinha 2374 habitantes distribuídos por 32 lugares, não 31, e não era a mais populosa, pois Silgueiros contava 4270 habitantes¹. De qualquer modo, a denúncia não perde força pela inexatidão dos valores indicados. Só a continuação dos estudos sobre este tema e período em apreço permitirá saber mais exatamente a situação do ensino primário, em Viseu, nas

¹ Cf. Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 [...], Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 248.

vésperas da instauração da I República. De qualquer modo, a fonte citada permite-nos uma visão, ainda que grosseira, da realidade do ensino neste concelho.

Parece evidente que a distribuição geográfica e número de escolas do concelho não obedeceu a um plano prévio. Essas disparidades, como veremos, mantêm-se durante a I República, como nos é dado saber pelos testemunhos disponíveis e pela informação do Apêndice 3. Em 1917, a Comissão Executiva manifesta a consciência clara de que havia uma má distribuição das escolas pelas freguesias, acrescentando que já por mais de uma vez participara superiormente essa fragilidade¹. Como bem salientou A. Henriques Carneiro “A complexidade do problema e a dimensão dos custos, associadas a uma gestão financeira pouco favorável aos interesses da instrução, inviabilizaram o objetivo de a República criar escolas em todas as freguesias”²

2.2. PREDOMÍNIO DE ESCOLAS ARRENDADAS

Dado que não havia dinheiro para fazer edifícios de raiz, restava o arrendamento. De resto, já em 1911 sabemos quantas escolas havia, mas não sabemos como eram, onde funcionavam. Em casa de professores? Arrendadas?

Segundo A. Henriques Carneiro, o Decreto n.º 9223 de 29 de março de 1911, estabelecia que seriam as Câmaras Municipais a quem competiria organizar o processo de criação, conversão, transferência, relativo às escolas de instrução primária. O mesmo diploma esclarecia, em pormenor, as condições de salubridade a que devia obedecer a instalação escolar, aspetos da sua localização, mobiliário e material didático. Previa ainda que, na impossibilidade de se conseguir uma construção própria ou adaptada, se recorresse ao arrendamento³.

A leitura das atas, quer as das sessões da Câmara Municipal, quer as da Comissão Executiva Municipal, não deixa dúvidas: de um modo geral, as escolas que existiam no concelho de Viseu não possuíam edifícios próprios; a maioria estava arrendada a particulares ou contava com a boa vontade de cidadãos, ou entidades, como as Juntas de Paróquia, que tomavam sobre si o compromisso de fornecer gratuitamente casas para as escolas, por algum tempo. A título de exemplo, vejamos este testemunho:

“o cidadão Joaquim Pais Cruz tomou o compromisso, por seis anos, de fornecer casa e mobília para a escola masculina de Loureiro de Cima, freguesia de Sil-

¹ AMV, *Actas da Comissão Ex*, 16 de agosto de 1917, fl. 45.

² A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 290.

³ Idem, ob. cit., p. 269.

gueiros, e habitação do respetivo professor”¹.

Também houve casos de vereadores da Câmara que tomaram para si esse encargo, como se pode ler na ata do dia 19 de janeiro:

“O Vereador Sr. Lucas Marques Coelho propôs que fosse nomeada professora para a escola primária de Nogueira de Côta, que não tem funcionado por falta de casa, oferecendo o mesmo Sr. Vereador casa de graça durante 2 anos para ela funcionar”².

Foram também registadas referências ao estado “anti-higiénico” e “estado miserável” em que algumas escolas se encontravam. Foram os casos relatados nas atas de 24 de novembro de 1910 e 2 de fevereiro de 1911 . Apresentamos aqui o primeiro:

“O Sr. Vereador Alberto Bastos disse que tendo o professor, da escola que funciona na casa que a Câmara possuiu na Rua Direita desta cidade, chamado a atenção para o estado anti-higiénico da mesma escola, havia verificado, com relutância e nojo, que se impunha uma medida rápida e eficaz para remediar o estado miserável e repugnante em que a mesma escola se encontra, contaminando a saúde e o espírito das crianças que a frequentam”³.

Os vereadores da Câmara deliberaram que a repartição de obras elaborasse o “projeto e orçamento” das obras a fazer para “remediar a situação”, devendo o projeto incluir a construção de “uma fossa sob indicação do Sr. Subdelegado de Saúde”.

Como salienta Maria João Mogarro, “as péssimas condições materiais das escolas portuguesas manter-se-iam até final do regime republicano, evidenciando a grande distância que existia entre a retórica pedagógica e legislativa e a realidade das escolas por quase todo o país”⁴.

Compilámos as referências a 21 arrendamentos mencionados nos documentos de arquivo, como mostramos no Quadro 2.

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 12 de maio de 1915, liv. 43, fl. 212.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 19 de janeiro de 1914, liv. 42, fl. 241.

³ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 24 de novembro de 1910, liv. 40, fl. 132.

⁴ Maria João Mogarro, *Cultura material* [...], 2010, p. 104.

QUADRO 2. ESCOLAS ARRENDADAS, 1912-1918

1. Casa para a escola de Nesprido, freguesia de Povolide ¹
2. Escola de Lourosa de Cima e Vila Chã de Sá ²
3. Casa para a escola mista de Repeses ³
4. Escola de Orgens ⁴
5. Escola da freguesia de Silgueiros ⁵
6. Escola masculina de Farminhão ⁶
7. Escola oficial de Lourosa ⁷
8. Escola do sexo masculino do Loureiro de Cima, freguesia de Silgueiros ⁸
9. Escola do sexo feminino de Lordosa ⁹
10. Escola do sexo masculino do Loureiro de Cima, freguesia de Silgueiros ¹⁰
11. Escola do sexo masculino freguesia de Bodiosa ¹¹
12. Casa para a escola do sexo feminino de Bigas por 28\$00 ¹²
13. Escola de Barbeita ¹³
14. Escola de Cepões e respetiva habitação para o professor pela renda anual de 25\$00, pertencente ao Sr. António Alves ¹⁴
15. Escola de Travassós de Orgens ¹⁵
16. Escola mista de Lustosa ¹⁶
17. Escola mista de Vil de Moinhos arrendada pela quantia anual de 30\$00 pertencente a Alfredo Gomes ¹⁷
18. Escola do sexo masculino da povoação de Abraveses, pertencente ao Sr. Adolfo de Sá Cardoso, por 50\$00 anuais ¹⁸
19. Escola do sexo feminino de Passos de Silgueiros, pertencente ao proprietário Miguel Moreira da Cunha, por 60\$00 anuais ¹⁹
20. Escola primária de Santos Evos ²⁰
21. Escola primária de Silgueiros ²¹

¹. AMV, Actas Câmara Municipal de Viseu (aCMV), 26-12-1912, liv. 42, fl. 46. ². AMV, Actas da Comissão Executiva Municipal (aCEM), 13-05-1914, fl. 77. ³. AMV, aCEM, 20-05-1914, fl. 80. ⁴. AMV, aCEM, 01-07-1914, fl. 108. ⁵. AMV, aCEM, 19-08-1914, fls. 138-139. ⁶. AMV, aCEM, 09-09-1914, fl. 10. ⁷. AMV, aCEM, 16-09-1914, fl. 18. ⁸. AMV, aCEM, 30-09-1914, fl. 26. ⁹. AMV, aCMV, 10-10-1914, liv. 43, fl. 113. ¹⁰. AMV, aCMV, 10-10-1914, liv. 43, fl. 113. ¹¹. AMV, aCMV, 10-10-1914, liv. 43, fl. 113. ¹². AMV, aCEM, 28-10-1914, fls. 40-41. ¹³. AMV, aCEM, 25-11-1914, fl. 54. ¹⁴. AMV, aCEM, 16-12-1914, fl. 70. ¹⁵. AMV, aCEM, 20-01-1915, fl. 87. ¹⁶. AMV, aCEM, 11-02-1915, fl. 95. ¹⁷. AMV, aCEM, 04-03-1915, fl. 108. ¹⁸. AMV, aCEM, 09-09-1915, fl. 55. ¹⁹. AMV, aCEM, 07-10-1915, fl. 68. ²⁰. AMV, aCEM, 30-11-1916, fl. 28. ²¹. AMV, aCMV, 29-12-1919, liv. 44, fl. 147.

As escolas em casas alugadas, prática comum no século XIX, constituíam uma forma de contornar as dificuldades financeiras do Estado, como referiremos adiante.

2.3. As (POUCAS) ESCOLAS CRIADAS

Em 1914, *O Comércio de Viseu* lembrava que a criação de estabelecimentos de beneficência, instrução e educação, que a nomeação, transferência, suspensão ou demissão dos os professores de instrução primária eram atribuições das Câmaras Municipais¹.

¹ “Instrução — assuntos que Câmaras e interessados precisam conhecer bem”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2942, 12 de Novembro de 1914, p. 3, c. 2.

O referido periódico alude à descentralização dos serviços da administração do ensino primário em que, segundo o Decreto n.º 9223 de 29 de março de 1911, as Câmaras passam a assumir, entre outras, competências sobre “o controlo da assiduidade dos professores (art.º 68.º), nomeação, transferência, demissão e concessão de licenças aos professores (art.º 64.º), pagamento de ordenados aos professores, das rendas das escolas e das casas dos docentes, aquisição de mobiliário, conservação dos edifícios escolares, despesas com o expediente (art.º 52.º a 64.º)”¹.

Podiam as vereações da Câmara de Viseu dizer que cumpriam o seu dever, dentro das responsabilidades que lhe haviam sido atribuídas, no âmbito da transferência de competências que uma descentralização implica? Atentemos na resposta possível.

2.3.1. ESCOLAS PRIMÁRIAS

A Câmara Municipal de Viseu tentou colaborar, sempre que possível, com a criação de novas escolas, não obstante terem existido vereações mais diligentes do que outras. Atente-se nos seguintes exemplos referidos nas atas da Câmara, de 1914:

“O Vereador Sr. Domingos da Costa Martins [...] propunha que a Câmara deliberasse encarregar a Comissão Executiva do Município de vender ou amortizar por glebas, os baldios municipais sitos nas povoações de Repeses, freguesia de Ranhados, e de Paradinha, freguesia de S. Salvador, deste concelho, *devendo o produto da sua venda ser aplicado à construção de uma casa para a escola mista dos dois povos, já criada e a funcionar, mas em casa arrendada*”² (itálicos nossos).

Os vereadores aprovaram unanimemente esta proposta, testemunhando preocupação com a criação de escolas. Não foi por acaso que, durante esta vereação (1914), se criou uma Comissão para Tratar de Assuntos de Instrução, para a qual foram nomeados, entre outros, João Couceiro, professor de Liceu e Joaquim da Costa Nogueira, professor da Escola Normal, homens que, presumimos, terão tido uma sensibilidade apurada no que toca às questões do ensino (ver Apêndice 1). Que dados concretos possuímos para sustentar esta afirmação? Das “representações” das Juntas de Paróquia, requerendo a criação de casas para as escolas, esta vereação recusa apenas uma, a da freguesia de Abraveses. Em resposta, dizia a Câmara:

¹ José Fernando Flores Andrade, *Subsídios para a História da Inspeção Educativa* [...], 1995, p. 72.

² AMV, *Actas*, 13 de agosto de 1914, liv. 43, fls. 98-99.

“A verba votada pelo Parlamento para edifícios escolares e que pertence a este Concelho mal chega para reparar os mesmos edifícios escolares e para construir alguns em povoações onde não há casas para as escolas poderem funcionar, e que portanto, não pode, por enquanto, ser atendido o pedido, mesmo porque, segundo informaram alguns senhores vereadores, as casas onde funcionam as escolas da dita povoação ainda têm bastantes condições para elas, comparadas com outras do concelho”¹.

A vereação camarária de 1915, resumiu no relatório municipal o seu contributo:

“Não descurou também a Câmara os serviços da instrução primária que, desde o princípio do ano, passaram a estar a seu cargo, conforme a Reforma de 29 de março de 1911, mas, nas circunstâncias em que foram criadas e instaladas as escolas no concelho, sem uma revisão delas em relação às localidades onde funcionam e à sua frequência anual média, pouco se poderão melhorar. O município contribui para elas com o máximo da percentagem legal – 30% das contribuições diretas do Estado, e ainda com 3600\$00 aproximadamente das receitas gerais –, para satisfazer a encargos tomados por vereações anteriores, e, para que se possam sustentar, o Governo tem de contribuir ainda com um subsídio anual entre 16 e 17 mil escudos, o que dá ao todo uma despesa aproximada de 29 000\$00, fora a despesa com a construção de edifícios escolares”².

Na verdade, o governo municipal desta legislatura reconheceu a impossibilidade de a Câmara poder aumentar o número de escolas, dizendo que

“em ofício da Inspeção das Escolas de 13 de fevereiro, foi-lhe recomendado o exato cumprimento do artigo 1.º do Decreto n.º 197 de 29 de outubro de 1913, para não criar mais escolas nem lugares de professores para as [escolas] já criadas, sem previamente incluir em orçamento verba para isso, e se responsabilizar pelo seu pagamento, o qual só poderá fazer-se pelas receitas gerais do município, visto a percentagem da receita para a instrução primária estar já no máximo legal”³.

Dados os limites impostos a um estudo desta natureza, não podemos ensaiar uma relação certamente existente entre estas decisões municipais e os respetivos contextos políticos, mas é tentador ver nos documentos de 1915 uma ligação estreita com a política da ditadura de Pimenta de Castro. Mas, não poderemos avançar mais do que com uma hipótese.

¹ AMV, *Actas*, 31 de agosto de 1914, liv. 43, fl. 107.

² AMV, *Actas*, 2 de janeiro de 1915, liv. 43, fl. 155.

³ AMV, *Actas*, 2 de janeiro de 1915, liv. 43, fl. 155.

Também as vereações de 1917 continuaram a demonstrar interesse e cuidado pela instrução primária. Numa ata de 16 de agosto desse ano, não referindo valores, a Comissão Executiva diz que

“em virtude da grande quantidade que há de escolas primárias no Concelho, a Câmara despende uma quantia muito avultada das suas receitas gerais fixas para conservar as escolas primárias do Concelho” e que, do Governo, recebia apenas uma contribuição de 30% “para a instrução” e “um subsídio de 23 800\$00 aproximadamente, para pagar os ordenados dos professores¹.

Em outubro de 1918, o Ministro da Instrução Pública, Alfredo de Magalhães², visita Viseu. Nessa ocasião, José Júlio César, então Presidente da Comissão Executiva, solicita-lhe apoio para “a construção do liceu e de duas casas de escolas”³. O Ministro responde por telegrama, reproduzido em *A Voz da Oficina*, dizendo que estava a tratar do assunto⁴.

A criação de instalações adequadas para o funcionamento do liceu era uma velha aspiração a que nem mesmo a República deu resposta satisfatória, por razões financeiras, certamente, pois a instalação do liceu no edifício do Colégio das Congreganistas do Sacré-Cœur, em 1922, não respondia às necessidades educativas sentidas no início do século XX⁵. Quanto às escolas pedidas, não foi possível saber se foram construídas.

Este parece constituir o facto mais relevante da política municipal desse anos, relativamente à criação de escolas primárias.

Ao todo podemos confirmar a criação de 7 escolas primárias, durante o período de 1915 a 1919, no concelho de Viseu, conforme a informação do quadro.

QUADRO 3. ESCOLAS PRIMÁRIAS CONSTRUÍDAS ENTRE 1915 E 1919

1.	Escola do sexo feminino na povoação do Almargem ¹
2.	Escola primária do sexo feminino do Couto de Baixo ²
3.	Escola mista de Prime ³
4.	Escola mista de Ribafeita ⁴
5.	Escola do sexo feminino na povoação de Vila Chã de Sá ⁵
6.	Escola mista de Pindelo, freguesia de Silgueiros ⁶
7.	Casa para a escola primária mista da povoação da Esculca, freguesia de Abraveses ⁷

¹ AMV, *Atas da Câmara Municipal de Viseu* (aCMV), 11-01-1915, liv. 43, fl. 166. ² AMV, aCMV, 06-02-1915, liv. 43, fl. 190. ³ AMV, aCMV, 30-08-1916, liv. 44, fl. 82. ⁴ AMV, aCMV, 22-11-1916, liv. 44, fl. 89. ⁵ AMV, aCMV, 22-11-1916, liv. 44, fl. 89. ⁶ AMV, aCMV, 22-11-1916, liv. 44, fl. 89. ⁷ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 20-12-1917, liv. Inum, fl. 116.

¹ AMV, *Actas da Comissão Ex*, 16 de agosto de 1917, fl. 45.

² Ministro da Instrução Pública de 11 de dezembro de 1917 a 7 de março de 1918; de 15 de maio de 1918 a 27 de janeiro de 1919 (Guimarães et al., 2000, pp. 136, 140, 144, 147).

³ “Edifício do Liceu e Escolas Primárias”, *A Voz da Oficina*, n.º 1120, 3 de Novembro de 1918, p 2, c 2.

⁴ Ibidem.

⁵ João Nuno Montenegro Aragão e Manuel Henrique Figueira, “Liceu Alves Martins. Viseu”, 2003, p. 790.

Assim, podemos concluir que, no que diz respeito à edificação de escolas de raiz, o trabalho desenvolvido foi manifestamente insuficiente.

2.3.2. ESCOLAS MÓVEIS

Como se sabe, as escolas móveis, consideradas “uma das mais notáveis ações educativas portuguesas” (Ricardo & Tavares, 2006, p. 178), têm a sua origem em 1881.

Joaquim Pintassilgo refere: “é à educação que é atribuída a missão de construir o *homem novo* republicano, o cidadão consciente e participativo capaz de garantir a permanência do novo regime”¹. Assim se explica, como salienta ainda o mesmo autor, o investimento “em múltiplas iniciativas no campo da alfabetização, tanto de crianças como de adultos, cujo exemplo mais emblemático é constituído pelas Escolas Móveis”².

Em 1913, Afonso Costa criou as Escolas móveis³. Como o mesmo historiador enfatiza, “a criação das Escolas Móveis constituiu uma iniciativa de carácter exclusivamente particular e o ponto de partida do movimento pode situar-se em 1881, quando Casimiro Freire, apaixonado pelo desenvolvimento da instrução e defensor acérrimo do método de leitura de João de Deus, publica dois artigos no jornal *O Século*, em 29 e 30 de Março de 1881. A Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus realiza a sua primeira missão em 24 de Novembro de 1882, com dois cursos, um diurno e outro noturno, e 58 alunos (Relatório da Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, de 1882-1883.”⁴

Como salienta Rómulo de Carvalho: “o Decreto de 29 de março de 1911 atende ao êxito das Escolas Móveis e oficializa-as determinando a sua criação nas freguesias onde, por qualquer motivo, não fosse possível criar escolas fixas (art.º 28.º)”⁵. O autor refere ainda que “depois da sua criação o Estado abriu o necessário crédito para as pôr a funcionar” e que para mais rapidamente “lhes dar início, que fossem nomeados professores”⁶. Nesse mesmo ano foram criadas, segundo Rómulo de Carvalho, 172 escolas móveis destinadas apenas a adultos.

As escolas móveis viriam a ser extintas, durante o Estado Novo, pelo Ministro Cordeiro Ramos⁷. A extinção é fundamentada no seguinte: “Atendendo a que as atuais escolas móveis não satisfazem ao objetivo invocado para a sua criação, o qual é a propagação das primeiras

¹ Joaquim Pintassilgo, *A República e a Educação: do ideal às realizações*, 2010, p. 2.

² Idem, ob. cit., p. 3.

³ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, 1998, p. 249.

⁴ Idem, ob. cit., p. 178.

⁵ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], 2001, p. 671.

⁶ Decreto de 25 de outubro de 1913.

⁷ Decreto n.º 18 819, de 5 de Setembro de 1930.

noções do ensino primário nas localidades em que não tem sido possível a fundação de escolas fixas, são extintas as escolas móveis (art.º 31.º)”¹.

No caso viseense, a criação de duas Escolas Móveis (e uma escola móvel agrícola) parece reforçar a nossa convicção de que os governos municipais não se empenharam a fundo na questão do combate ao analfabetismo nos adultos. A primeira referência a uma Escola Móvel, no período estudado, encontra-se em *O Comércio de Viseu*, onde se pode ler:

“A Escola Móvel de Viseu já está a funcionar, na Escola Central, na rua do Gonçalvesinho. A matrícula continua aberta e a aula funciona já, todas as noites, das 20 às 22”².

Também numa ata da Comissão Executiva, de 1914, há uma referência breve a essa escola:

“A Comissão tomou as seguintes deliberações: mandou colocar cinco lâmpadas de iluminação na Escola Central, a fim de ali poder funcionar a Escola Móvel”³.

Noutra ata, é dito que o vereador António da Fonseca propôs que a Câmara pedisse ao Governo,

“com toda a urgência, a criação duma Escola Móvel na freguesia de S. Pedro de France deste Concelho, por ser de muita necessidade, visto a referida freguesia ter falta de escolas primárias. Aprovado”⁴.

No que diz respeito à Escola Móvel Agrícola de Viseu, não terá tido, os resultados esperados, por falta de alunos, como testemunha a ata da Câmara de 1914:

“Do Presidente das Escolas Móveis Agrícolas participando que já não funcionava a Escola Móvel Agrícola Visconde da Silva Andrade, instituída nesta cidade, por não ter dado os resultados que era para desejar, e que portanto não era necessário a casa para a sua secretaria que a Câmara tinha deliberado oferecer gratuitamente para ela. A Câmara sentindo que esta escola deixasse de funcionar ficou ciente”⁵ (*itálico* nosso).

Durante o período em estudo, voltamos a encontrar referências a Escolas Móveis, em 16 de agosto de 1917, numa ata da Comissão Executiva, em que o Inspetor de Escolas Móveis solicita que lhe indiquem

¹ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], 2001, p. 671.

² “Escola Móvel de Viseu”, *O Comércio de Viseu*, n.º 2840, 20 de Novembro de 1913, p. 2, c. 3.

³ AMV, *Actas da Comissão Ex*, 25 de fevereiro de 1914, liv. inum. fl. 26.

⁴ AMV, *Actas*, 13 de novembro de 1914, liv. 43, fl. 135.

⁵ AMV, *Actas*, 3 de abril de 1914, liv. 43, fl. 25.

“as localidades onde no próximo ano letivo mais necessário seria a colocação de escolas femininas móveis, ficando a cargo da Câmara a responsabilidade da sua instalação, isto é, o fornecimento de mobiliário, casa e luz, para o seu funcionamento”¹.

A este pedido a Câmara respondeu não poder tomar a responsabilidade do encargo, em virtude de existir uma grande quantidade de escolas primárias no Concelho, que absorviam a grande maioria das receitas gerais do município.

O Comércio de Viseu concretiza bem no artigo de 31 de agosto de 1913 a importante missão cultural e civilizadora das escolas móveis:

“O decreto que criou as Escolas Móveis e regulou o seu funcionamento é uma das melhores leis da República [...]. Precisamos de instruir e educar o povo, para ele compreender os seus legítimos direitos e ter a noção exata dos seus deveres. É preciso incutir no povo o respeito pelas leis e o amor pelas instituições; ensinar-lhes os princípios da verdadeira e sã moral”².

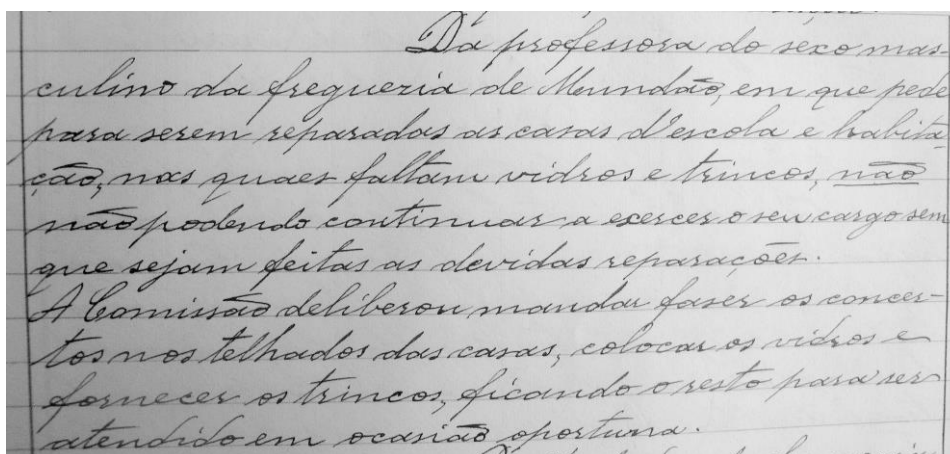
2.4. ESCOLAS REPARADAS

A leitura dos documentos reunidos parece permitir afirmar que a Câmara Municipal de Viseu também se preocupou com o mau estado em que se encontravam diversos edifícios escolares. As reparações necessárias, segundo os padrões de exigência da época, eram realizadas em função do desafogo ou dos constrangimentos orçamentais, como da força dos pedidos de professores e entidades envolvidas, como as Juntas de Paróquia. Também aqui parece ter-se agido ao sabor das pressões do que em resultado de um plano prévio. Fica este exemplo. Em 1914, a Câmara Municipal de Viseu regista o pedido da professora para “arranjos” da escola do sexo masculino da freguesia de Mundão³.

¹ AMV, *Actas da Comissão Ex*, 16 de agosto de 1917, fl. 45.

² “Escolas Móveis”, *O Comercio de Viseu*, n.º2817, 31 de agosto de 1913, p. 2, c. 2-3.

³ “Da professora do sexo masculino da freguesia de Mundão em que pede para serem reparadas as casas da escola e habitação, nas quais faltam vidros e trincos, não podendo continuar a exercer o seu cargo sem que sejam feitas as devidas reparações. A Comissão deliberou mandar fazer os consertos nos telhados das casa, colocar os vidros e fornecer os trincos, ficando o resto para ser atendido em ocasião oportuna”.



Fonte: AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de fevereiro de 1914, liv. inum, fl. 15.

As razões frequentemente evocadas para explicar o sucessivo adiamento das obras ou a sua impossibilidade são de natureza financeira: o orçamento municipal era muito exíguo. Contudo, importa não cair na armadilha dos documentos, pois não pudemos contabilizar os gastos da Câmara em escolas, confrontando-os com os gastos de outras rubricas.

Atentemos nas informações disponíveis, uma vez que as notícias da imprensa local são insignificantes ou muito reduzidas. Em 1908, segundo um documento da Administração do Concelho de Viseu, havia 10 edifícios escolares de instrução primária, pertencentes ao Estado, “que careciam de reparação para conservação”¹. São os casos das seguintes escolas:

Escola masculina de Cavernães que, segundo o documento,

“precisava de ser ampliada, mas não tem espaço para isso”; a escola masculina de Cepões, *idem*; a escola feminina de Sanguinhedo, que “precisava de ser ampliada e reconstruída desde os alicerces”, a escola feminina de Farminhão, “absolutamente incapaz e sem condições para se poder melhorar”, o mesmo acontecia com as escolas masculinas de Povolide, Santos Evos, S. Salvador; as escolas de Lages e Passos, da freguesia de Silgueiros, “já dadas por incapazes e substituídas por casas arrendadas”; a escola masculina de Viseu Oriental, uma escola municipal com “más condições higiénicas que poderiam melhorar-se”.

Ao todo, registámos 34 pedidos de reparações e beneficiações requeridas à Câmara durante o período em análise, como se pode ver no Quadro 4, na página 55.

De salientar que no conjunto das referências apresentadas há casos de escolas que solicitam mais do que uma vez reparações na casa das escolas, como são os casos das escolas de Povolide, Santos Evos, Torredeita, S. Pedro de France, Cavernães, Mundão, escola

¹ ADV, Fundo de Instrução, Cx. 72, n.º 51, 21 de fevereiro de 1908.

masculina da freguesia oriental de Viseu e escola do Ensino Normal de Viseu, pelo que se pode constatar que muito provavelmente a Câmara não conseguiria de imediato satisfazer os pedidos para consertos das referidas escolas.

2.5. ESCOLAS ENCERRADAS

Também encontrámos referências ao encerramento de escolas pelos mais variados motivos. Faremos uma súmula desses casos – o primeiro exemplo registado sobre o encerramento de escolas prende-se com a recusa da Junta de Paróquia, da freguesia de Loureiro de Cima, em pagar a renda da casa da escola e do subsídio de renda da casa à professora “como se comprometeu ao ser criada a escola”¹.

A Câmara vai deliberar que se paguem as dívidas em débito, desde 30 de setembro de 1914, e

“logo que termine o presente ano letivo, fechar a escola, bem como outras que estiverem nas mesmas circunstâncias, uma vez que a contribuição para as escolas no concelho já estar no máximo legal, além do subsídio com que contribuiu o Governo para elas, e não pode desviar mais rendas das suas receitas gerais para esse fim!”².

Outras referências a encerramento de escolas prendem-se com doenças epidémicas, nomeadamente de tosse convulsa, como foi o caso da mencionada na ata de 11 de junho de 1915, em que se pode ler o seguinte:

“Presente e lido um outro ofício do mesmo Inspetor participando que a autoridade sanitária havia ordenado o encerramento da escola masculina da povoação de Vila dum Santo, freguesia de Côta, em virtude de terem sido atacados de *coclucha*³ [sic] muitos alunos desta escola. A Câmara ficou inteirada”⁴.

Noutra ata de 9 de dezembro, do mesmo ano, a escola de Calde também foi encerrada “por ordem da autoridade sanitária por ali grassar o tifo”⁵. A imprensa local dá conta do encerramento de duas escolas – a Travassós de Orgens e Barbeita –, ambas do sexo masculino⁶.

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 11 junho de 1915, liv. 43, fl. 228.

² Ibidem.

³ “Coqueluche” (tosse convulsa ou Pertússis) é uma doença altamente contagiosa e perigosa para crianças, causada pela bactéria Gram-negativa *Bordetella pertussis*, que causa tosse violenta contínua e dolorosa, in [www: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ Pert%C3%Bassis>](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pert%C3%Bassis).

⁴ AMV, *Actas*, 11 junho de 1915, liv. 43, fl. 230.

⁵ AMV, *Actas da Comissão Ex*, 9 de dezembro de 1915, fl. 110.

⁶ “Escolas fechadas”, *O comercio de Viseu*, n.º 2595, 13 de julho de 1911, p. 1, c. 5.

QUADRO 4. PEDIDOS DE BENEFICIAÇÕES DAS ESCOLAS, 1914-1918

Ano	Escola	Discriminação das beneficiações pedidas
1914	Escola de Ensino Normal de Viseu	“reparos na casa do ensino normal desta cidade” ¹
1914	Escola Noturna da cidade de Viseu	“Presente o projeto do concerto já resolvido pela Câmara a fazer na escola noturna da cidade, sita na rua Direita. A Câmara resolveu autorizar a Comissão Executiva a mandá-lo fazer conforme este projeto, autorizando a despesa” ²
1914	Escola de Mundão	“da professora do sexo masculino da freguesia de Mundão, em que pede para serem reparadas as casas da escola e habitação, nas quais faltam vidros e trincos, não podendo continuar a exercer o seu cargo sem que sejam feitas as devidas reparações” ³
1914	Escola da freguesia de S. Pedro de France	“lida uma proposta urgente apresentada pelo vereador Sr. José Maria Coelho, para que a Câmara autorizasse a Comissão Executivas do Município a mandar proceder , desde já, às reparações necessárias na casa de habitação do professor e da escola da freguesia de S. Pedro de France” ⁴
1914	Escola de Santos Evos	“do professor de Santos Evos, com data de 20 do corrente, pedindo o urgente conserto do telhado da escola, colocação de vidros e também o conserto de um alpendre, que está a desabar , tudo na aludida casa desta escola. A Comissão deliberou atender a este pedido” ⁵
1914	Escola masculina da freguesia Oriental de Viseu	“da professora da escola do sexo masculino da freguesia Oriental, pedindo para que o edifício da sua escola, que também é da sua habitação, seja reparada como convém, a bem da sua higiene e da sua conservação” ⁶
1914	Escola feminina da freguesia Oriental de Viseu	“da professora Diretora da escola do sexo feminino da freguesia oriental desta cidade, datado de hoje, em que pede para o proprietário da casa da sua escola ser convidado a mandar proceder a caiação e pintura interior e exterior da mesma casa, obras que se tornam urgentes. A Comissão deliberou oficiar o proprietário da casa para mandar proceder aos reparos que fossem necessários” ⁷
1914	Escola de Figueiró	“do professor de Figueiró, de 28 deste mês, em que pede urgentes concertos na escola a seu cargo e que são os seguintes: reparação das paredes no interior do edifício, vidros nas janelas, concertos e pintura da parte principal. A Comissão encarregou a repartição de obras de satisfazer este pedido” ⁸

Ano	Escola	Discriminação das beneficiações pedidas
1914	Escola de Cavernães	“do professor oficial de Cavernães, de 27 deste mês a dizer que estando próxima a abertura da escola daquela freguesia e como esta esteja em condições de lá não poder ministrar a instrução, visto as janelas estarem sem vidros, as paredes sem cal e no tempo de inverno chover por todos os lados, pede à Comissão para mandar vistoriar a fim de ser composta. A Comissão resolveu mandar fazer o conserto dentro das forças do orçamento.” ⁹
1914	Escola de Povolide	“da professora [da escola] do sexo feminino de Povolide, D. Maria Luísa Liz Vasconcelos do Loureiro, de 6 deste mês, dizendo em cumprimento de ordens que recebeu, havia chamado um carpinteiro para avaliar os consertos de que necessitava a casa da sua escola, sendo estes consertos os seguintes: conserto no sobrado da sala da escola, retretes feitas de novo, reparar aljaroz da entrada, colocação de duas fechaduras nas retretes e fornecimento de 500 telhas. A Comissão autorizou estes consertos e fornecimentos, devendo a repartição de obras providenciar convenientemente.” ¹⁰
1914	Escolas de Torredeita	“reparações urgentes no edifício das escolas oficiais de Torredeita, especialmente nos telhados por onde a água entra em abundância” ¹¹
1914	Escola de Mundão	“da professora do sexo feminino de Mundão pedindo urgentes reparos na sala de aula e casa de habitação por ali chover em alguns pontos” ¹²
1915	Escola masculina da freguesia oriental de Viseu	“ofício da professora da escola primária do sexo masculino da freguesia oriental desta cidade pedindo um conserto no estuque de uma sala da dita escola” ¹³
1915	Escola mista de Gumirães, freguesia de Rio de Loba	“Lido um ofício do mesmo Inspetor enviando uma nota, modelo b, da vistoria que fez à casa oferecida para a escola mista da povoação de Gumirães, freguesia de Rio de Loba, propondo alguns consertos e obras na mesma” ¹⁴
1915	Escola de Lustosa, freguesia de Ribafeita	“A Câmara resolveu autorizar a Comissão Executiva a fazer uns consertos de que carece a casa da escola da povoação de Lustosa, freguesia de Ribafeita” ¹⁵
1915	Escola mista de Nogueira, freguesia de Côtã	“a casa da escola mista de Nogueira, freguesia de Côtã, encontra-se em mau estado necessitando de reparos urgentes” ¹⁶

Ano	Escola	Discriminação das beneficiações pedidas
1915	Escola masculina de Travassós de Cima	“foi lido um ofício da professora interina da escola masculina de Travassós de Cima, de 13 do corrente, dando conhecimento do perigo que ameaça a casa da sua escola e que é devido aos fossos abertos no terreno pela invernia, e que podem prejudicar os alicerces da mesma casa. A Comissão deliberou que a repartição de obras providenciasse convenientemente e com urgência acerca deste assunto” ¹⁷
1915	Escola do sexo masculino de Mundão	“da professora do sexo masculino de Mundão a pedir reparos na casa da escola e habitação que se acha em mau estado” ¹⁸
1915	Escola de Cavernães	“do professor de Cavernães , dizendo, em resposta ao ofício de 13 deste mês, que deverão importar em 12\$00 os concertos na casa da sua escola. A Comissão autorizou os aludidos concertos” ¹⁹
1915	Escola feminina de Sanguinhedo de Côta	“O Inspetor Escolar pede para ser reparada a escola do sexo feminino de Sanguinhedo de Côta” ²⁰
1915	Escola masculina de Barreiros	“a professora da escola masculina de Barreiros pede urgentes reparos na casa da sua escola, especialmente no telhado” ²¹
1915	Escola feminina de Povolide	“concertos urgentes que necessita a casa da escola do sexo feminino de Povolide” ²²
1915	Escola feminina de Povolide	“foram pedidos urgentes reparos no soalho e teto da casa da escola do sexo feminino de Povolide” ²³
1915	Escola de Ensino Normal de Viseu	“do Diretor interino da Escola de Ensino Normal de Viseu, datado de 1 deste mês, a dizer que tornando-se preciso proceder a reparos e caiação nas salas de aula daquela escola, antes de começarem os trabalhos escolares, assim o comunicou para nos termos das leis em vigor a Comissão Executiva do Município se digne dar para esse efeito, as devidas providências. A Comissão resolveu atender o pedido” ²⁴
1915	Escola de S. Pedro de France	“do professor da escola de S. Pedro de France enviando para ser satisfeita uma nota do mobiliário mais material escolar de que necessita a sua escola, necessitando uma caiadela e vidros nas janelas da sala dos exercícios escolares” ²⁵
1916	Escola feminina de Povolide	“Lido um ofício do Inspetor deste círculo escolar dizendo que a professora da escola feminina de Povolide havia pedido uma reparação urgente na casa onde funciona a escola” ²⁶
1917	Escolas de Santos Evos, São Salvador, Povolide, Torredeita e S. Miguel, em Viseu	“mandou fazer concertos nas escolas de Santos Evos, São Salvador, Povolide, Torredeita e S. Miguel desta cidade” ²⁷

Ano	Escola	Discriminação das beneficiações pedidas
1917	Escola masculina de S. João de Lourosa	“a escola masculina da povoação de S. João de Lourosa ameaça ruína perigosa para os alunos” ²⁸
1917	Escola feminina de Lourosa de Cima	“ofício do professor da escola feminina de Lourosa de Cima participando que a casa da sua escola precisa de urgentes reparações” ²⁹
1918	Escola da freguesia ocidental de Viseu	“da professora da escola da freguesia ocidental em que participa que a casa destinada quer à escola quer à sua habitação estão em péssimas condições higiénicas, precisando de reparações, sem as quais não poderá funcionar no próximo ano letivo”

¹ AMV, *aCEM*, 30-09-1914, fl. 25. ² AMV, *aCMV* 30-01-1914, liv. 43, fl. 15. ³ AMV, *aCEM*, 04-02-1914, fl. 15. ⁴ AMV, *aCMV* 07-02-1914, liv. 43, fl. 19. ⁵ AMV, *aCEM*, 25-02-1914, fl. 24. ⁶ AMV, *aCEM*, 8-04-1914, fl. 51. ⁷ AMV, *aCEM*, 22-04-1914, fl. 59. ⁸ AMV, *aCEM*, 29-07-1914, fl. 128. ⁹ AMV, *aCEM*, 30-09-1914, fl. 20. ¹⁰ AMV, *aCEM*, 11-11-1914, fl. 46. ¹¹ AMV, *aCEM*, 9-12-1914, fl. 61. ¹² AMV, *aCEM*, 23-12-1914, fl. 72. ¹³ AMV, *aCMV* 3-02-1915, liv. 43, fl. 181. ¹⁴ AMV, *aCMV* 6-02-1915, liv. 43, fl. 186. ¹⁵ AMV, *aCMV* 6-02-1915, liv. 43, fl. 190. ¹⁶ AMV, *aCMV* 27-04-1915, liv. 43, fl. 202. ¹⁷ AMV, *aCEM*, 18-02-1915, fls. 99-100. ¹⁸ AMV, *aCEM*, 25-02-1915, fl. 103. ¹⁹ AMV, *aCEM*, 22-04-1915, fl. 127. ²⁰ AMV, *aCEM*, 29-04-1915, fl. 130. ²¹ AMV, *aCEM*, 28-05-1915, fl. 141. ²² AMV, *aCMV* 29-05-1915, liv. 43, fl. 221. ²³ AMV, *aCEM*, 10-06-1915, fl. 2. ²⁴ AMV, *aCEM*, 7-10-1915, fl. 68. ²⁵ AMV, *aCEM*, 14-10-1915, fl. 73. ²⁶ AMV, *aCEM*, 20 de-01-1916, fls. 135-136. ²⁷ AMV, *aCMV* 03-01-1917, liv. 44, fls. 93-94. ²⁸ AMV, *aCEM*, 14-06-1917, fl. 2. ²⁹ AMV, *aCEM*, 21-06-1917, fl. 8.

2.6. ESCOLAS NOTURNAS

As escolas noturnas – que já vinham da Monarquia – eram, na realidade, escolas de adultos, pois, como salienta Luís Pereira Dias, “eram dirigidas aos trabalhadores, independentemente da idade”, tendo por objetivos principais “a aprendizagem da instrução primária e o seu aperfeiçoamento”¹.

No caso de Viseu, encontrámos referências a escolas noturnas, tanto nas atas da Câmara Municipal de Viseu, como na imprensa local. *O Comércio de Viseu*, de 19 de março de 1911, noticia um despacho “criando um curso noturno em Passos de Silgueiros”². Em 4 de novembro de 1914, a Comissão Executiva autorizou o professor da escola de S. Salvador a ministrar na escola de Repeses, “de noite, a instrução a rapazes adultos de Paradinha e Repeses, sem quaisquer encargos para o município”³. Na ata da Câmara Municipal, de 27 de setembro de 1917, por proposta da Comissão Executiva, a Câmara deliberou “criar um curso noturno de instrução primária”, em Viseu, atendendo, aos “benefícios que resultam para a instrução da aprovação da mesma proposta”⁴.

Assim, a criação de “cursos noturnos” parece demonstrar algum esforço da Câmara Municipal de Viseu para minimizar o problema do analfabetismo, principalmente entre a grande massa de adultos iletrados, que no concelho de Viseu rondava os 43 758 (17 283 “varões”, 26 475 “fêmeas”⁵). Evidentemente que estas iniciativas pontuais não permitiram ultrapassar, nem obviar a irregular frequência dos alunos, nem o problema do analfabetismo no concelho.

2.7. ESCOLA NORMAL

O município dispôs também de uma Escola Normal. Como veremos mais adiante a preocupação com a preparação dos professores foi motivo de preocupação por parte dos governos republicanos. Assim, como refere Rómulo de Carvalho

“a sua preparação é feita em Escolas Normais Primárias e consistia num curso geral de quatro anos com dezanove disciplinas, pedagógicas, científicas e cultu-

¹ Luís Pereira Dias, *As outras escolas. O Ensino Particular* [...], 2000, p. 94.

² “Instrução pública”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2562, 19 de março de 1911, p. 2, c. 4.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de novembro de 1914, liv. inum, fl. 45.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 27 de setembro de 1917, liv. 44, fl. 118.

⁵ Cf. Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 [...], 1913, p. 249.

rais, teóricas e práticas”¹.

O autor salienta ainda que os professores, terminado o curso nas Escolas Normais, podiam ingressar na profissão, estando no entanto condicionados ao facto da primeira nomeação (de todas as categorias) para o magistério primário ser temporária, tornando-se definitiva depois de “dois anos de bom e efetivo serviço” (art.º 84.º)².

Na documentação consultada foram encontradas 6 referências³ à Escola Normal de Viseu, mais concretamente na imprensa local.

Da leitura dos documentos salientamos como mais relevante uma nota⁴, escrita pelo Diretor da Escola Normal de Viseu, João Marques, com todos os professores desta escola:

219

Escola de Ensino Normal de Viseu

Nota de todos os professores d'esta Escola

Nomes	Exercícios	Observações
Gaspar de Valle de Walter Cid	Ocidental	Impedido em serviço do Langosse
João da Costa Aguiar	"	
João Marques	"	
João Augusto Leitão	Ausente em Exatinação	Dado por inca para a junta medica
João Marques do Castilho	Ocidental	

Escola de Ensino Normal de Viseu, 13 de outubro de 1913

Pelo Director,

João Marques

Fonte: ADV, Fundo de Instrução, Cx. 352, n.º 19, 13 de outubro de 1913.

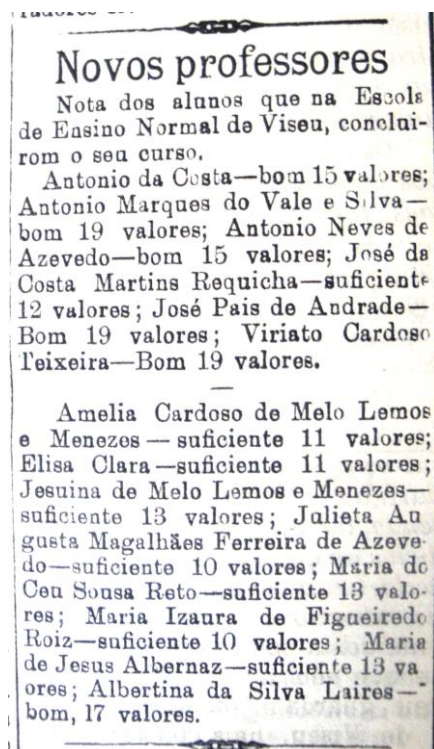
¹ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], 2001, p. 677.

² Ibidem.

³ [José Pais de Andrade], “Escola Normal. Desfazendo ideias absurdas”, *A Voz da Oficina*, n.º 931, 6 de novembro de 1914, p. 2, c. 4-5; “A Derrocada”, *A Voz da Oficina*, n.º 966, 28 de julho de 1915, p. 2, c. 4-5; “Pela Escola Normal. A obra de um padre”, *A Voz da Oficina*, n.º 1044, 12 de maio de 1917, p. 1, c. 1-2; “A Escola Normal de Viseu. Um grito de angústia”, *A Voz da Oficina*, n.º 1058, 18 de agosto de 1917, p. 1, c. 4-5; “A Escola Normal de Viseu. O padre Castilho”, *A Voz da Oficina*, n.º 1062, 16 de setembro de 1917, p. 2, c. 1-2.

⁴ ADV, Fundo de Instrução, Cx. 352, n.º 19, 13 de outubro de 1913.

De referir que foram também encontrados nos documentos consultados nomes de alunos e alunas (futuros professores) que concluíram o seu curso nesta escola, bem como a sua classificação:



Fonte: "Novos Professores", *O Comercio de Viseu*, n.º 2916, 13 de agosto de 1914, p. 2, c. 4.

2.8. ESCOLAS PARTICULARES

Como escreve A. H. Oliveira Marques, "a instrução primária não se confinava [...] ao ensino oficial. Por todo o País existia uma rede, por vezes densa, de escolas particulares onde se ministravam as primeiras letras e se preparavam os alunos para os exames do 1.º e 2.º graus. Tanto particulares quanto coletividades, por razões quer lucrativas quer ideológicas, dirigiam e organizavam escolas primárias, dotando-as de programas e meios muitas vezes superiores aos do Estado. Era o caso da Igreja, nomeadamente das ordens religiosas. E era também o caso dos republicanos e da Maçonaria, onde se contaram algumas das iniciativas mais fecundas do ensino primário particular"¹.

¹ A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. XI, 1991, p. 535.

De facto, foi possível constatar que durante o período em estudo Viseu tinha também oferta privada, ao nível do ensino primário. Segundo Luís Pereira Dias, no distrito de Viseu, de 1876 a 1877, terão existido 36 escolas particulares e 306 escolas oficiais¹.

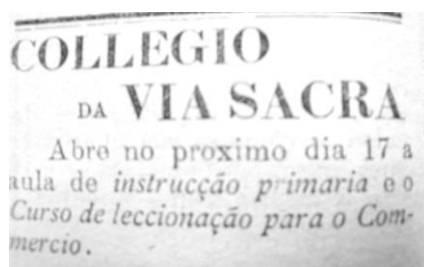
Na documentação consultada encontrámos 3 escolas particulares:

Escola particular feminina Sarah Barbosa



Fonte: “Escola particular Sarah Barbosa”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2617, 28 de setembro de 1911, p. 3, c. 3.

Colégio masculino Via Sacra



Fonte: “Collegio da Via Sacra”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2517, 13 de outubro de 1910, p. 2, c. 5.

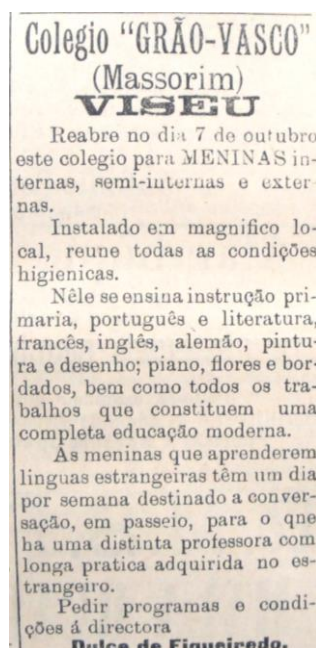
Num documento do Arquivo Municipal de Viseu consultámos uma nota², enviada pelo inspetor António Bastos Cardoso Pinto ao Governador Civil, onde constam “todos os professores oficiais e particulares” do Círculo Escolar de Viseu. Na última linha dessa nota pode ler-se: “Via Sacra, [freguesia] oriental, concelho de Viseu, Professor Padre António Barreiros, único professor particular”³.

Colégio feminino Grão Vasco, em Massorim

¹ Luís Pereira Dias, *As outras Escolas. O Ensino Particular das Primeiras Letras entre 1859 e 1881*, 2000, p. 81.

² ADV, Fundo de Instrução, Cx. 148, n.º 17, 17 de setembro de 1914.

³ *Ibidem*.



“Colegio Grão- Vasco”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2722, 3 de outubro de 1912, p. 3, c. 2.

2.9. ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR

Segundo a reforma de 1911, o ensino primário dividia-se em três graus: o elementar, o complementar e o superior. O elementar era “obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos de idades compreendidas entre os sete e os catorze anos e facultativo para os restantes escalões”¹. Atentemos na descrição de Rómulo de Carvalho:

“o ensino primário elementar tinha duração de três anos, dos sete aos nove; o objetivo do seu ensino incluía a Leitura, a Escrita, noções de Geografia, *Moral Prática*, Educação Social, Económica e Civil [terminada a escolaridade obrigatória de três anos de ensino primário elementar era necessário o aluno ser aprovado em exame]; o ensino primário complementar tinha a duração de dois anos, dos dez aos doze; aí se continuaria o estudo das disciplinas da fase elementar, com mais desenvolvimento e com alguns acréscimos apropriados à satisfação do objetivo de preparar os alunos para exercer qualquer profissão”.

O curso, como refere A. Henriques Carneiro, visava a formação pessoal dos jovens, com um sentido essencialmente prático, tendo por objetivo a preparação para ingresso numa carreira profissional. Contudo, também abria a possibilidade de acesso a outros níveis de instrução, “o que constituía uma grande vantagem, por facilitar a progressão nos

¹ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal* [...], 2001, p. 670.

estudos aos que, devido a reduzidas disponibilidades económicas, estavam impossibilitados de frequentar os liceus, que só existiam nos maiores centros urbanos do País”¹.

Segundo o mesmo autor o projeto relativo ao ensino primário superior só foi estruturado em 1918, com a elaboração de um Regulamento das Escolas Superiores. Porém, o ensino primário superior só foi verdadeiramente assumido em 10 de maio de 1919, com a publicação do Decreto n.º 5787-A. Salienta A. Henriques Carneiro que “com este decreto, passou o País a dispor de um tipo de ensino inteiramente novo, com base no princípio de que era necessário facultar mais cultura aos que completavam o ensino elementar e não tinham a possibilidade de ingressar no ensino liceal”². Apesar do mérito da iniciativa, o Ministro António Sérgio, em janeiro de 1924, vai extinguir estas escolas.

A Voz da Oficina publicava em 16 de novembro de 1919 um artigo intitulado “Viseu pode ser um grande centro de educação geral”³ referindo-se à criação na cidade da Escola de Ensino Primário Superior. Neste artigo, escrito pela pena de Pais Gaudêncio, o autor admite que os governos da República,

“compenetrados que um povo só medra quando instruído, tem feito alguma coisa no sentido de o instruir, já criando milhares de escolas oficiais, já organizando em várias partes escolas móveis, escolas primárias superiores. Não é tudo porém”⁴.

De facto, fica expressa, na opinião deste republicano, que a escola primária superior, entre outros investimentos, é um contributo relevante, na medida em que, citando as suas palavras:

“Efetivamente, nós podemos fazer da terra de Grão Vasco, berço de D. Duarte, o cérebro sublime do vasto distrito”. Contudo, o mesmo artigo refere também a importância que teria para as gentes de Viseu “uma escola de aperfeiçoamento agrícola”.

De facto, o ensino primário superior seria uma excelente alternativa de prosseguimento de estudos aos jovens das classes trabalhadoras que não poderiam frequentar os liceus.

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 394.

² Idem, ob. cit., p. 395.

³ [Pais Gaudêncio], “Viseu pode ser um grande centro de educação geral”, *A Voz da Oficina*, n.º 1150, 16 de novembro de 1919, p. 3, c. 1-2.

⁴ Ibidem.

CAPÍTULO 3. OS PROFESSORES, ENTRE UM PAPEL CENTRAL E O ESQUECIMENTO

*Os grandes mentores, os pais espirituais da nova geração são os professores [...]. Saúdo-vos com emoção. A pátria contra convosco, a minha autoridade é a vossa*¹.

“O homem vale, sobretudo, pela educação que possui”² – principia assim o preâmbulo do Decreto de 29 de março de 1911 que atribui à educação uma importância fundamental. De facto, como afirma Maria Cândida Proença, “o grande ideal republicano seria a educação para todos sem distinções como elemento indispensável ao ressurgimento nacional que a obra de regeneração da república pretendia realizar”³.

Para alcançar tal desiderato era necessário ter professores capazes de cumprir esses objetivos. De facto, entre as preocupações da I República, tal como salienta a referida autora, conta-se a “formação de professores e a melhoria do seu estatuto socioprofissional”⁴, pois, “um dos aspetos mais visíveis dessa preocupação residiu no estímulo concedido à formação de professores, tanto a nível primário como secundário”. Assim, segundo a referida historiadora, os republicanos “criaram as faculdades de letras e as escolas normais superiores, destinadas a preparar para a docência do ensino secundário. A nível do ensino primário, também se procurou uma melhoria da formação dos docentes pela introdução de disciplinas como pedagogia geral, metodologia do ensino primário e pedologia”.

Todavia, a preocupação com a formação de professores não visava apenas a eliminação dos analfabetos: o grande objetivo da I República era a formação do “homem novo republicano”⁵. Como salienta António Nóvoa, durante a I República, a escola vai tornar-se em Escola-Templo. O docente vai ser digno de consideração social e ele “beneficiará do

¹ Palavras dirigidas pelo primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, aos participantes do 3.º Congresso Pedagógico, 1912 (António Nóvoa, *Le temps des professeurs* [...], vol II, 1987, p. 531.)

² Direção Geral da Instrução Primária, Decreto n.º 9223 de 29 de março de 1911, p. 3.

³ Maria Cândida Proença, *A República e a regeneração pela educação*, 2010, p. 1.

⁴ Maria Cândida Proença, *A educação*, 2009, p. 183.

⁵ Joaquim Pintasilgo, *A República e a educação: do ideal às realizações*, Lisboa, 2010, p. 2.

mesmo respeito que o padre e o magistrado”¹. O professor primário vai intervir em todas as manifestações da vida local, ele deve funcionar como uma espécie de mediador (ou regulador) da atividade social.

Assim, era necessário formar professores republicanos, professores capazes de formar cívica e culturalmente os cidadãos da República. Nessa medida, Maria Cândida Proença salienta que, “entre 1910 e 1918, não se procedeu a uma reforma de fundo nas antigas escolas normais herdadas da monarquia. As alterações conjunturais efetuadas visavam sobretudo objetivos políticos – formar professores republicanos – e não tanto introduzir mudanças profundas de orientação científica na formação de docentes”.

Como se sabe, no Decreto de 29 de março de 1911, são enunciadas as grandes opções ideológicas, políticas e organizacionais para a educação republicana: “os jovens devem ser educados na fidelidade à república, fidelidade, aliás, que vai ser exigida durante todo o período republicano aos funcionários públicos incluindo, portanto, professores e inspetores”². A este propósito, como salientam A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, foi publicado em novembro de 1913 o Decreto n.º 236 que estabelecia que os funcionários dependentes do Ministério da Instrução Pública deviam assinar uma *declaração de fidelidade*, conforme o texto que se transcreve:

“Eu... juro pela minha honra, como cidadão e como funcionário, que defenderei a pátria e a República, consubstanciada na sua Constituição e nas suas leis, e servirei com zelo e fidelidade, cumprindo as ordens legais dos meus superiores, fazendo-me obedecer e respeitar pelos meus subordinados, segundo a mais severa disciplina, observando e fazendo observar os direitos e deveres de cada um, e procurando por todos os meios ao meu alcance acrescentar a glória da Pátria e da República. E para firmeza de tudo assim declaro”³.

De facto, como refere António Nóvoa os diferentes regimes políticos consideraram “o controlo da educação como uma questão vital para a sua sobrevivência e reprodução”⁴. Assim, a Monarquia, a 1.ª República e o Estado Novo vão exigir aos professores a assinatura de uma declaração de fidelidade.

A este propósito o historiador citado salienta que um dos traços mais característicos do comportamento dos professores primários - traço particularmente visível no princípio do século XX, dada a sucessão de 3 regimes políticos distintos – é a “aceitação passiva da ordem estabelecida e das ideias sociais e políticas dominantes”. Assim, com poucas exceções, “os

¹ António Nóvoa, *Le temps des professeurs* [...], vol II, 1987, p. 607.

² José Fernando Flores Andrade, *Subsídios para a história da Inspeção Educativa* [...], 1995, p. 71.

³ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 76.

⁴ António Nóvoa, *Le temps des professeurs* [...], vol II, 1987, p. 610.

professores foram monárquicos até 1910, republicanos de 1910 a 1926 e nacionalistas depois de 1926, dito de outro modo, estiveram sempre de acordo com o regime político vigente”¹.

3.1. ESTATUTO SOCIOPROFISSIONAL DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO DE VISEU

Segundo António Nóvoa, no princípio do século os professores primários estão à procura de reconhecimento profissional, por parte das autoridades do Estado, bem como da sociedade em geral. De acordo com este historiador, eles “estão bem conscientes da sua força (o número, a influência na vida local), mas também das suas fraquezas (falta de autonomia, as reduzidas qualificações)”². Este conjunto de razões provocava uma grande instabilidade, pelo que a cada mudança política, uma “mistura de medo (vai voltar-se à situação de mestre-escola ridícula) e de esperança (vamos ter finalmente, o prestígio a que temos direito) atravessava os professores primários”³. Então, assim que uma mudança política aparecia como inevitável, lá estavam eles a alinhar ao lado dos vencedores.

Vamos encontrar ecos do exposto no comportamento dos professores primários em Viseu: Em Novembro de 1910, num documento do Governo Civil do Distrito de Viseu, enviada ao Ministro do Interior, o subinspetor António Bastos Cardoso Pinto, testemunhando a existência de 126 professores no círculo escolar de Viseu, salienta a “grande devoção” dos professores viseenses “pela felicidade pátria”, dizendo que professavam “solenemente envidar todos os seus esforços para que as crianças que lhes forem confiadas adquiram o carácter e virtudes indispensáveis aos membros de uma nacionalidade que tem por divisa – Ordem e Trabalho, Fraternidade e Amor da Pátria – contribuindo, assim, para o desenvolvimento e consolidação da república Portuguesa, tão heroica e brilhantemente implantada para salvação do país”⁴.

Embora o ideal republicano tivesse atraído inúmeros professores, durante os anos da propaganda, não podemos deixar de atentar na data do referido documento que parece testemunhar uma imediata adesão do professorado viseense ao novo regime que despontava, na esperança, naturalmente, de ver resolvidos os seus problemas de classe. Todavia, não temos outros documentos que nos permitam afirmar que essa adesão foi espontânea, pois, como sabemos, a República vai exigir a vinculação formal aos seus ideais. Num artigo de *O Comércio de Viseu*, de 1915, faz-se alusão ao exposto: nesse ano, foi aberto concurso pelo

¹ Ibidem.

² António Nóvoa, *Le temps des professeurs* [...], vol II, 1987, p. 613.

³ Ibidem.

⁴ ADV, Fundo de Instrução, Cx. 94, n.º 66, 11 de novembro de 1910.

Parlamento para nomeação de 160 lugares de professoras para escolas móveis femininas. Dizia assim o Edital:

“As concorrentes deverão apresentar, com os requerimentos, documentos comprovativos das suas habilitações literárias e pedagógicas; certidão de registo criminal e atestados demonstrando que não são hostis à República, passado pela Junta de Paróquia ou por qualquer coletividade ou corporação republicana”¹.

No que ao estatuto socioeconómico dos professores diz respeito, António Nóvoa salienta o seguinte:

“não exageramos ao afirmar que no fim do século XX, os professores primários recebiam salários que os colocavam na pirâmide socioeconómica mais baixa. A comparação dos salários das diferentes categorias sociais demonstra que os professores estão ao nível de operários pouco especializados e no princípio de carreira eles pouco mais recebem do que trabalhadores agrícolas”².

A Reforma de 1911 afirmava claramente que os professores são um grupo “que vive na miséria, pois os seus salários não são suficientes para assegurar uma vida digna e eles foram sempre desprezados pelos poderes públicos”³. Apesar destes discursos, a verdade é que o estado das finanças públicas não permitiu ir mais longe. De facto, no Congresso de 1914, os professores primários manifestavam apreensões quanto à alteração das suas condições económicas:

“a euforia republicana cede lugar a uma expectativa prudente. Em 3 anos a República não foi capaz de levar os professores primários à posição socioeconómica que lhe pertence, tendo em conta as responsabilidades das suas funções, da duração da sua formação profissional e do papel social que desempenham”⁴.

Ao longo do período em análise, verificamos que a situação dos professores do ensino primário, em Viseu, não foge muito do panorama geral que se vivia no resto do país. Na sua maioria, vivem com um parco salário, debatendo-se com inúmeras dificuldades. Mostram-nos bem as 17 referências existentes nos documentos do arquivo municipal que permitem dizer que os professores iam requerendo subsídios de renda à Câmara.

¹ “Professoras para as escolas móveis”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3033, 26 de setembro de 1915, p. 2, c. 4.

² António Nóvoa, *Le temps des professeurs* [...], vol II, 1987, p. 621.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem

Pela ata da Câmara, de 22 de janeiro de 1916, verificamos que determinados subsídios, como o subsídio de renda, ou o de expediente e limpeza, não eram pagos atempadamente:

“Lido um ofício assinado pelos professores e professoras das escolas primárias desta cidade pedindo à Câmara para lhes mandar pagar o subsídio de renda de casa de habitação do corrente mês, mostrando a necessidade de lhes ser pago. Lembram também que a verba de expediente e limpeza das mesmas escolas, respeitante ao ano findo de 1915, ainda lhes não havia sido pago, e pedindo também para lhe ser mandado pagar”¹.

Noutra ata desse mesmo ano, vamos encontrar referência a nova dívida a professores, neste caso ao professor da escola de S. Pedro de France, relativa ao pagamento de subsídio de renda:

“Lido um ofício do professor da escola masculina de France, pedindo para lhe ser mandado pagar o subsídio de renda de casa do ano findo de 1915, em débito, na importância de 23\$15. A Comissão deliberou que este subsídio, visto pertencer a um exercício findo, fosse incluído no 5.º orçamento suplementar, como dívida passiva daquele ano, lhe fosse pago”².

Dívidas a docentes voltam ainda a ser citadas numa ata de 1918, num apanhado de verbas que ficaram por pagar pelas vereações anteriores, efetuado pelo inspetor do círculo escolar. Fazemos notar que, em 1918 ainda não tinham sido feitos os pagamentos referidos na citação anterior e até de 1912:

“Do mesmo funcionário, solicitando o pagamento de diferentes verbas em dívida ao professorado, a saber: expediente e limpeza do ano de 1915, subsídio de renda de casa, de outubro de 1916, ao professor Henrique Marques Correia; o mesmo subsídio [de renda de casa] à professora D. Emília Adelaide Araújo Roque, nos meses de Março a Junho de 1912; [o subsídio] do expediente e limpeza e o de renda de casa, ao professor Joaquim Bento dos Santos, desde março a dezembro do ano findo [1918]”³.

Como bem salienta Áurea Adão, “as dificuldades burocráticas criadas no aparelho de Estado provocaram queixas contra os processos complicados no intrincado labirinto da sua

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 22 de janeiro de 1916, liv. 44, fls. 47-48.

² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 26 de outubro de 1916, fl. 13.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 14 de fevereiro de 1918, fl. 146.

contabilidade que levavam ao não pagamento durante largos meses dos subsídios de renda de casa, de expediente e limpeza”¹.

Também a imprensa local é eloquente sobre esta temática, espelhando as angústias de uma classe, que parece ter sido abandonada pelos governos republicanos. Atentemos em alguns exemplos. Em 1916, ano do início da participação de Portugal na I Guerra Mundial, *A Voz da Oficina* (1898-1921) afirma num estilo panfletário muito em voga neste período:

“terá fome, negra e pungente fome, de pão e de direitos, e trabalhará *sob o olhar rancoroso de inspeções facciosas [sublinhados nossos]*, alcançado por todos, desprezado por todos, sem a menor esperança de justiça dos governos, como no brio dos analfabetos que o hostilizam, detestam e não compreendem. Eis a situação real do professor primário português. Nem pão, nem consideração, nem estima”².

Em 1917, a referida local, no âmbito da publicação de uma série de artigos de defesa do Professorado Primário, escrevia: “Em Portugal, neste momento, não haverá ninguém que não reconheça o professor primário como o melhor instrumento de perfeição entre os povos e o preparador dos espíritos mais refratários aos conhecimentos mais rudimentares dos homens do futuro”³. Não obstante, por razões financeiras e outras, a situação profissional do professor do ensino primário não regista significativas alterações. De facto, toda a imprensa, até a mais conservadora, não deixou de soltar o seu grito de defesa em favor do professorado primário. *O Comércio de Viseu*, monárquico a partir de Abril de 1915, escreve de forma pouco precisa e tendenciosa, durante os difíceis anos da I Guerra Mundial:

“Esta desprotegida classe, que tantos serviços tem prestado ao país, é a única, segundo parece, que nesta altura da carestia da vida não conseguiu ainda receber um centavo das subvenções decretadas pelo Governo. Consta-nos que o Sr. Ministro da Instrução telegrafou a todas as Câmaras a perguntar se abonaram aos professores as respetivas importâncias. A verdade, porém, é que as Câmaras [alegam não terem] dinheiro para o aumento do ordenado, e reclamam contra o caso, dizendo que as subvenções devem ser pagas pelo Governo! E neste jogo do empurra se eterniza a questão e os pobres funcionários que apertem o estômago!”⁴.

Na realidade, em agosto de 1918, as subvenções, criadas (e prometidas) para atenuar a crise gerada pela inflação que a Guerra provoca, ainda não tinham sido pagas aos profes-

¹ Áurea Adão, *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui [...]*, 2012, p. 34.

² [António Figueirinhas], “Notas de um Libertino – O professor primário”, *A Voz da Oficina*, n.º 1020, 16 de agosto de 1916, p. 2, c. 3-4.

³ “O Professorado”, *A Voz da Oficina*, n.º 1048, 9 de junho de 1917, p. 1, c. 1-2.

⁴ “Subvenções aos professores primários”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3314, 20 de julho de 1918, p. 2, c. 4.

sores de Viseu, de tal modo que os docentes se dirigiram ao Governo, por intermédio do Governador Civil, exigindo o pagamento das subvenções “decretadas há já meses”¹.

De facto, como salienta A. Henriques Carneiro, em 20 de março de 1918, atendendo a que a maior parte das câmaras não estava a abonar os professores das subvenções concedidas aos funcionários do Estado, o Governo publicou o Decreto n.º 3993, com efeitos retroativos:

“a partir de 1 de setembro de 1917 e durante o estado de guerra, são concedidas ao professorado primário as subvenções extraordinárias, instituídas pelo Decreto n.º 3420, de 5 de outubro de 1917, para os funcionários civis do estado, e nos mesmos termos como para estes foram fixados”².

Assim, conseguimos perceber que muito embora os professores do ensino primário fossem elogiados publicamente, quer pelas entidades governamentais, quer pelas elites locais, na verdade eram politicamente esquecidos. Era um fenómeno percebido que: “o funcionário a que todos os políticos têm sempre tecido publicamente elogios, mas a quem, reservadamente deixam morrer de fome – é o professor primário”³. Numa obra publicada em 1975, J. S. Sampaio destacava “as grandes dificuldades das Câmaras em satisfazer atempadamente as suas responsabilidades financeiras e o facto dos professores verem ameaçada a sua independência”⁴. Em 1987, António Nóvoa destaca “a incompetência das Câmaras, o atraso no pagamento dos ordenados e o comportamento dos caciques locais”⁵. De facto, como salienta José Andrade, “a descentralização na administração do ensino primário apresentada pelos governos republicanos não vem levantar apenas questões de relacionamento entre a administração central e as autarquias – como iremos verificar no subtema da Inspeção – há ecos de descontentamento no seio dos professores”¹.

No caso viseense, o descontentamento do professorado parece ficar a dever-se essencialmente à falta de pagamento de salários e subsídios atempadamente. Como vemos, coincide, em grande parte, com a opinião dos autores que investigaram as razões do mal-estar dos professores com a forma como se processava a descentralização (ou de descentralização encapotada).

Apesar das críticas, os governos da I República foram tomando algumas medidas no sentido de garantirem aos professores melhores condições de vida. Vejamos alguns exemplos.

¹ “Subvenções aos professores”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3327, 4 de agosto de 1918, p. 1, c. 3.

² A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 268.

³ “O professor primário”, *A Voz da Oficina*, n.º 1103, 14 de julho de 1918, p. 2, c. 5.

⁴ J. S. Sampaio *apud* J. Fernando Flores Andrade, *Subsídios para a história da Inspeção [...]*, 1995, p. 73.

⁵ António Nóvoa *apud* José Fernando Flores Andrade, *ob. cit.*, 1995, p. 73.

1. Promoções de classes

“Por ordem instante do Sr. Ministro da Instrução, estão sendo ultimados pela repartição de contabilidade do Ministério os processos respeitantes ao pagamento das diferenças de vencimento resultantes das promoções de classe do professorado primário, que se encontravam em dívida, por falta de dotação orçamental. Tendo sido inscrita no orçamento aprovado para 1915-1916 a verba necessária para ocorrer à satisfação desses encargos, que ascendiam já, a 40 000\$00, deverá ainda dentro do mês corrente realizar-se o pagamento das quantias em dívida”².

2. Subvenções

“O Ministro da Instrução leva à próxima assinatura o decreto autorizando o abono de subvenção ao professorado primário, em concordância com os decretos n.ºs 4056 e 4087 que alteraram o decreto n.º 3420 e regulando a forma de pagamento das mesmas subvenções”³. Esta espécie de subsídio foi “criado para atenuar a crise da guerra”⁴.

3. Fim do direito de encarte

“foi suspenso temporariamente por portaria do Ministério das Finanças, a execução do disposto no número 2.º do artigo 105.º do Decreto n.º 2387, sobre ensino de instrução primária, que isentava os professores primários do pagamento do direito de encarte”⁵; “a possibilidade das professoras primárias, nos últimos dois meses de gravidez, terem licença sem perda de vencimento”⁶. A lei de encarte⁷ veio substituir a lei de mercê da Monarquia e, tal como esta, visava amealhar uns cobres para o orçamento de Estado.

4. Aumento dos vencimentos

“Foi aprovado definitivamente o projeto de lei que aumenta os vencimentos dos professores, em harmonia com a nova tabela da lei 494”⁸. De facto, conforme refere Maria Cândida Proença o “nível socioeconómico do professorado primário subiu efetivamente durante a República, pois não só se verificou, até 1922, um crescimento contínuo dos salários, co-

¹ José Fernando Flores Andrade, ob. cit. p. 72.

² “Os vencimentos dos professores primários”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3032, 23 de setembro de 1915, p. 2, c. 4.

³ “Subvenções ao professorado primário”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3304, 16 de maio de 1918, p. 2, c. 4.

⁴ “Subvenções aos professores”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3327, 4 de agosto de 1918, p. 1, c. 3-4.

⁵ “Direito de Encarte”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3152, 17 de agosto de 1916, p. 1, c. 5.

⁶ “Professoras de instrução Primária”, *Voz da Oficina*, n.º 2543, 12 de janeiro de 1911, p. 3, c. 2

⁷ Sobre o direito de encarte: <http://www.legislacao.org/diario-primeira-serie/1913-07-05/0/anterior>

⁸ “Os vencimentos dos professores”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3220, 22 de julho de 1917, p. 2, c. 2.

mo o discurso oficial lhes atribuía uma missão social da mais alta importância”¹.

Diz Luís Grosso Correia que “a melhoria salarial dos professores primários foi muito mitigada se estabelecermos a sua comparação com outras profissões”². Todavia, se atentarmos nos elementos que o mesmo historiador apresenta, verificamos que há alguma valorização e dignificação socioeconómica do professorado primário, pois a remuneração de um professor equivalia ao de operário em 1909; em 1925, estava ao nível da de um subtenente, embora os dados se refiram a um professor no topo da carreira:

“em 1909, um professor no topo da carreira (primeira classe) tinha um rendimento diário equivalente ao de um operário torneiro (644 réis); em 1914, o salário mensal de um professor da mesma categoria era idêntico ao de um *moço de escritório* (25\$00 – em escudos); em 1919, o professor no topo da carreira auferia tanto como um 3.º oficial da carreira administrativa (61\$70); em 1925, o mesmo professor dispunha de um vencimento mensal equivalente ao de um subtenente do Exército (707\$00)”³.

Em 1916, *A Voz da Oficina* compara a situação do professor do ensino primário, durante a Monarquia, com a sua situação na República e conclui que não melhorou muito:

“Exige-se dele mais saber, é mais complexa a forma de ensino, e o *pingue* ordenado que recebe não compensa, de forma alguma, o dispêndio de energia que o ensino requer e exige, nem o sacrifício que se faz nos estudos obrigatórios para tal profissão, mormente quando eles frequentem a Escola Normal de Viseu”⁴.

Segundo *A Voz da Oficina*, o professor primário de 3.ª classe auferia 15\$00 mensais, o que o colocava como “o último da escala”⁵. Mas não deixava de atentar nas remunerações dos outros subsistemas de ensino:

“Dizem-nos, e não sabemos neste momento se já foi decretado, que vão ser extraordinariamente aumentados, os ordenados dos professores das Universidades; é provável que os dos liceus não deixem de o ser em breve grandemente favorecidos; só o professor primário continua no esquecimento. Enquanto os professores dos outros ramos de ensino, pertencentes, na sua maioria à classe abastada, recebem bons ordenados, o

¹ Maria Cândida Proença, *A educação*, 2010, p. 184.

² Luís Grosso Correia, *Centenário da República: O ensino primário na primeira república [...]*, 2010, p. 4.

³ *Ibidem*.

⁴ “O professor primário”, *A Voz da Oficina*, n.º 1019, 9 de agosto de 1916, p. 1, c. 3.

⁵ *Ibidem*.

professor primário, durante os primeiros seis anos, recebe a miséria de 60 centavos por dia”¹.

3.2. CARACTERÍSTICAS SOCIOPROFISSIONAIS DO PROFESSORADO PRIMÁRIO

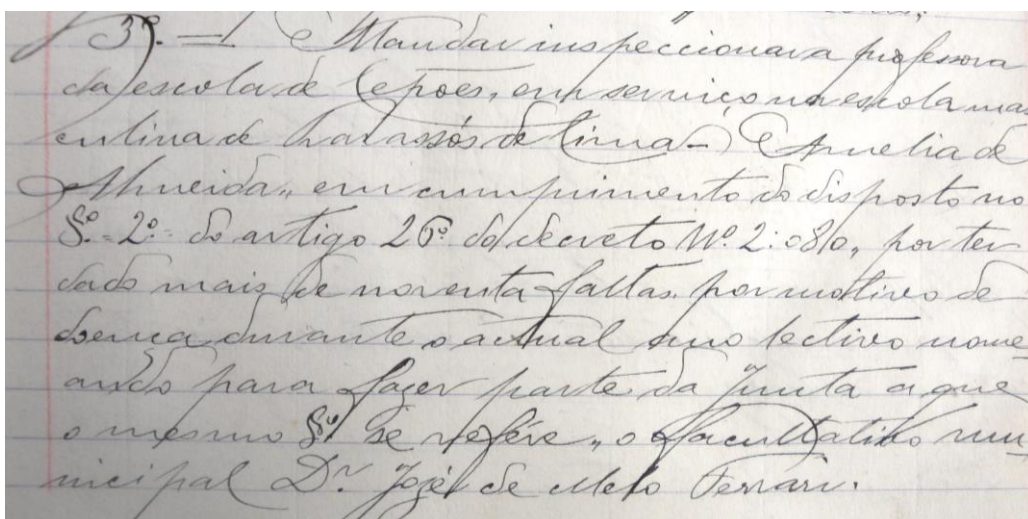
Pouco sabemos sobre os professores, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista pedagógico. Sabemos agora os nomes de muitos, mas faltam biografias destes professores. Só um trabalho mais profundo poderá vir a permitir um retrato coletivo. Não deixámos de referir um conjunto de ocorrências e irregularidades que nos permitem ter uma ideia da forma como a sociedade, e em especial a imprensa local, lidava com este grupo socioprofissional. Mas é evidente, na relação reunida, um certo gosto da imprensa pelo escândalo, pelas irregularidades, não sendo claro, muitas vezes, se as notícias visam fins políticos ou meramente noticiosos, se nos for possível pensar a notícia jornalística como um texto só difusamente político...

Nos documentos de arquivo e nos jornais encontrámos e inventariámos referências a 128 professores do círculo escolar de Viseu – cf. Apêndice 2 (*Professores referidos nos documentos*) e Apêndice 3 (*Professores referidos no âmbito da Lei do Encarte*), com o objetivo de, deste modo, contribuir para um melhor conhecimento destes indivíduos.

Um conjunto numeroso de documentos faz referências diversas aos professores. As alusões mais frequentes prendem-se com licenças por doença, permutas e subsídios de renda. Os inspetores fiscalizavam todas as situações, como podemos perceber no exemplo apresentado²:

¹ “O professor primário”, *A Voz da Oficina*, n.º 1103, 14 de julho de 1918, p. 2, c. 5.

² “3.º Mandar inspeccionar a professora da escola de Cepões, em serviço na escola masculina de Travassós de Cima – Amélia de Almeida, em cumprimento do disposto no § 2.º do artigo 26.º do decreto n.º 2080, por ter dado mais de noventa faltas por motivo de doença durante o actual ano lectivo, nomeando para fazer parte da Junta a que o mesmo § se refere, o facultativo municipal Dr. José de melo Ferrari”.



Fonte: AMV, Actas da Comissão Executiva, 14 de junho de 1917, fl. 5.

3.2.1. LICENÇAS SOLICITADAS PELOS PROFESSORES

Dos documentos analisados, encontrámos referências a 20 licenças por doença, 2 licenças não especificadas e 1 para estudar, pedidas pelos professores do ensino primário à Câmara. Dessas, apenas duas não foram concedidas; foi o caso do professor de Travassós de Cima, freguesia de Rio de Loba, que remeteu dois pedidos de licença à Câmara, em 1915. Esta, como podemos ver, indeferiu o pedido por considerar “haver prejuízo para a instrução”, decidindo igualmente, mandar investigar “se o referido professor cumpre com as suas obrigações”:

“Presente um requerimento do professor de Travassós de Cima, freguesia de Rio de Loba, pedindo para a Câmara conceder 15 dias de licença conforme o disposto no art.º 64.º n.º 8 do Decreto de 29 de março de 1911. A Câmara resolveu indeferir o pedido por haver prejuízo para a instrução, visto a escola ter de ficar fechada durante o tempo da licença, e resolveu também encarregar a Sr. Vereador do pelouro da instrução de investigar se o referido professor cumpre com as suas obrigações”¹.

A referência a outro pedido de licença deste mesmo professor, foi em maio, do mesmo ano. Segundo parece, estava a estudar, embora não tenhamos mais qualquer informação sobre esta ocorrência. Estaria a frequentar a Escola Normal de Viseu? Como se pode ver no Apêndice 2 (nota 42), este professor tinha estado 90 dias de licença sem vencimento. Ficamos sem saber, para já, as razões por que necessitou de mais tempo de licença.

¹ AMV, Actas da Câmara Municipal, 22 de janeiro de 1915, liv. 43, fl. 173.

“Presente um requerimento de José Pinto de Almeida, professor oficial da escola primária de Travassós de Cima, freguesia de Rio de Loba, pedindo prorrogação da licença que tem gozado para estudar, até 30 de setembro do corrente ano. Indeferido”¹.

Haveria alguma razão para a Câmara recusar os dois pedidos ao professor de Travassós? Os testemunhos disponíveis não permitem conhecer as razões da recusa dos pedidos, nem os termos a que lhe se referem. A possibilidade de lhe ter sido recusada a licença por razões “políticas” não convence, pois um estudo mais atento das atas levou-nos a encontrar um novo requerimento do referido professor que volta à carga, mas desta vez, sugerindo uma professora substituta, durante o período de licença:

“Presente um requerimento do professor da escola primária masculina de Travassós de Cima, José Pinto de Almeida, pedindo à Câmara quinze dias de licença deixando para o substituir durante esse tempo a professora diplomada Maria do Céu de Sousa Rito”².

Noutra ata da Comissão Executiva, de fevereiro do mesmo ano, descobrimos um novo requerimento do referido professor que solicitava então 90 dias de licença sem vencimento:

“Foi ainda lido mais um requerimento de José Pinto de Almeida, professor de Travassós de Cima, a pedir 90 dias de licença sem vencimento. A Comissão concedeu esta licença, a contar de hoje e nomeou professora interina da mesma escola D. Maria do Céu de Sousa Rito”³.

Vejamos, sumariamente, as licenças por doença, ou outras, que foi possível inventariar.

¹ AMV, *Actas*, 12 de maio de 1915, liv. 43, fl. 212.

² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de janeiro de 1915, fl. 175.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1915, fl. 97.

QUADRO 5. PEDIDOS DE LICENÇAS

Tipo de licença	Nome do Professor (a)	Escola	Ano
Licença por doença	Eugénia do Carmo	Escola Mista de Orgens ¹	1914
Licença por doença	Maria Luísa Liz Vasconcelos	Escola Feminina Povolide ²	1914
Licença por doença	Adelino Correia Gomes	Escola Cavernães ³	1914
Licença por doença	Virgínia Amélia de Araújo Roque	Escola Feminina, freg. Ocidental ⁴	1914
Licença por doença	Virgínia Amélia de Araújo Roque	Escola Feminina freg. Ocidental ⁵	1914
Licença por doença	Virgínia Amélia de Araújo Roque	Escola Feminina freg. Ocidental ⁶	1914
Licença por doença	Virgínia Amélia de Araújo Roque	Escola Feminina freg. Ocidental ⁷	1914
Licença por doença	Ana Cardoso Pereira	Escola Feminina de Torredeita ⁸	1914
Licença por doença	Cacilda Beatriz de Sousa	Escola Central, Viseu ⁹	1914
Licença por doença	António Barreiros Cardoso	Escola Masculina de Barbeita ¹⁰	1914
Licença por doença	António Barreiros Cardoso	Escola Masculina de Barbeita ¹¹	1914
Licença por doença	Olívia da Conceição Oliveira	Escola Masculina de Lourosa ¹²	1914
Outra	José Pinto de Almeida	Escola Travassós de Cima ¹³	1915
Outra	José Pinto de Almeida	Escola Travassós de Cima ¹⁴	1915
Licença por doença	Cacilda Neves de Gouveia	Escola de Lordosa ¹⁵	1915
Licença por doença	Virgínia Amélia de Araújo Roque	Escola Feminina, freg. Ocidental ¹⁶	1915
Licença para estudar	José Pinto de Almeida	Escola Travassós de Cima ¹⁷	1915
Licença por doença	Daniel Ribeiro Chaves	Escola Central, Viseu ¹⁸	1915
Licença por doença	Justina Conceição dos Santos Pereira	Escola de Sanguinhedo ¹⁹	1915
Licença por doença	Alberto Almiro de Melo	Escola Masculina, V. N. do Campo ²⁰	1915
Licença por doença	José Pais Gaudêncio	Escola de S. Pedro de France ²¹	1915
Licença por doença	Albino Dias Moreira	Escola do Couto de Cima ²²	1918
Licença por doença	Virgínia Augusta Martins	Escola Masculina, Couto de Baixo ²³	1918

¹ AMV, Actas da Comissão Executiva, 21 de janeiro de 1914, fls. 10-11.; ² AMV, Actas da Comissão Executiva, 21 de janeiro de 1914, fl.11.; ³ AMV, Actas da Comissão Executiva, 28 de janeiro de 1914, fl.13.; ⁴ AMV, Actas da Comissão Executiva, 25 de fevereiro de 1914, fl.24.; ⁵ AMV, Actas da Comissão Executiva, 4 de março de 1914, fl.29.; ⁶ AMV, Actas da CMV, 27 de abril de 1914, liv. 43, fl.51.; ⁷ AMV, Actas da CMV, 2 de maio de 1914, liv. 43, fl.55.; ⁸ AMV, Actas da Comissão Executiva, 6 de maio de 1914, fl.71.; ⁹ AMV, Actas da Comissão Executiva, 1 de julho de 1914, fl.108.; ¹⁰ AMV, Actas da Comissão Executiva, 8 de julho de 1914, fl.115.; ¹¹ AMV, Actas da CMV, 10 de outubro de 1914, liv. 43, fl.113.; ¹² AMV, Actas da Comissão Executiva, 16 de dezembro de 1914, fl.68.; ¹³ AMV, Actas da CMV, 22 de janeiro de 1915, liv. 43, fl.173.; ¹⁴ AMV, Actas da CMV, 25 de janeiro de 1915, liv. 43, fl.175.; ¹⁵ AMV, Actas da Comissão Executiva, 29 de abril de 1915, fl.130.; ¹⁶ AMV, Actas da CMV, 30 de abril de 1915, liv. 43, fl.192.; ¹⁷ AMV, Actas da CMV, 12 de maio de 1915, liv. 43, fl.212.; ¹⁸ AMV, Actas da CMV, 28 de maio de 1915, liv. 43, fl.221.; ¹⁹ AMV, Actas da Comissão Executiva, 3 de junho de 1915, fl.144.; ²⁰ AMV, Actas da Comissão Executiva, 15 de julho de 1915, fl.22.; ²¹ AMV, Actas da CMV, 13 de dezembro de 1915, liv. 43, fl.221.; ²² AMV, Actas da Comissão Executiva, 10 de janeiro de 1918, fl.129.; ²³ AMV, Actas da Comissão Executiva, 10 de janeiro de 1918, fl.136.

3.2.2. PERMUTAS ENTRE PROFESSORES

A propósito deste tema, A. Henriques Carneiro refere a publicação da Portaria de 11 de novembro de 1910 que estabelecia o seguinte:

“O Governo reserva-se o direito de, em nome das conveniências gerais do ensino, julgar da oportunidade da concessão de permutas entre professores. Essas permutas só serão permitidas nos meses de Agosto e Setembro, para evitar interrupções nas atividades escolares” ¹.

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 263.

Nos documentos consultados encontrámos referências a 6 permutas entre professores. Relativamente a este assunto, *O Comercio de Viseu* esclarece-nos:

Permuta entre professores

O «Diario» publicou o seguinte diploma:

Sendo necessario que no ensino das escolas de instrucção primaria haja o menor numero possivel de interrupções;

Attendendo a que, se é certo que o artigo 144.º, § 2.º, do regulamento de 19 de setembro de 1902 permite a permuta entre os professores de instrucção primaria sempre que contem um anno de bom e effectivo serviço na respectiva escola, deve no entanto esta faculdade ter como restricção as conveniencias geraes do ensino, reservando-se por isso o governo o direito de julgar da oportunidade de concessão de permuta;

Attendendo a que da concessão da permuta durante o anno lectivo resulta quasi sempre prejuizo para o ensino, que terá de ser interrompido por esse facto;

Manda o Governo provisório da Republica Portuguesa, pelo ministro do interior, que, de futuro, as permutas entre os professores de instrucção primaria apenas sejam permittidas durante os mezes de agosto e setembro.

O Comercio de Viseu, n.º 2526, 13 de novembro de 1910, p. 2, c. 1.

Da análise do documento ressalta a preocupação do Governo em não interromper as atividades letivas com a concessão das permutas. Noutro artigo, do mesmo periódico, podemos constatar que as permutas podiam realizar-se entre professores do mesmo concelho ou concelhos distintos:

“Foi assinado um decreto, permitindo a permuta entre os professores primários, sempre que contem um ano de bom e efetivo serviço na respetiva escola. Os professores que pretenderem permutar os seus lugares deverão entregar os seus requerimentos aos inspetores dos círculos respetivos, a fim de que estes os instruem com o mapa da qualificação do serviço dos requerentes e, quando pertençam a concelhos diferentes, com a informação da Câmara Municipal, enviando-os em seguida ao inspetor da circunscrição, que, por sua vez, informará sobre a efetividade do serviço dos professores, remetendo o processo ao Ministério da Instrução Pública ou à Câmara Municipal, conforme se trate de permuta entre professores de concelhos diferentes ou do mesmo concelho”¹.

Vejamos, sumariamente, as permutas solicitadas que foi possível inventariar.

¹ “Permuta entre os professores”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2835, 1 de novembro de 1913, p. 1, c. 3.

QUADRO 6. PERMUTAS

Permutas	Nome dos professores e respetivas escolas	Ano
Entre o professor da escola masculina de Travassós de Cima e o professor da escola masculina de Valadares ¹	José Pinto de Almeida (Travassós de Cima) Aurora Pereira de Figueiredo (Valadares)	1915
Entre a professora da escola primária de Couto de Cima e a professora da escola primária de Nesprido, freguesia de Povolide ²	Sara Anjos Lourenço de Albuquerque (Couto de Cima) Maria da Glória de Almeida (Nesprido)	1916
Entre a professora da escola do sexo feminino desta cidade e a professora da escola primária de Pedrosas, concelho de Sátão ³	Cacilda Augusta dos Santos Pais (escola feminina Viseu) Ana Cândida Ferreira de Melo (Pedrosas)	1916
Entre a professora da escola central desta cidade e a professora da escola mista do Outeiro, freguesia de Espinho ⁴	Maria Amélia da Mota Liz (Escola Central Viseu) não é dito o nome da segunda professora	1917
Entre a professora da escola feminina da freguesia ocidental de Viseu e a professora da escola feminina de Pedrosas, concelho de Sátão ⁵	Cacilda Augusta dos Santos Pais (Viseu) Ana Cândida Ferreira de Melo (freguesia Ocidental de Viseu)	1917
Entre o professor da escola masculina de Penedono e a professora da escola masculina de Barreiros, freguesia de S. João de Lourosa ⁶	António Augusto Rodrigues (Penedono) Maria do Céu de Almeida Soares (Barreiros)	1918

¹ AMV, *Actas*, 28 de maio de 1915, liv. 43, fl. 220. ² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 30 de novembro de 1916, fl. 27. ³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 30 de novembro de 1916, fls. 27-28. ⁴ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 12 de julho de 1917, fls. 21. ⁵ “Permuta de professoras”, *O comercio de Viseu*, n.º 3166, 14 de janeiro de 1917, p. 1, c. 2. ⁶ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 10 de janeiro de 1918, fl. 128.

3.2.3. SUBSÍDIOS DE RENDA

Existe também um conjunto numeroso de documentos referentes a situações de pedidos de subsídios de renda. Dos 17 pedidos inventariados, apenas 2 foram indeferidos, por razões diferentes. Vejamos. O primeiro caso recusado pertence ao professor de Barbeita, Padre Serafim Marques Carolino¹, com quem a Câmara Municipal se incompatibilizara. Muita tinta fez rolar na imprensa de Viseu esta quezília. A questão prende-se com uma reclamação que o referido professor enviou à direção do município, em virtude de a casa que lhe fora destinada para habitação não ter as condições mínimas de habitabilidade. O padre pediu uma inspeção à casa, tendo sido declarada imprópria pela autoridade sanitária:

“Lida uma nota do professor oficial da escola do sexo masculino da povoação de Barbeita, fazendo uma reclamação, por a Comissão Executiva do Município não ter ainda dado cumprimento ao expresso no ofício do mesmo professor n.º 59, de 26 de outubro último, ameaçando recorrer à autoridade sanitária, se a Comissão não der cumprimento ao exposto no mesmo ofício, no prazo de oito dias. A Câmara atendendo aos termos pouco respeitosos e pouco corretos empregados pelo professor na referida nota, resolveu não tomar dela conhecimento,

¹ “Pela Camara”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3126, 20 de Agosto de 1916, p. 2, c. 5.

e que fosse advertido disso, encarregando todavia a Comissão Executiva de reclamar junto ao proprietário da casa de habitação, do dito professor, alguns concertos na mesma, que foram indicados num ofício do Inspetor do círculo Escolar de 28 de outubro último”¹.

O professor reage à advertência escrita que lhe foi enviada, endereçando um novo ofício à Câmara, documento esse publicado na imprensa local:

“O ofício que devolvi, foi um com a data de 13 de novembro findo, no qual o Sr. Major teve a petulância de me advertir por lhe ter pedido providências com relação à casa, sendo a forma desabrida, como o Sr. Major lhe chama a seguinte: Junto tenho a honra de devolver a V. Ex.^a o incluso ofício, por não haver artigo algum no regulamento de instrução primária que dê às câmaras a faculdade de advertir professores”².

O mais espantoso é que a casa de habitação atribuída a Serafim Marques Carolino pertencia a um vereador da Câmara, Manuel Rodrigues Branco Loureiro³, a quem o município arrendara “em nome do seu filho, porque como vereador não pod[ia] ter contratos com a Câmara”⁴ a referida habitação. Esta situação é referida inúmeras vezes pela imprensa da época:

“À ordem do Sr. Presidente da Comissão Executiva do Município continuam em depósito na Câmara as chaves da casa de habitação do professor de Barbeita, pertencente ao Sr. Branco Loureiro, vereador e arrendada em nome de seu filho. O professor prescindiu da casa e ofereceu a renda à Câmara, a contar do 1.º de julho findo”⁵.

Noutro caso, registado o indeferimento do subsídio de renda, relaciona-se simplesmente com a falta de verba⁶:

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 8 de novembro de 1915, liv. 44, fl. 13.

² “O Sr. Major Teles e a sua cartinha”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3144, 22 de Outubro de 1916, p. 2, c. 4.

³ “Pela Inspeção Escolar. Desfazendo Intrigas”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3136, 16 de Agosto de 1916, p. 2.

⁴ “Pela Camara, O Sr. Major Teles”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3141, 12 de Outubro de 1916, p. 3, c. 1.

⁵ “Pela Câmara”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3130, 3 de Setembro de 1916, p. 1, c. 2.

⁶ Foi lido um ofício do professor da escola masculina da povoação de Passos, freguesia de Silgueiros, pedindo para lhe ser abonado subsídio de residência, como já havia pedido em ofício de 22 de maio do corrente ano, por não ter a escola casa de habitação para ele. A Câmara resolveu enviar o ofício à Comissão Executiva do Município para o atender, informando o Sr. Presidente que durante o corrente ano não podia ser atendido, por falta de verba incluída em orçamento para isso, e que nas mesmas circunstâncias estavam outros professores e professoras das escolas do Concelho, em que as casas das escolas não tinham compartimentos para residência dos respetivos professores.

...no momento de expediente:-
 Foi lido um ofício do professor da escola masculina da freguesia de Passos, freguesia de Silgueiros, pedindo para lhe ser abonado subsídio de residência, como já havia pedido em ofício de 22 de Maio do corrente ano, por não ter a escola casa de habitação para ele.
 A Câmara resolveu enviar o ofício à Comissão Executiva do município para o atender, informando o Sr. Presidente que durante o corrente ano não podia ser atendido, por falta de verba incluída em orçamento para isso, e que nas mesmas circunstâncias estavam outros professores e professoras das escolas do concelho, em que as casas das escolas não tinham compartimentos para residência dos respectivos professores. - No orçamento ordi-

Fonte: AMV, Actas, 27 de agosto de 1915, liv. 43, fl. 256.

Atentemos, agora, no inventário dos pedidos de subsídios de renda:

QUADRO 7. SUBSÍDIOS DE RENDA

Escola	Ano
Professor da escola masculina de S. Salvador ¹	1914
Professor da escola masculina de S. Salvador ²	1914
Professora da escola masculina de S. João de Lourosa, em comissão na de Travassós de Orgens ³	1914
Professora da Escola do sexo feminino de Loureiro de Cima ⁴	1914
Professora da Escola do sexo feminino de Lordosa ⁵	1914
Professor da Escola de Torredeita ⁶	1914
Professor da Escola de Farminhão ⁷	1914
Professora da Escola de Povolide ⁸	1915
Professor da Escola de Travassós de Orgens ⁹	1915
Professora da Escola de Lordosa ¹⁰	1915
Professor da Escola de S. Pedro de France ¹¹	1915
Professor da Escola de Barbeita ¹²	1915
Professor da Escola masculina de Passos, freguesia de Silgueiros ¹³	1915
Professora da Escola do sexo feminino de Sanguinhedo de Côta ¹⁴	1915
Professor da Escola masculina de Bodiosa ¹⁵	1916
Professor da Escola masculina do Campo ¹⁶	1916
Professora da Escola do sexo feminino de Farminhão ¹⁷	1916

¹ AMV, Actas, 27 de abril de 1914, liv. 43, fl. 52; ² AMV, Actas da Comissão Executiva, 29 de abril de 1914, fls. 64-65; ³ AMV, Actas da Comissão Executiva, 6 de maio de 1914, fl. 69; ⁴ AMV, Actas, 10 de outubro de 1914, liv. 43, fl. 112; ⁵ AMV, Actas, 10 de outubro de 1914, liv. 43, fl. 112; ⁶ AMV, Actas da Comissão Executiva, 11 de novembro de 1914, fl. 47; ⁷ AMV, Actas da Comissão Executiva, 9 de dezembro de 1914, fl. 61; ⁸ AMV, Actas da Comissão Executiva, 11 de fevereiro de 1915, fl. 95; ⁹ AMV, Actas da Comissão Executiva, 11 de fevereiro de 1915, fl. 95; ¹⁰ AMV, Actas da Comissão Executiva, 11 de fevereiro de 1915, fls. 95-96; ¹¹ AMV, Actas da Comissão Executiva, 25 de fevereiro de 1915, fl. 103; ¹² AMV, Actas, 13 de agosto de 1915, liv. 43, fl. 246; ¹³ AMV, Actas, 27 de agosto de 1915, liv. 43, fl. 256; ¹⁴ AMV, Actas da Comissão Executiva, 14 de outubro de 1915, fl. 73; ¹⁵ AMV, Actas, 22 de janeiro de 1916, liv. 44, fl. 46; ¹⁶ AMV, Actas da Comissão Executiva, 17 de outubro de 1916, fl. 9; ¹⁷ AMV, Actas da Comissão Executiva, 26 de outubro de 1916, fl. 12.

3.2.4. NOMEAÇÕES

O Decreto n.º 212, de 10 de agosto de 1913, como sublinha A. Henriques Carneiro, regulamentou as classes e as promoções dos professores da instrução primária, nos termos do artigo 175.º do Decreto de 29 de março de 1911. A elaboração dos normativos regulamentares para a colocação de professores iniciou-se com a publicação do Decreto n.º 104, de 28 de agosto de 1913, que definiu os procedimentos a adotar pelas Câmaras Municipais no processo de preenchimento de vagas surgidas nas escolas, em estreita colaboração com os inspetores dos respetivos círculos escolares, como se observa no excerto seguinte:

“Art.º 1.º Quando vagar qualquer escola de instrução primária, a câmara municipal respetiva fará imediatamente competente comunicação ao inspetor do círculo e nomeará para sua regência interina indivíduo legalmente habilitado, devendo abrir concurso no prazo de 15 dias;

Art.º 3.º Os requerimentos dos candidatos serão entregues ao inspetor da circunscrição escolar respetiva no prazo de quinze dias imediatos à publicação do anúncio no Diário do Governo;

Art.º 6.º Dentro dos primeiros 8 dias depois de terminar o prazo do concurso, o inspetor da circunscrição escolar remeterá o processo à câmara municipal respetiva, juntamente com a proposta graduada dos candidatos e instruindo-o com as informações relativas à classificação dos candidatos”¹.

Em 5 de agosto de 1915, o Decreto n.º 1792 estabeleceu que os professores da instrução primária “constituem três classes conforme o número de anos de bom e efetivo serviço: 3.ª classe, até 6 anos; 2.ª classe, entre 6 e 12 anos; 1.ª, mais de 12”². A Lei n.º 424, de 11 de agosto de 1915 definiu novas diretrizes sobre os concursos de professores a escolas da instrução primária. Nos termos dessa lei, as escolas dividiam-se em quatro categorias, conforme fossem sedes de distrito (1.ª) ou de concelho de 1.º, 2.º, 3.º ou 4.º ordem, ou ainda em função do número de habitantes. Era o Governo que organizava as listas e os concursos. Os docentes tinham de iniciar o exercício da docência numa escola de 4.ª ordem para, de dois em dois anos, poderem passar, sucessivamente, às de 3.ª, 2.ª e, finalmente, 1.ª ordem³.

¹ A. Henriques Carneiro e S. Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 260.

² Idem, ob. cit., p. 259.

³ A. Henriques Carneiro e S. Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 261.

As atas e jornais têm inúmeras referências a este processo. Tentaremos apresentar aqui o panorama dessas nomeações, atendendo à sua natureza.

QUADRO 8. NOMEAÇÃO DE PROFESSORES INTERINOS

Nomeação de Professores Interinos	Escola	Ano
Arcenio Marques de Oliveira Coutinho ¹	Escola de Travassós de Orgens	1913
Margarida de Jesus Magalhães ²	Escola do sexo masculino de Cepões	1913
Maria Lucília da Mota Lima ³	Escola Central do sexo masculino, Viseu	1914
Olívia da Conceição Oliveira ⁴	Escola do sexo masculino de Travassós de Orgens	1914
Maria da Conceição Cardoso de Melo ⁵	Escola do sexo masculino de Abraveses	1914
Maria Lucília da Mota Lima ⁶	Escola Central, Viseu	1914
Maria do Céu de Sousa Rito ⁷	Escola mista de Gumirães, freguesia de Rio de Loba	1914
Emília Estela da Silveira e Cunha ⁸	Escola do sexo masculino de Travassós de Orgens	1916
Maria Augusta da Mota Lima ⁹	Escola mista de Pindelo, freguesia de Silgueiros	1917
Maria de Lurdes Figueiredo Magalhães ¹⁰	Escola de Figueiró, freguesia de S. Cipriano	1918

¹ AMV, *Actas*, 23 de outubro de 1913, liv. 42, fl. 195. ² AMV, *Actas*, 4 de dezembro de 1913, liv. 42, fl. 216. ³ AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 14 de janeiro de 1914, fl. 10. ⁴ AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 21 de janeiro de 1914, fl. 11. ⁵ AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 11 de fevereiro de 1914, fl. 17. ⁶ AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 1 de julho de 1914, fl. 108. ⁷ AMV, *Actas*, 26 de novembro de 1914, liv. 43, fl. 147. ⁸ AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 9 de novembro de 1916, fl. 18. ⁹ AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 15 de novembro de 1917, fl. 84. ¹⁰ AMV, *Actas* da Com. Executiva, 1 de fevereiro de 1918, fl. 140.

O estatuto dos professores interinos (professores que exercem funções substituindo temporariamente os titulares do posto), como salienta António Nóvoa, é bastante semelhante ao dos adjuntos. Eles limitam-se a substituir o professor ausente durante certo tempo assegurando o funcionamento de uma escola até à nomeação de um titular; as suas funções podem durar alguns dias ou todo o ano escolar. A obtenção de algumas melhorias, durante a I República, “não modificará significativamente a penosa condição de professor auxiliar”¹.

QUADRO 9. NOMEAÇÃO DE PROFESSORES DEFINITIVA

Nomeação definitiva de Professores de 1.ª Classe	Escola	Ano
António Abreu ¹	Escola de Cepões	1911
Arcenio Marques de Oliveira Coutinho ²	Escola do Distrito de Aveiro	1914
Maria da Glória de Almeida ³	Escola mista de Nesprido	1914
Daniel Ribeiro Chaves ⁴	Escola Central de Viseu	1914
Maria Augusta de Oliveira ⁵	Escola do sexo masculino freg. Oriental	1914
Amélia de Almeida ⁶	Escola de Travassós, Rio de Loba	1915
César Cardoso ⁷	Escola de Povolide	1916
Hermínia Augusta da Silva Peres ⁸	Escola de Mundão	1918
Maria da Piedade e Silva ⁹	Escola de Povolide	1918
António Correia de Almeida ¹⁰	Escola de Torredeita	1918
Maria da Graça Vasconcelos ¹¹	Escola de Viseu (não especifica qual)	1918

¹ “Despachos de Instrução”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2546, 22 de janeiro de 1911, p. 3, c. 2. ² AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 21 de janeiro de 1914, fl. 10. ³ AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 25 de março de 1914, fl. 41. ⁴ AMV, *Actas* da Comissão Executiva, 25 de março de 1914, fl. 41. ⁵ AMV, *Actas*, 17 de abril de 1914, liv. 43, fl. 42. ⁶ “Promoção de classe”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3620, 12 de agosto de 1915, p. 2, c. 4. ⁷ “Provimento de professores”, *Idem*, n.º 3145, 31 de outubro de 1916, p. 2, c. 4. ⁸ “Professores promovidos”, *Idem*, n.º 3167, 18 de janeiro de 1918, p. 2, c. 3. ⁹ “Professores promovidos”, *Idem*, n.º 3167, 18 de janeiro de 1918, p. 2, c. 3. ¹⁰ “Professores promovidos”, *Idem*, n.º 3167, 18 de janeiro de 1918, p. 2, c. 3. ¹¹ “Professores promovidos”, *Idem*, n.º 3167, 18 de janeiro de 1918, p. 2, c. 3.

¹ António Nóvoa, *Le temps des professeurs* [...], vol II, 1987, p. 634.

QUADRO 10. NOMEAÇÃO DE PROFESSORES DE 2ª CLASSE

Nomeação de Professores de 2.ª Classe	Escola	Ano
José Henriques Fernandes de Carvalho ¹	Escola de Torredeita	1912
Abel Cardoso do Amaral ²	Escola de Figueiró	1914
António Correia de Almeida ³	Escola de Torredeita	1914
Amélia de Jesus Encarnação ⁴	Escola feminina de Passos, Silgueiros	1914
Olívia da Conceição Oliveira ⁵	Escola masculina de S. João de Lourosa	1914
Ana Cardoso Pereira ⁶	Escola feminina de Torredeita	1916

¹ “Professorado primário”, *O comercio de Viseu*, n.º 2710, 22 de Agosto de 1912, p. 2, c. 3. ² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de março de 1914, fl. 41. ³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de março de 1914, fl. 41. ⁴ AMV, *Actas*, 7 de fevereiro de 1914, liv. 43, fl. 39. ⁵ AMV, *Actas*, 16 de abril de 1914, liv. 43, fl. 39. ⁶ AMV, *Actas*, 22 de janeiro de 1916, liv. 44, fl. 44.

QUADRO 11. NOMEAÇÃO DE PROFESSORES DE 3ª CLASSE

Nomeação de Professores 3.ª Classe	Escola	Ano
Belarmina da Conceição Lopes ¹	Do sexo feminino da freguesia Ocidental, Viseu	1913

¹ AMV, *Actas*, 13 de novembro de 1913, liv. 42, fl. 204.

QUADRO 12. NOMEAÇÃO DE PROFESSORES SEM INDICAÇÃO DE LUGARES

Nomeações sem indicação de lugares	Escolas	Ano
Cacilda Beatriz de Sousa ¹	Escola Central	1911
Firmino de Albuquerque Brandão ¹	Escola Central	1911
Manuel dos Santos Lima ¹	Escola Central	1911
Maria da Mota Liz ¹	Escola Central	1911
Maria Celeste Pereira de Figueiredo ²	Escola masculina de Cepões	1914
Serafim Marques Carolino ³	Escola masculina de Barbeita	1914
José Pais Gaudêncio ⁴	Escola masculina de S. Pedro de France	1915
Ermelinda Moreira das Neves Campos ⁵	Escola mista de Gumirães	1915
Julieta Augusta Magalhães Ferreira de Azevedo ⁶	Escola mista de Nogueira	1915
Belmira da Conceição Lopes ⁷	Escola masculina de Calde	1915
Judite Alice Cardoso Leitão ⁸	Escola mista da Esculca, Abraveses	1918

¹ “Escola Normal”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2545, 19 de Janeiro de 1911, p. 2, c. 4. ² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 28 de outubro de 1914, fl. 41. ³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 16 de dezembro de 1914, fls. 67-68. ⁴ AMV, *idem*, 20 de janeiro de 1915, fl. 87. ⁵ AMV, *idem*, 4 de março de 1915, fl. 105. ⁶ AMV, *idem*, 11 de março de 1915, fl. 109. ⁷ AMV, *idem*, 11 de março de 1915, fl. 109. ⁸ AMV, *idem*, 7 de fevereiro de 1918, fl. 141.

3.2.5. PROFESSORES ZELOSOS E DEDICADOS

Relativamente às competências e bons exemplos profissionais dos professores registámos também referências na imprensa local. São elogiados, tanto o número de alunos que levam a exame, como o seu bom desempenho nos mesmos. Vejamos alguns exemplos.

PARABENS

Damo-los á sr.^a D. Amelia dAlmeida, inteligente e zelósa professora de Travassós da Cima, por lhe haverem ficado aprovadas 9 crianças que deu a exame.

Nos 7 anos em que tem rejido a sua escola já deu a exame 60 e tantos alunos, sem nunca lhe ter ficado um reprovado. O seu exemplo é bem digno de ser imitado.

X.

Professor distinto

O professor da escola central, sr. Daniel Ribeiro Chaves, apresentou este ano a exame do 1.^o grau nada menos de 25 alunos, que obtiveram 14 a classificação de *ótimamente*, 6 a de bom e 4 a de suficiente.

Felecitamos vivamente o professor que tanto zelo dedica ao desempenho do seu cargo, de molde a apresentar tão brilhante resultado.

O Comercio de Viseu, n.º 2701, 21 de julho de 1912, p. 2, c. 2.

O Comercio de Viseu, n.º 2802, 10 de julho de 1913, p. 2, c. 2

Noutros casos, são também elogiadas as qualidades humanas dos professores que prestam auxílio a alunos pobres, nomeadamente fornecendo-lhes livros e, em situações extremas, provendo-lhes sustento. O exemplo mais significativo que recolhemos foi o caso da professora de S. Miguel do Outeiro, Maria da Conceição Reis. Esta freguesia não pertence ao concelho de Viseu, mas a Tondela, no entanto é uma freguesia limítrofe da de Farminhão, no município viseense. O artigo de *O Comércio de Viseu* é revelador das qualidades da referida senhora, mas, o que o excerto mostra bem, é uma imagem de pobreza geral e do papel reservado aos professores do ensino primário, que vai muito para lá das suas tarefas na sala de aula. Em boa medida, este elogio habita a memória atual do professor:

“A Sr.^a D. Maria da Conceição Reis, filha do nosso velho amigo Manuel dos Reis, professora em S. Miguel do Outeiro, que todos os anos tem levado alunas a exame, com excelente resultado, habilitou este ano seis para o 1.^o grau, ficando-lhe quatro ótimas e duas aprovadas, e duas do 2.^o grau, das quais uma ficou distinta e outra aprovada. Para conseguir este desiderato *teve de fornecer livros a algumas [alunas] muito pobres e a outras a quem as famílias, por desleixo e horror à instrução, não dão o preciso, tendo até de sustentar, levando para casa, uma desgraçada órfã, a quem teve de fazer todas as despesas*”¹.

O periódico terminava referindo que se todos os professores do País tomassem como exemplo esta professora, “o analfabetismo havia em breve de diminuir”.

3.2.6. PROFESSORES POUCO ZELOSOS

Naturalmente, não havia apenas bons exemplos de entre o conjunto de professores que constituíam o corpo docente primário viseense. Também nos deparámos com alguns comportamentos algo reprováveis como aqueles que passaremos a expor. O primeiro caso é

o de um professor da escola, presume-se masculina, da freguesia Ocidental de Viseu que não assumia um papel de educador, pois deixava que os alunos urinassem nas escadas da escola. Na ata de 30 de novembro de 1916, é dito a este respeito:

“O Sr. Presidente disse que o proprietário da escola onde funciona a escola primária da freguesia ocidental desta cidade se queixava que o professor desta escola não empregava os meios para evitar que os alunos urinassem as escadas e as sujassem e no saguão de entrada da casa, tendo esta três latrinas, as deterioraram também, por diversas formas, pedindo, por isso, providências. A Comissão deliberou encarregar o Sr. Presidente de oficiar o professor pedindo-se para providenciar de forma a terminar imediatamente estes abusos, que manifestam falta de disciplina e má educação da parte dos alunos, falta de cuidado e desleixo da parte do professor na educação dos alunos da escola”².

Outro caso, reportado nas atas da Câmara, este de gravidade, prende-se com “esquemas” para obter proveitos indevidos.

“Lidos dois ofícios da professora da escola feminina da freguesia Ocidental desta cidade, na inatividade, D. Cacilda Augusta dos Santos Pais, e da professora regente da mesma escola, por onde se vê que aquela arrendou sem autorização desta Câmara, a casa junto a casa onde funciona a escola, a uma mulher de reputação duvidosa, sem intervenção da professora interina, e que tem recebido a renda da mesma inquilina, continuando a casa arrendada e paga pela Câmara, sem que a dita professora D. Cacilda, na sua situação na inatividade, tenha direito a ser-lhe fornecida casa para residência. A Comissão, em presença do exposto, deliberou mandar despedir imediatamente a nova inquilina da casa e intimar a professora para entregar à Câmara, a renda que a inquilina lhe tem pago, desde que a professora passou à inatividade, advertindo-a da gravidade do seu procedimento”³.

Mais grave (e intolerável) foi o caso que envolveu o Padre José Marques de Castilho. Antes de ser professor na Escola Normal em Viseu, fora diretor da Escola Distrital de Aveiro⁴, onde já tinha sido acusado por um periódico republicano aveirense, *O Democrata*, dum conjunto de infrações e comportamentos menos dignos de um professor. Atentemos nas palavras do referido periódico aveirense, transcritas em *O Comércio de Viseu*:

“Fazer convites desonestos às alunas, de tal maneira que a Escola Distrital de Aveiro tem sido e é conhecida pelo nome indecoroso de escola do Beijo; insul-

¹ “Professora carinhosa”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2918, 20 de Agosto de 1914, p. 2, c. 4.

² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 30 de novembro de 1916, fls. 29-30.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 12 de julho de 1917, fl. 22.

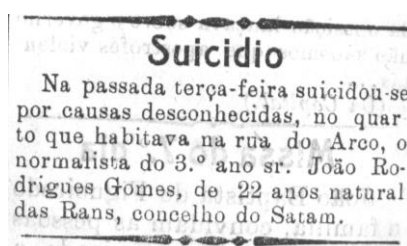
⁴ “A Escola Normal de Viseu – O Padre Castilho”, *O Comercio de Viseu*, n.º 1602, 16 de setembro de 1917, p. 2, c. 1-2.

tando os alunos e alunas, dirigindo-lhes os piores e mais feios e impróprios nomes, fazendo troça deles e chegando a agredi-los”¹.

Em Viseu, o comportamento do padre parece não ter melhorado. Por pressão de alguns estudantes e da imprensa foi pedido um inquérito aos procedimentos do mesmo, alegadamente, porque ofendia a “dignidade dos alunos”², com afrontas e impropérios, atentando contra a honra e o “pudor das alunas”, tal como nos é dado perceber por um artigo de *A Voz da Oficina*, que transcrevemos, que publica uma moção de protesto dos educandos:

“Ex.^{mo} Senhor, Os alunos da Escola que V. Ex.^a mui digna e superiormente dirige vêm muito respeitosamente comunicar a V. Ex.^a a sua atitude em face do lamentável incidente provocado pelo suicídio do seu desventurado colega João Rodrigues Gomes. Essa atitude firma-se e consta da seguinte moção, que foi unanimemente aprovada por todos os alunos do sexo masculino, coadjuvados pelas dignas alunas que os desejam e podem acompanhar na sua atitude, e que assinam esta representação, pois que algumas, seduzidas pelo Sr. Padre José Marques Castilho, como se pode provar, discordam desta mesma atitude, e outras, embora desejassem ardentemente acompanhar-nos, não o podem fazer porque lhes é interdito pelos pais ou encarregados de educação, como igualmente se prova, os quais desconhecem a justiça da nossa reclamação. Considerando que *a causa última da resolução do infeliz Gomes foram as palavras de-veras ofensivas que na manhã do mesmo dia e na aula de História, lhe dirigiu o professor da respetiva cadeira, Sr. Padre José Marques Castilho [itálicos nossos]*, como claramente se depreende da carta dirigida pelo falecido aos Ex.^{mos} Professores desta Escola – na presente data em poder das autoridades – e como se prova pelo testemunho dos alunos que assistiram à aula referida”³.

O comportamento deste docente parece ter ligação trágica com o suicídio, em 1917, do aluno da Escola Normal, João Rodrigues Gomes.



Fonte: “Suicídio”, *O Comercio de Viseu*, n.º 1043, 5 de maio de 1917, p. 1, c. 4.

¹ “A Escola Normal de Viseu – O Padre Castilho”, *O Comercio de Viseu*, n.º 1602, 16 de setembro de 1917, p. 2, c. 1-2.

² “Pela Escola Normal – A obra de um padre”, *O Comercio de Viseu*, n.º 1044, 12 de maio de 1917, p. 1, c. 1-2.

³ *Ibidem*.

Continuamos a transcrever a declaração dos alunos da Escola Normal, o que, a ser verdade, evidenciava comportamentos gravíssimos e posturas antiéticas e antipedagógicas do Padre Castilho. Transcrevemos a citação, muito longa, porque, na verdade, testemunha um conjunto de procedimentos pessoais e institucionais que, no âmbito desta dissertação, não temos possibilidade de explorar:

“Considerando que o Sr. Professor, talvez no seu zelo profissional, ofende por vezes a dignidade dos alunos e o pudor das alunas desta escola e, por consequência a moralidade, como se prova pelo nosso testemunho; considerando que ao mesmo Sr. Professor era atribuída a prática de ações impróprias do lugar que ocupa e da missão que desempenha, de forma a merecer da nossa parte a presunção de possuir qualidades compatíveis com a moral; considerando que os mais graves conflitos ocorridos nesta escola nos anos anteriores, e principalmente em março de 1916, tiveram como causa o procedimento do mesmo professor, como o provam os atuais alunos e vários dos ex-alunos desta escola; considerando que o mesmo senhor professor deve a sua transferência para esta escola menos à sua vontade do que à vontade das instâncias superiores, que se viram obrigados a transferi-lo, por se tornar incompatível com os alunos de outras escolas do país; *considerando sobretudo que a sua presença se tornou odiosa para a grande maioria dos alunos*, os alunos da Escola de Ensino Normal de Viseu vêm muito respeitosamente comunicar a V. Ex.^a que *resolveram não mais assistir às aulas do mesmo professor*”¹ (itálicos nossos).

O mais estranho é a moção dos alunos e o suicídio do normalista não terem sido tomados em conta, sendo arquivado o inquérito aberto pelo conselho disciplinar do Ministério de Instrução Pública contra o referido docente, tal como o jornal *O Comércio de Viseu* se regozijava em anunciar, em artigo do dia 12 de agosto de 1917:

“Ainda a propósito da sindicância ao Sr. Padre Castilho apraz-nos transcrever o seguinte do *Primeiro de Janeiro* – O Ministério de Instrução Pública, concordando com o parecer do conselho disciplinar do Ministério sobre o resultado da sindicância à regência do Sr. Marques Castilho, professor da Escola Normal de Viseu, mandou arquivar o processo e instaurar processo disciplinar por difamação a dois alunos da mesma escola. O sindicante do Sr. Marques Castilho, foi o Sr. Luís Leitão, professor do Colégio Militar, que conclui o seu relatório afirmando que o professor é competentíssimo, moderno, espírito rasgado e lúcido, de iniciativa pedagógica e científica, que bem merece da nação”².

¹ “Pela Escola Normal - A obra de um padre”, *A Voz da Oficina*, n.º 1044, 12 de maio de 1917, p. 1, c. 1-2.

² “Escola Normal A sindicância ao Sr. Padre Castilho”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3226, 12 de agosto de 1917, p. 2, c. 3.

Espantosamente, foram abertos processos disciplinares aos alunos que tomaram a iniciativa da moção – verdadeiro grito de angústia solto pelos estudantes da Escola Normal – a quem *A Voz da Oficina* se refere, em 18 de agosto de 1917, num lamento:

“Agora acaba de se consumir mais um escândalo: o processo de sindicância contra o celerado Professor foi mandado arquivar, sendo determinada a instauração dum processo disciplinar a dois alunos da Escola Normal, a quem, segundo parece, pretendem classificar de iniciadores da campanha de *difamação* [sic] contra o referido... professor. De *difamação*, reparem bem! Como se tal *cana-lheiro* fosse suscetível de difamar-se”¹.

Não terão ficado provadas as atrocidades cometidas pelo padre em relação aos alunos? Teria o padre Castilho, “um dos professores mais competentes e dignos de Viseu”², segundo as palavras do jornal monárquico *O Comércio de Viseu*, apoios tão poderosos na cidade para ter conseguido escapar incólume à sindicância do Ministério? Os documentos compilados não nos permitem responder objetivamente a estas questões. Mas fica a estranheza pelo facto de um professor, acusado de tão graves infrações, ter conseguido o apoio do próprio Ministério que arquiva o processo, quando a época que se vivia pugnava pela laicização do Estado e por defesa de uma educação cívica irrepreensível do ponto de vista moral³.

3.2.7. RECLAMAÇÕES

Podemos apurar também, no conjunto de documentos analisados, reclamações de professores, feitas à Câmara, contra nomeação de professores para escolas da autoria do Município. Foi o caso da professora Maria Lucília Lima que não concordou com a nomeação da professora feita para a escola de Gumirães, pelo que envia o seguinte ofício à Câmara, em 14 de dezembro de 1914:

“Em seguida fez-se a leitura dos documentos respeitantes aos assuntos para que esta *sessão extraordinária* foi convocada e que são as seguintes: ofício do Sr. Presidente da Câmara, de 9 do corrente, enviando um requerimento que também foi lido, de D. Maria Lucília Lima, em que expõe os motivos pelos quais entende que não devia ter sido nomeada professora interina para a escola de Gumirães, uma senhora com classificação inferior à dela, assunto que o mesmo Sr. Presidente da Câmara apresenta à consideração desta Comissão para o re-

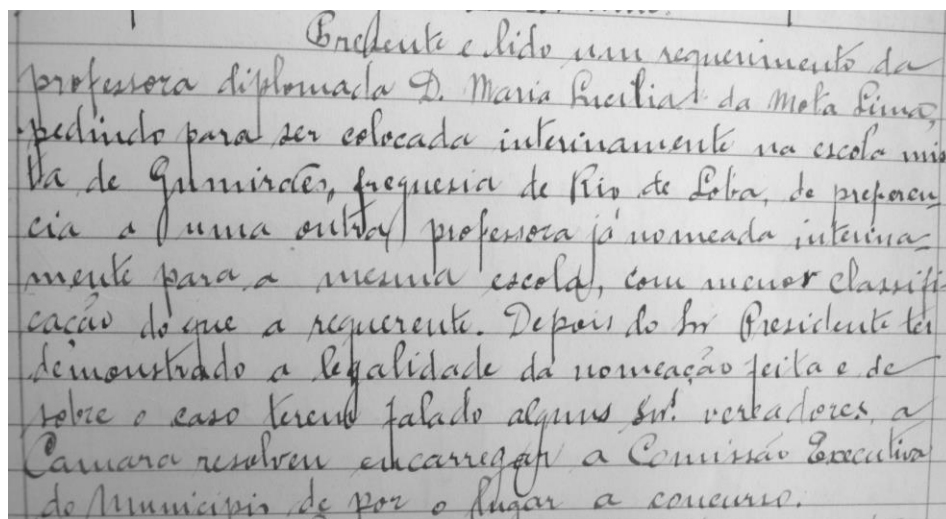
¹ “Escola Normal Um grito de angústia”, *O Comercio de Viseu*, n.º 1058, 18 de agosto de 1917, p. 12, c. 4-5.

² “Escola Normal A sindicância ao Sr. Padre Castilho”, *O Comercio de Viseu*, n.º 3225, 9 de agosto de 1917, p. 2, c.4.

³ Depois deste incidente, o Padre Castilho foi para Águeda.

solver como for de justiça”¹.

Em rigor, o resultado desta reclamação permite verificar que a Câmara acaba por reconhecer que cometeu uma injustiça, pois recua na nomeação feita, decidindo, depois de ouvidos todos os vereadores, colocar o lugar a concurso, tal como se pode constatar na ata de 11 de janeiro de 1915².



Fonte: AMV, Actas, 11 de janeiro de 1915, liv. 43, fl. 165.

Outro exemplo em que professores reclamaram contra decisões camarárias já foi referido. A questão prende-se com a já referida reclamação que o professor Serafim Marques Carolino, de Barbeita, enviou ao município, em virtude de a casa que lhe foi destinada para habitação não ter as condições mínimas de habitabilidade. Em virtude deste processo vai sofrer um processo disciplinar, como veremos mais à frente, quando abordarmos esta temática.

3.2.8. PROCESSOS DISCIPLINARES

De entre os documentos analisados, há referências a três processos disciplinares que se prenderam com as seguintes ocorrências:

¹ AMV, Actas da Comissão Executiva, 14 de dezembro de 1914, fls.65-66.

² “Presente e lido um requerimento da professora diplomada D. Maria Lucília da Mota Lima, pedindo para ser colocada interinamente na escola mista de Gumirães, freguesia de Rio de Loba, de preferência a uma outra professora já nomeada interinamente para a mesma escola, com menos classificação do que a requerente. Depois do Sr. Presidente ter demonstrado a legalidade da nomeação feita e de sobre o caso falado alguns Sr. Vereadores, a Câmara resolveu encarregar a Comissão Executiva de pôr o lugar a concurso”.

1. O envolvimento do professor da escola de Abraveses, Eduardo Maia, num movimento monárquico, em 21 de outubro de 1913. Sabemos que o referido professor foi preso, em Viseu, por ter sido “acusado de conspiração contra a República”¹.



Fonte: Roteiros Republicanos, p. 65. Presos políticos detidos na cadeia civil como implicados nos acontecimentos de 21 de Outubro. Sentados, da esquerda para a direita: Abade de Ribafeita, Dr. Luís Ferreira de Figueiredo, Padre Francisco Pais Pereira (Vila Chã de Sá). De pé, da esquerda para a direita: Prof. Eduardo Maia, Padre António Casanova e Dr. Luís Frutuoso Ferreira de Figueiredo.

Na sequência deste envolvimento político, o professor vai sofrer um processo disciplinar levantado pelo Ministério da Instrução Pública:

“A Câmara tendo conhecimento [de] que ao referido professor tinha sido mandado instaurar pelo Ministério de Instrução Pública um processo disciplinar, conforme participações do mesmo ministério, do Inspetor do círculo escolar e um telegrama que foi presente por cópia enviado ao Sr. Governador Civil do Distrito resolveu não reintegrar na escola, o referido professor, e indeferir-lhe o requerimento, por esse motivo, mas mandar-lhe pagar os vencimentos de categoria que lhe pertencer receber desde que foi afastado do serviço, visto ter sido absolvido do crime de que foi acusado, e que motivou a sua suspensão”².

De facto, o professor Eduardo Maia, bem como os restantes insurretos, foram amnistiados da tentativa de golpe monárquico:

“no dia 23 de fevereiro de 1914, os envolvidos na intentona foram todos libertados, beneficiando de uma amnistia geral decretada pelo Governo de Bernar-

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de agosto de 1914, liv. 43, fl. 80.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de fevereiro de 1915, liv. 43, fl. 183.

dino Machado, poucos dias depois de suceder ao Ministério de Afonso Costa”¹.

2. Outro exemplo de processo disciplinar instaurado a professores de Viseu, durante o período em estudo, foi contra o professor de Barbeita, o já referido, Serafim Marques Carolino. No seu caso, como já esclarecemos, por desentendimentos entre a Câmara e o dito docente no que concerne à falta de condições da habitação que lhe fora destinada e que por mais do que uma vez o professor reclamou, recorrendo à instauração de uma inspeção sanitária e à imprensa para fazer valer os seus direitos. É de salientar, também, que existiu por parte da Câmara algum clientelismo, corrupção, na medida em que a casa destinada à habitação do professor pertencia ao vereador Branco Loureiro, pela qual auferia emolumentos. Assim, atentemos nas palavras de *O Comercio de Viseu* sobre este assunto, em setembro de 1916:

“O Sr. Inspetor deste círculo escolar [...] vem há muito tempo movendo-me uma perseguição acintosa de combinação com o seu secretário e o presidente da comissão executiva municipal, por me ter recusado a residir numa casa pertencente ao vereador Branco Loureiro, que pela autoridade sanitária foi condenada como imprópria para tal fim, de que resultou ser-me instaurado um processo disciplinar, devido a uma queixa apresentada contra à Câmara”².

¹ António Rafael Amaro e Jorge Adolfo de Meneses Marques (org.), *Viseu. Roteiros Republicanos*, 2010, p. 67.

² “Ex.mo Senhor Ministro da Instrução, Apelo Justo”, *O Comercio de Viseu*, n.º3314, 17 de setembro de 1916, p. 2, c. 4.

CAPÍTULO 4. A INSPEÇÃO: ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES DOS INSPETORES

O progresso da instrução primária de um país depende em grande parte da inspeção¹.

Como referem Filomena Lume e Joaquim Pintassilgo, a história da inspeção escolar em Portugal começou sob a forma de inspeções extraordinárias, em 1771, quando o Marquês de Pombal entregou a direção do ensino à responsabilidade da Real Mesa Censória, que “ficou encarregue de exercer a inspeção sobre todos os Colégios e Magistérios criados para os estudos das primeiras letras”². Segundo os autores referidos “estas inspeções extraordinárias” passaram a inspeção obrigatória em 1835 e, “em 1836, sob responsabilidade de Passos de Manuel, surgiu nova reforma que criava as comissões inspetoras concelhias às quais competia a fiscalização do ensino. Eram exercidas por um professor em funções docentes até chegar à inspeção permanente em 1836”. Estes autores referem ainda que a partir de 1878 a inspeção foi descentralizada pela primeira vez e que, em 1892, a inspeção escolar permanente foi extinta, para só vir a ser restabelecida em 1901.

Segundo A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, ainda não tinham decorrido oito dias depois da implantação da República e já o Governo decretava, em 13 de outubro de 1910, a reorganização dos serviços de inspeção das escolas primárias de Lisboa. Os políticos republicanos “defendiam a urgência de uma instrução de qualidade para todos, coerente com as críticas que haviam feito ao sistema escolar. O Governo Provisório – que dispôs do poder entre 05.10.1910 e 03.09.1911 – desdobrou-se em iniciativas legislativas no âmbito da instrução”¹. De entre essas iniciativas consta o Decreto de 29 de março de 1911. O corpo do decreto –dividido em seis partes – abordava toda a problemática do ensino infantil, primário e normal. A parte V [que constitui a essência do presente capítulo] dizia respeito à *Inspeção do Ensino*. A estrutura organizativa do ensino primário (cf. o decreto citado) dispunha centralmente das seguintes estruturas: Direção-Geral da Instrução primária-

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 33.

² Filomena Lume e Joaquim Pintassilgo, *A Inspeção Escolar, entre o Estado Novo e a Democracia*, 2002, p. 1.

ria; Inspeção do Ensino Primário e Seção de Instrução Primária do Conselho Superior da Instrução Pública. A nível concelhio: Câmara Municipal e Conselho de Assistência Escolar; A nível de Freguesia: Delegados de Paróquia e Delegados do Conselho de Assistência Escolar. A nível de Escola: Regente (Diretor de Escola) e Professores.

Como afirma o investigador citado, de um modo geral, “a reforma agradou aos cidadãos mais atentos à evolução do ensino, pois quase todos reconheciam que a situação anterior não se poderia manter”². Contudo, o respetivo texto não ficou imune a críticas – umas positivas e outras mais negativas. De facto, verificou-se que os elogios a essa reforma prendiam-se essencialmente com a “melhoria do estatuto económico e social dos professores” e, acima de tudo, porque “introduziu maior atenção aos métodos, aos conteúdos e aos objetivos de desenvolvimento físico, intelectual e moral preconizados pelos técnicos mais reputados da época”³. No entanto, críticas foram feitas no que respeita à “interferência das Câmaras na transferência dos professores”, ao facto de os docentes “serem fiscalizados por delegados da paróquia, o que não pode passar sem protesto, pois esses delegados de província, salvo honrosas exceções, são uns iletrados”⁴. De facto, nas reclamações assinadas pelos professores de instrução primária,

“a alternativa à intervenção das câmaras municipais no controlo da assiduidade e da prática pedagógica, quer em processos de transferência, demissão e outros, quase sempre indicava expressamente o inspetor como o único a quem reconheciam legitimidade e competência para atuar com eficácia e isenção”⁵.

Efetivamente, o que resultou do Decreto de 29 de março de 1911 em termos de Inspeção? Este decreto redefiniu a sua organização, funcionamento, competências, como poderemos constatar entre os artigos 140.º e 144.º, onde se divide o país, para efeitos de inspeção, em três circunscrições – Lisboa, Porto e Coimbra. O artigo 145.º refere-se às incumbências dos inspetores de circunscrição. O artigo 146.º divide as circunscrições escolares em círculos – em 75 círculos escolares. O artigo 150.º refere-se às incumbências dos inspetores de círculo.

Em 1911 é publicado um novo Regulamento para a Fiscalização de Ensino, aprovado por Decreto de 23 de agosto de 1911, que se apresentava nestes moldes:

“Considerando a necessidade de regulamentar desde já a fiscalização do ensino

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 51.

² A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 101.

³ Idem, ob. cit., p. 102.

⁴ Texto publicado em “A Federação Escolar”, 2.ª fase – n.º 125, de 03.06.1911 in Carneiro, A. Henriques, 2008, p. 105.

⁵ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 106.

primário, no intuito de imprimir a este importante ramo da instrução nacional a indispensável disciplina”¹.

Do diploma mencionado em epígrafe faziam parte artigos relacionados com apensações à Lei de 29 de março de 1911 naquilo em que, considerariam os governos republicanos, ela era omissa. Dele consta o Capítulo I – Dos Inspectores de circunscrição [atribuições e deveres dos inspectores de circunscrição]; Capítulo II – Das Secretarias das inspeções de circunscrição [recrutamento do pessoal de secretaria de inspeção]; Capítulo III – Dos inspectores de círculo [área designada em mapa anexo ao regulamento respetivo com as circunscrições escolares da República; nomeação dos inspectores; visitas às escolas]; Capítulo IV – Dos concursos de inspectores de círculos.

Assim, como enfatiza A. Henriques Carneiro, “apesar da transição de competências relativas à administração do ensino para as câmaras municipais, a inspeção mantinha-se na dependência direta do poder central e exercia a sua atividade junto das escolas, dos professores e dos alunos”². De facto, consagrada a descentralização no Decreto de 29 de março de 1911, só em 20 de maio de 1913 Afonso Costa declarou, no Parlamento, a “transição da administração do ensino primário para as câmaras municipais”³, embora sem os meios necessários para esse fim.

A Lei n.º 12 de [7 de julho de] 1913 criou o Ministério da Instrução Pública, como referem Filomena Lume e Joaquim Pintassilgo, do qual ficaram dependentes todos os serviços de instrução à exceção das escolas profissionais, que assim como a sua inspeção, continuaram nos Ministérios da Guerra e da Marinha. A inspeção do ensino primário ficou a depender da Direção-Geral da Instrução Primária ⁴.

Segundo A. Henriques Carneiro, “a organização que resultou da publicação do Decreto, com força de lei, de 29 de março de 1911, vigorou até à publicação da Lei n.º 410, de 31 de agosto de 1915, que produziu uma significativa reorganização das instituições do Ministério da Instrução Pública”⁵. Desta reorganização registamos como mais pertinente a extinção das três circunscrições escolares (Art. 6.º); também o facto de o Ministério da Instrução Pública regular a partir de então a distribuição do serviço que pertencia a estas inspeções e ainda os três inspectores de circunscrição ficarem em disponibilidade e em serviço no Ministério da Instrução Pública.

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 120.

² Idem, ob. cit., p. 151.

³ Idem, ob. cit., p. 253.

⁴ Filomena Lume e Joaquim Pintassilgo, *A Inspeção Escolar [...]*, 2002, p. 2.

⁵ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 208.

Segundo o mesmo autor, em 20 de janeiro de 1917, pelo Decreto n.º 294, foi remodelada a estrutura e a regulamentação do Ministério de Instrução Pública, que passou a compor-se de Secretaria-Geral, Conselho de Instrução Pública, Inspeção de Sanidade Escolar. Pelo mesmo decreto definiram-se as competências atribuídas às diversas repartições; as categorias do pessoal que integrava o Ministério e a sua distribuição; as atribuições, deveres e direitos dos empregados; nomeações, licenças, direitos e vencimentos.

Em 10 de janeiro de 1918, pelo Decreto n.º 3768, foram restabelecidas as três circunscrições escolares, extintas em 31 de agosto de 1915. O Governo alegou que o seu restabelecimento não envolvia encargos para o Estado e atenuava a acumulação de serviço no Ministério¹. Em 13 de julho de 1918, o Decreto n.º 4593, publicado pelo Governo de Sidónio Pais, repôs a centralização da administração do ensino primário e, através deste diploma, “os serviços da instrução primária que pertenciam às câmaras municipais, passam a ser administradas pelo Estado”². Em 14 de julho de 1918, foi publicado o Decreto n.º 4675, que começou por alterar a denominação de “Ministério da Instrução Pública para a de Secretaria de Estado da Instrução Pública, a que competia administrar todos os ramos de serviço de ensino público nela dependentes”³. Uma despromoção da instrução pública! O diploma também estabelecia a estrutura da Secretaria de Estado – em termos de repartições, serviços, pessoal, formas de nomeação. Em 5 de setembro de 1918, pelo Decreto n.º 4786, foi publicado o Regulamento da Secretaria de Estado da Instrução Pública [anterior Ministério da Instrução Pública]. Nesse diploma foram referidos todos os serviços integrados nessa Secretaria de Estado, ao mesmo tempo que era definido o quadro do pessoal, atribuições, deveres e direitos dos empregados; ordem e processo de serviço. Não foram esquecidas as competências de controlo, que no caso da Inspeção do Ensino Primário competia às Repartições da Instrução Primária. Em 13 de março de 1919, o Decreto n.º 5267 reestruturou o Ministério da Instrução Pública, com as necessárias dependências, funções genéricas, pessoal adstrito, etc.

¹ Idem, ob. cit., p. 316.

² Idem, ob. cit., p. 281.

³ Idem, ob. cit., p. 210.

4.1. O FUNCIONAMENTO DA INSPEÇÃO

Como defende José Andrade, “os governantes republicanos tentam executar nos primeiros anos, tanto no ensino primário, como no ensino liceal, uma política *descentralizadora* que havia sido uma das tónicas dos seus discursos quando se opunham à monarquia”¹.

Apesar da referida reforma de 1911 (decreto de 29 de março) ter estabelecido a descentralização na administração do ensino primário, como já foi abordado no capítulo 3, este “conceito de descentralização – segundo diz José Andrade – traduz-se essencialmente numa transferência de encargos financeiros do Estado para as Câmaras Municipais e não numa transferência de competências na elaboração, acompanhamento e controlo do projeto educativo. Na verdade, a administração central, através dos serviços de inspeção, é a entidade a quem compete fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos da instrução primária (art.º 145.º, 5.º) e orientar e aconselhar pedagogicamente os professores no respeitante aos métodos de ensino e aos processos de educação moral (art.º 150.º, 5.º)”². De facto, A. Henriques Carneiro corrobora esta ideia ao afirmar:

“As competências transferidas não envolveram a componente pedagógica. Efetivamente, o que tinha a ver com a organização e o desempenho das escolas e dos professores, o cumprimento dos programas e o controlo da prática docente, mantinha-se sob responsabilidade dos serviços centrais, que estavam presentes no terreno através da Inspeção”³.

Encontrámos ecos do que ficou exposto nas atas da Câmara Municipal, por exemplo nos dois casos que citamos a seguir:

“do Inspetor do Círculo Escolar de Viseu, n.º. 386, com data de 13 do corrente, dizendo que devendo as folhas de vencimento dos professores para o próximo mês de janeiro ser processadas pelas Câmaras Municipais por forma a poderem ser pagas adiantadamente, envia os originais das que por aquela inspeção foram processadas e remetidas à contabilidade, relativas ao mês corrente, habilitando, assim, a secretaria desta Câmara à organização deste serviço, remetendo duas folhas: a dos vencimentos e a dos subsídios para a renda da casa”⁴.

Um outro exemplo, em que o Inspetor do Círculo Escolar de Viseu apresenta dois ofícios,

¹ José Fernando Flores Andrade, *Subsídios para a história da Inspeção Educativa em Portugal* [...], 1995, p. 85.

² Idem, ob. cit., p. 72.

³ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 257.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 18 de dezembro de 1913, liv. 42, fl. 221.

“ chamando a atenção da Câmara para o disposto no decreto de 29 de maio de 1911 (Reforma da Instrução Primária) e especialmente para o artigo 65.º e seguintes da mesma reforma e para a portaria n.º 81 do ministério das Finanças publicada no Diário do Governo de 9 do corrente. O Sr. Presidente uniformizou em relação a esta portaria que já tinha cumprido o que ela determina e com relação ao primeiro ofício que a Câmara e a Comissão Executiva do município a seu tempo cumpriria a que a dita reforma determina”¹.

Pelo exposto se verifica que os inspetores de círculo vigiavam de perto o cumprimento das leis e regulamentos emanados pela administração central.

De facto, no preâmbulo do Decreto de 29 de março de 1911 é enunciado o seguinte: “Pelas disposições deste diploma, entregam-se às Câmaras Municipais as regalias administrativas do ensino primário. Descentralizou-se o ensino. As Câmaras Municipais ficam independentes nas suas funções, com uma grande autonomia, mas ligadas ao Estado, o que equivale a dizer à sociedade, por fortes responsabilidades”². O citado decreto continua evidenciando que caso os municípios não cumprissem os deveres que lhe competiam o Estado aplicaria penalidades, que poderiam ir até à destituição do cargo. O diploma acrescenta “e para poder castigar e louvar, com conhecimento de causa, o Governo dedicou especial cuidado ao serviço da fiscalização do ensino” – tal como fica patente na parte V, capítulo II, deste decreto.

Assim, durante a República, para efeitos da inspeção do ensino primário, o território continental e insular é dividido em circunscrições escolares, e estas em círculos escolares (art.º 140).

As circunscrições escolares são três, distribuídas do seguinte modo:

A 1.ª com sede em Lisboa, compreendendo os distritos de Lisboa, Santarém, Évora, Beja, Portalegre, faro e ilhas adjacentes.

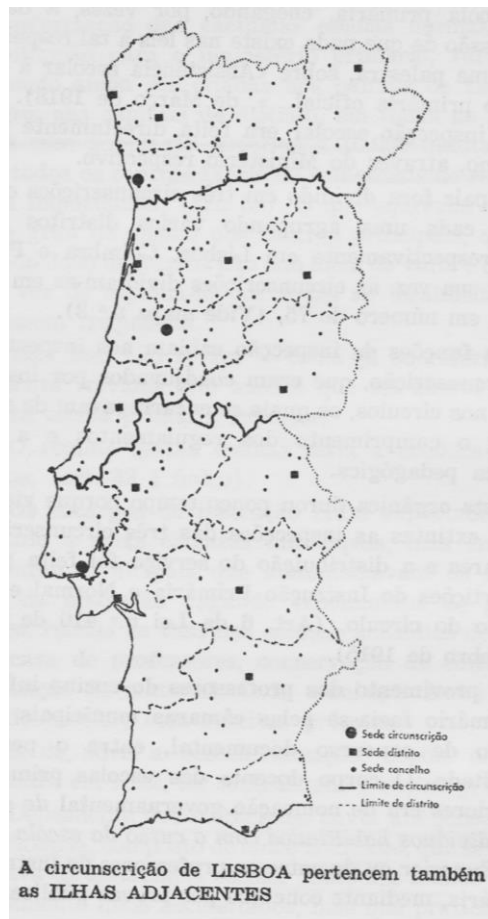
A 2.ª com sede em Coimbra, compreendendo os distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Castelo Branco, Viseu e Guarda.

A 3.ª com sede no Porto compreendendo os distritos do Porto, Bragança, Vila Real, Braga e Viana do Castelo.

¹ AMV, *Actas*, 16 de janeiro de 1914, liv. 42, fl. 231.

² Direção Geral da Instrução Primária, Decreto n.º 9223 de 29 de março de 1911, p. 3.

MAPA 2. CIRCUNSCRIÇÕES ESCOLAS, 1911



Bárbara, A. Madeira, Subsídios para o estudo da Educação em Portugal [...], 1979, p. 104.

Em cada circunscrição escolar há um inspetor imediatamente subordinado ao Ministério do Interior, ou ao da Instrução Pública, quando o houver (art.º 143.º).

4.2. FUNÇÕES DOS INSPETORES

Como salienta A. Henriques Carneiro a República contava, fundamentalmente, com os inspetores escolares para a renovação que pretendia promover na instrução pública, ao nível dos primeiros anos de escolaridade. Durante todo o período inicial do regime republicano “esteve presente, não só o prestígio, mas também o peso institucional da Inspeção a quem se reconheceu competência técnica e se atribuíram funções de elevada responsabilidade na organização, orientação e controlo da instrução primária”¹

- Aos inspetores de circunscrição incumbe (art.º 145.º):

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 297

1.º Inspeccionar todas as escolas de ensino primário e normal, tanto oficiais como particulares, por si e por intermédio dos inspetores de círculo, seus subordinados;

2.º Organizar as propostas graduadas dos candidatos ao magistério primário da respectiva circunscrição;

3.º Tomar conhecimento de quaisquer queixas ou reclamações que lhe sejam dirigidas, acerca de irregularidades, injustiças, violências ou favoritismos, nos serviços da instrução primária, e transmiti-las, com a sua informação, à Direção Geral;

4.º Proceder anualmente a um inquérito geral sobre os serviços e atos das Câmaras Municipais, delegados delas, conselhos de assistência escolar, inspetores e professores, a fim de se habilitarem a propor ao Ministério do Interior os prémios e penalidades que merecerem, nos termos deste decreto;

5.º Cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos da instrução primária;

6.º Providenciar, nos casos omissos, desde que a urgência dos serviços assim o reclame, comunicando logo ao Governo todas as medidas adotadas;

7.º Elaborar e dirigir à Direção Geral anualmente um relatório sobre o estado da instrução primária na sua circunscrição, propondo sugestões e soluções para a melhoria do ensino;

8.º Propor, por motivos de carácter meramente pedagógico, técnico ou moral, a suspensão, transferência ou demissão dos professores, formalidades que não poderão tornar-se efetivas, sem serem ouvidos os interessados e as respectivas Câmaras;

9.º Nomear os júris dos exames de instrução primária elementar e os vogais dos júris de exames complementares.

Como afirma José Andrade, os Inspetores de Circunscrição

“são delegados do Governo, a quem compete a fiscalização e superintendência técnica do ensino primário e de todos os serviços administrativos e económicos deste grau de ensino”¹.

1. Para os efeitos da inspeção direta e regular do ensino primário, as circunscrições escolares são divididas em círculos (art.º 146.º). Os círculos escolares serão 75.
2. Em cada circunscrição escolar há tantos inspetores quantos os círculos escolares em que a circunscrição se divide (art.º 147.º).
3. Estes inspetores são imediatamente subordinados aos inspetores de circunscrição, e inspecionam, dentro do prazo que lhes for prescrito, as escolas dos círculos que lhe forem distribuídas, dentro da respectiva circunscrição (art.º 148.º).

4. A nomeação dos inspetores de círculo é feita pelo Governo, mediante o concurso de provas públicas (art.º 149.º).

Aos inspetores de círculo incumbe (art.º 150.º):

5. Fiscalizar o ensino e a disciplina de todas as escolas primárias dos círculos que lhe forem designadas;
6. Fazer a inspeção dessas escolas, sem aviso prévio, e nas condições que lhe forem prescritas pelo regulamento respetivo – como refere José Andrade (1995) “as visitas de inspeção devem realizar-se, no mínimo, duas vezes por ano e sem aviso prévio. Os inspetores de círculo não atuam apenas nas escolas oficiais mas também nas particulares devendo visitá-las, pelo menos, uma vez por ano”².
7. Registrar todas as irregularidades que encontrarem no ensino e transmiti-las ao inspetor da circunscrição.

4.3. O CÍRCULO ESCOLAR DE VISEU

O que nos diz a documentação compulsada sobre a organização da inspeção no círculo escolar de Viseu? Numa primeira observação não podemos deixar de admitir que, através da inspeção o Estado pretendia exercer um controlo político traduzido na fidelidade à República, como já foi antes explicitado no capítulo 3, tal como também pretendia exercer um controlo administrativo – segundo José Andrade:

“ao proceder ao controlo da organização dos estabelecimentos de ensino, dos horários, do número de alunos por turma, da assiduidade dos professores, das condições de desempenho dos docentes, ao analisar processos e métodos de ensino e o grau de cumprimento das disposições legais e regulamentares e a propor penas disciplinares”³.

Poderemos começar por mencionar que encontrámos, nas atas da Câmara Municipal e da Comissão Executiva, alusões às múltiplas atribuições dos inspetores de círculo e de circunscrição, mais concretamente 109 referências, das quais faremos aqui uma súmula:

Relativamente às competências dos inspetores relacionadas com a organização dos estabelecimentos de ensino e administração escolar inventariámos 22 referências⁴. A título

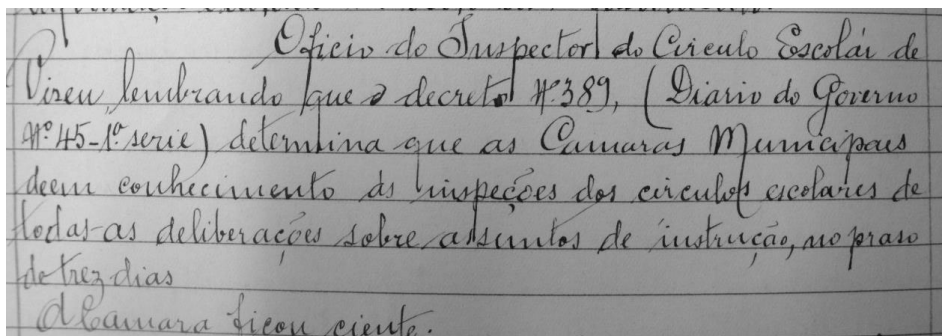
¹ José Fernando Flores Andrade, *Subsídios para a história da Inspeção Educativa em Portugal* [...], 1995, p. 76.

² Idem, ob. cit., p. 77.

³ Idem, ob. cit., p. 85.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal de Viseu* (ACMV), 27 de novembro de 1913, liv. 42, fl. 209; AMV, *Actas da Comissão Executiva* (ACE), 7 de janeiro de 1914, liv. inum, fl. 3; AMV, ACMV, 16 janeiro de 1914, liv. 42, fl. 231; AMV, ACMV, 7 de fevereiro de 1914, liv. 43, fl. 20; AMV, ACE, 22 de abril de 1914, liv. inum, fls. 58-59; AMV, ACMV, 2 de maio de 1914, liv. 43, fl. 55; AMV, ACMV, 13 de maio de 1914, liv. 43, fl. 64; AMV, ACE, 13 de maio de 1914, liv. inum, fl. 73; AMV, ACE, 27 de maio de 1914, liv. inum, fl. 83; AMV, ACE, 19 de agosto de 1914, liv. inum, fl. 138; AMV, ACE, 9 de setembro de 1914, liv. inum, fl. 7;

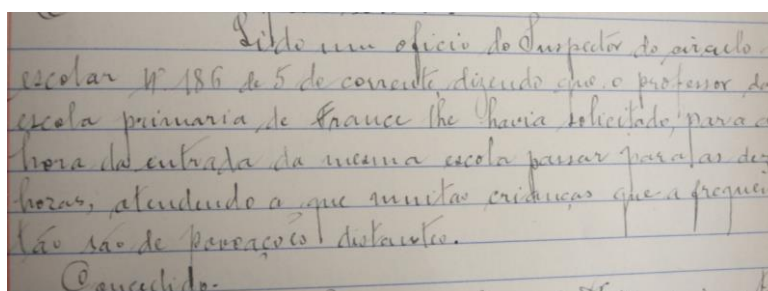
de exemplo apresentaremos um ofício enviado pelo Inspetor do círculo Escolar de Viseu, à Câmara Municipal de Viseu, em 1914, relativamente ao cumprimento do Decreto n.º 389.º de 26 de março de 1914¹:



Ofício do Inspector do Círculo Escolar de Viseu, lembrando que o decreto n.º 389, (Diário do Governo n.º 45-1.ª série) determina que as Câmaras Municipais deem conhecimento às inspeções dos círculos escolares de todas as deliberações sobre assuntos de instrução, no prazo de treze dias. A Câmara ficou ciente.

Fonte: AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 2 de maio de 1914, liv. 43, fl. 55.

Uma outra competência atribuída a estes “delegados do Governo”, nas palavras de José Andrade, seria autorizar modificações nos horários, como de facto podemos constatar em vários documentos da Câmara e da Comissão Executiva Municipal de Viseu, encontrá-mos 8 referências² a alterações de horários de entrada. Deixamos como exemplo o pedido do professor da escola de S. Pedro de France que solicita, em ofício ao Inspetor do círculo escolar, mudança horária, registada em ata de 6 de fevereiro de 1915¹:



Solicito um ofício do Inspector do círculo escolar n.º 186 de 5 de corrente, dizendo que o professor da escola primária de France lhe havia solicitado, para a hora da entrada da mesma escola passar para as dez horas, atendendo a que muitas crianças que a frequentam são de paragens distantes.

Concedido.

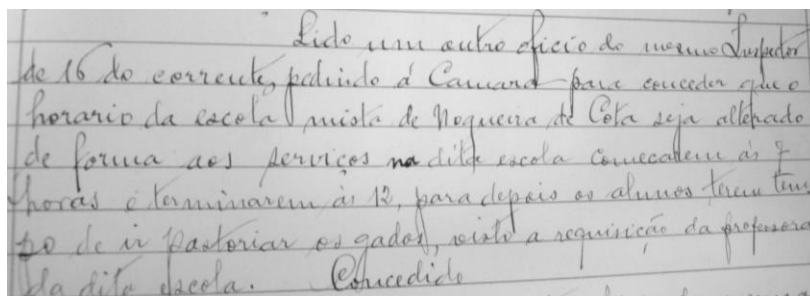
Fonte: AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de fevereiro de 1915, liv. 43, fl. 187.

AMV, ACE, 30 de setembro de 1914, liv. inum, fl. 20; ACE, 30 de setembro de 1914, liv. inum, fl. 20; AMV, ACE, 4 de fevereiro de 1915, liv. inum, fl. 91; AMV, ACMV, 6 de fevereiro de 1915, liv. 43, fl. 186; AMV, ACMV, 3 de abril de 1915, liv. 43, fl. 192; AMV, ACMV, 27 de abril de 1915, liv. 43, fl. 203; AMV, ACE, 24 de junho de 1915, liv. inum, fl. 11; AMV, ACMV, 9 de agosto de 1915, liv. 43, fl. 243; AMV, ACE, 14 de outubro de 1915, liv. inum, fl. 73; AMV, ACE, 7 de fevereiro de 1918, liv. inum, fl. 144.

¹ “Ofício do Inspetor do Círculo Escolar de Viseu lembrando que o Decreto n.º 389, (*Diário do Governo*, n.º 45.-I série) determina que as Câmaras Municipais deem conhecimento às inspeções dos círculos escolares de todas as deliberações sobre assuntos de instrução, no prazo de treze dias. A Câmara ficou ciente”.

² *Actas da Comissão Ex*, 25 de março de 1914, liv. Inum, fl. 40; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de fevereiro de 1915, liv. 43, fl. 187; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 27 de abril de 1915, liv. 43, fl. 203; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 12 de maio de 1915, liv. 43, fl. 212; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 23 de agosto de 1915, liv. 43, fls. 252-253; AMV, *Actas da Comissão Ex*, 9 de dezembro de 1915, liv. inum, fl. 110; AMV, *Actas da Comissão Ex*, 25 de novembro de 1915, liv. Inum, fl. 101;

As razões mencionadas pelos professores para as alterações de horário prendem-se com motivos de vária ordem – distância da escola em relação a determinadas povoações ou então, no caso das freguesias rurais de Nogueira de Côta e Lordosa – o facto de as crianças, depois das aulas, ainda terem de ir pastorear o gado. A título de exemplo, vejamos esta passagem²:



Fonte: AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 27 de abril de 1915, liv.43, fl. 203.

Pela análise destes documentos e tendo em conta o que defendem António Rafael Amaro e Jorge Adolfo Meneses Marques podemos afirmar que, ao nível da caracterização económica, Viseu foi uma cidade que “permaneceu durante a I República muito ligada aos interesses do mundo rural que a circundavam”³.

De facto, segundo estes autores, a atividade industrial não alcançou, na cidade, uma expressão “digna de registo”. Registámos ecos destes dados, numa ata de 7 de novembro de 1912:

“O Sr. Presidente disse que atendendo a que se não tem dado neste concelho conflitos entre patrões e operários, visto não predominarem aqui as indústrias, que em geral dão lugar aos mesmos conflitos, e, atendendo também a que no concelho não haja abundancia de assalariados que necessitem da intervenção de uma agência oficial de trabalho, era de parecer que não há necessidade da fundação da mesma agência”⁴

De acordo com a opinião dos historiadores referidos anteriormente, contrariamente à indústria, o comércio tinha uma posição importante (em Viseu existiam “atividades comerciais diversas, desde a ourivesaria, todo o tipo de têxteis e confeção por medida, sapatarias,

¹ “Lido um ofício do Inspector do círculo Escolar n.º 186 de 5 do corrente, dizendo que o professor da escola primária de France lhe havia solicitado para a hora de entrada da mesma escola passar para as dez horas, atendendo a que muitas crianças que a frequentam são de povoações distantes”.

² “Lido um outro ofício do mesmo Inspector de 16 do corrente, pedindo à Câmara para conceder que o horário da escola mista de Nogueira de Cota seja alterado de forma aos serviços na dita escola comecem às 7 horas e terminarem às 12, para depois os alunos terem tempo de ir pastorear os gados, visto a requisição da professora da dita escola. Concedido.”

³ António Rafael Amaro e Jorge Adolfo de Meneses Marques (org.), *Viseu: Roteiros Republicanos*, 2010, p. 11.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 7 de novembro de 1912, liv. 42, fl. 15.

ferramentas, ferragens e pregos, tintas e vernizes, padarias, tabernas mercearias, açougues, tabacarias, cafés, confeitarias”¹). Não obstante o peso que na cidade tinham o comércio e os serviços (que incluíam as profissões liberais e professores) e que “pertenciam às classes mais letradas”, “a maioria da população do município eram os trabalhadores agrícolas (jornaleiros e pequenos proprietários) ”.

Continuando a aludir às múltiplas atribuições dos inspetores inventariadas no Círculo Escolar de Viseu, seria igualmente competência dos inspetores de círculo a constituição de júris para exames bem como a organização e planeamento dos serviços de exames, no que concerne a aspetos relacionados com a requisição de materiais:

“Lido ofício do Inspetor do Círculo Escolar requisitando 450 folhas de papel para as provas escritas dos alunos que devem fazer exames do 1.º grau no próximo mês de julho, 100 impressos para as notas de resultados dos referidos exames, conforme modelo enviado”²

- a indicação das escolas onde esses exames se deviam realizar:

“Lido ofício do Inspetor do Círculo Escolar deste concelho enviando um mapa de escolas onde se devem realizar os exames do 1.º grau de instrução primária”³;

Também nomeando professores que colaborassem na aplicação dos mesmos, como podemos comprovar na ata de dia 21 de junho de 1917:

“O Inspetor comunicando que em julho se devem realizar os exames do 1.º grau nomeou professores para auxiliar nesse serviço”⁴.

Relativamente ao controlo da assiduidade dos professores, as juntas médicas seriam uma faceta dessa fiscalização. Assim, eram também estes inspetores que mandavam “inspecionar por uma junta médica os professores”⁵, quando tal fosse necessário. Na documentação examinada foram registadas 3 referências⁶.

A título de exemplo, deixamos o seguinte caso⁷:

¹ António Rafael Amaro e Jorge Adolfo de Meneses Marques (org.), *Viseu. Roteiros Republicanos*, 2010, p. 12.

² AMV, *Actas da Comissão Ex*, 14 de junho de 1917, liv. Inum, fl. 2.

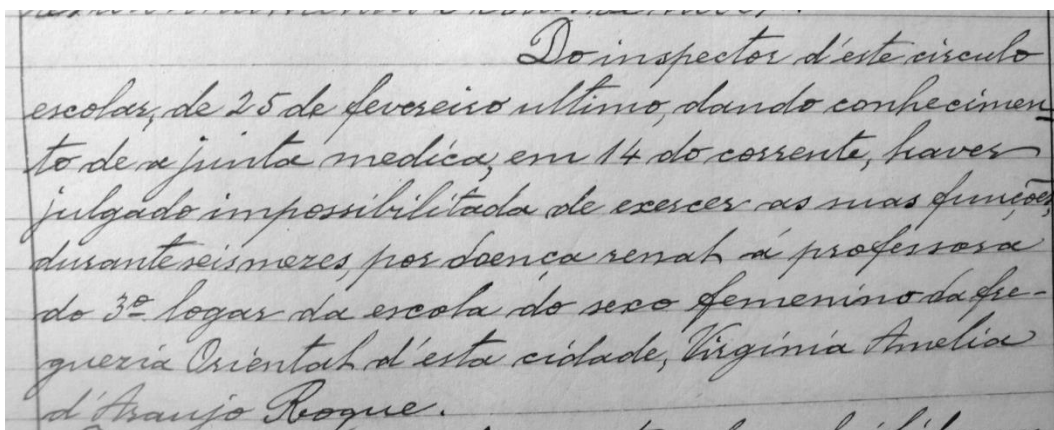
³ AMV, *Actas da Comissão Ex*, 19 de julho de 1917, liv. Inum, fls. 26-27.

⁴ AMV, *Actas da Comissão Ex*, 21 de junho de 1917, liv. inum, fls. 8-9.

⁵ José Fernando Flores Andrade, *Subsídios para a história da Inspeção Educativa em Portugal, Da Monarquia Liberal à 1.ª República*, 1995, p. 76.

⁶ AMV, *Actas da Comissão Ex*, 4 de março de 1914, liv. Inum, fl. 29; AMV, *Actas da Comissão Ex*, 12 de julho de 1917, liv. Inum, fl. 21; AMV, *Actas da Comissão Ex*, 10 de janeiro de 1918, liv. Inum, fl. 136.

⁷ “Do inspetor deste círculo escolar, de 25 de fevereiro último, dando conhecimento de a junta médica, em 14 do corrente, haver julgado impossibilitada de exercer as suas funções durante seis meses, por doença renal, à professora do 3.º lugar da escola feminina da freguesia oriental desta cidade, virgínia Amélia de Araújo Roque”.



AMV, Actas da Comissão Ex, 4 de março de 1914, liv. Inum, fl. 29.

Outra atribuição, também por nós comprovada, seria providenciar material escolar para as escolas, como de facto podemos encontrar em 4 referências¹. A mais significativa, pois dá-nos conta do tipo de recursos pedagógicos de que os professores deveriam dispor, é a ata da Comissão Executiva Municipal de 29 de abril de 1914:

“que fosse autorizado o pagamento da quantia de 26\$34, importância do custo e transporte de 54 estereografias sobre assuntos de geografia, geologia e anatomia estereoscopia, material adquirido por indicação do Sr. Inspetor para ser guardado na escola central desta cidade, a fim de auxiliar o ensino prático aos alunos da mesma e poder facultar-se às demais escolas do concelho para idêntico fim”².

Uma função dos inspetores de circunscrição, era “organizar as propostas graduadas dos candidatos ao magistério primário da respetiva circunscrição”³, neste sentido, iremos encontrar na documentação analisada, 15 referências a tais situações⁴.

A título de exemplo apresentamos o seguinte caso⁵:

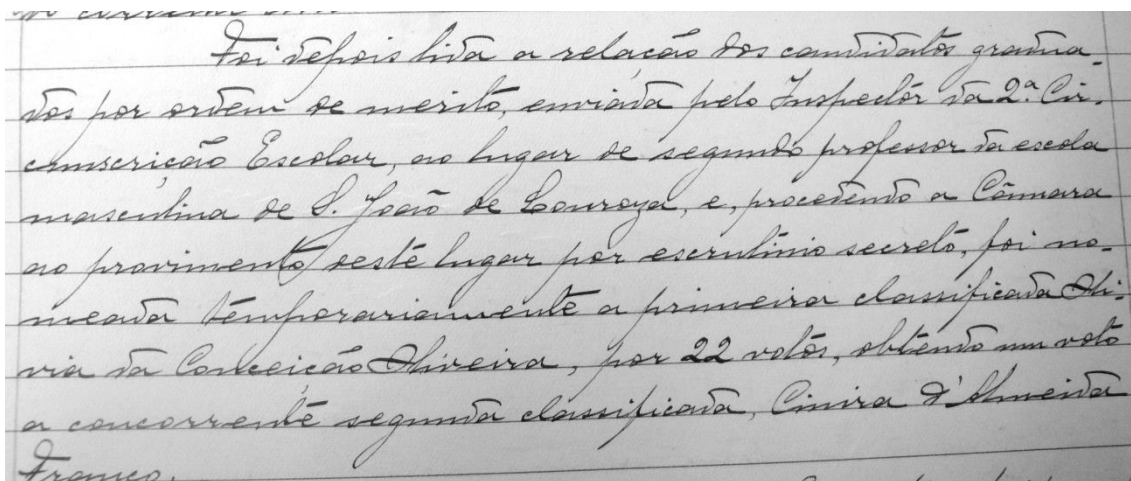
¹ AMV, Actas da Câmara Municipal, 31 de julho de 1913, liv. 42, fl. 162; AMV, Actas da Comissão Executiva, 29 de abril de 1914, liv. Inum, fl. 66; AMV, *idem*, 22 de julho de 1914, liv. Inum, fl. 123; AMV, *idem*, 11 de fevereiro de 1915, liv. Inum, fl. 95.

² AMV, Actas da Comissão Executiva, 29 de abril de 1914, liv. Inum, fl. 66.

³ Direção Geral da Instrução Primária, Decreto n.º 9223 de 29 de março de 1911, parte V, capítulo II.

⁴ AMV, Actas da Câmara Municipal, 23 de outubro de 1913, liv. 42, fl. 195; AMV, *idem*, 13 de novembro de 1913, liv. 42, fl. 204; AMV, *idem*, 18 de dezembro de 1913, liv. 42, fl. 221; AMV, Actas da Comissão Executiva, 14 de janeiro de 1914, liv. inum, fl. 10; AMV, Actas da Câmara Municipal, 7 de fevereiro de 1914, liv. 43, fl. 18; AMV, Actas da Comissão Executiva, 25 de março de 1914, liv. inum, fl. 41; AMV, Actas da Câmara Municipal, 16 de abril de 1914, liv. 43, fl. 39; AMV, *idem*, 17 de abril de 1914, liv. 43, fl. 42; AMV, Actas da Câmara Municipal, 27 de abril de 1914, liv. 43, fl. 202; AMV, Actas da Comissão Executiva, 9 de dezembro de 1914, liv. inum, fl. 63; AMV, *idem*, 16 de dezembro de 1914, liv. inum, fls. 67-68; AMV, *idem*, 20 de janeiro de 1915, liv. inum, fl. 87; AMV, *idem*, 4 de março de 1915, liv. inum, fl. 105; AMV, *idem*, 4 de março de 1915, liv. inum, fl. 109.

⁵ “Foi depois lida a relação dos candidatos graduados por ordem de mérito, enviada pelo Inspetor da 2.ª Circunscrição Escolar, ao lugar de segundo professor da escola masculina de S. João de Lourosa, e procedendo a Câmara ao provimento deste lugar por escrutínio secreto, foi nomeada temporariamente a primeira classificada Olívia da Conceição Oliveira, por 22 votos, obtendo um voto a concorrente segunda classificada Cimira de Almeida Franco”.



AMV, Actas da Câmara Municipal, 16 de abril de 1914, liv. 43, fl.39.

Outra competência dos inspetores seria verificar o cumprimento do pagamento dos vencimentos aos professores. Assim encontrámos na documentação consultada 4 referências a estas situações¹. Vejamos o exemplo da ata da Câmara Municipal de 21 de agosto de 1913:

“Do inspetor escolar deste círculo, com o n.º 308 de 10 deste mês a remeter a folha de vencimentos do mês de julho último dos professores de instrução primária deste concelho, cuja importância total é de 1 771\$01. O Sr. Presidente informou que em 19 do corrente passou recibo ao tesoureiro da fazenda pública deste concelho da referida quantia para a mesma importância dar entrada na tesouraria desta Câmara, a fim de se fazer aqueles pagamentos. A Comissão deliberou mandar pagar”².

Verificámos, analisando as fontes, e tendo em conta a bibliografia consultada, que uma competência atribuída aos inspetores era também a de proceder a vistorias às “casas das escolas”. Encontrámos 3 referências³. Apresentamos como exemplo o ofício da vistoria enviada pelo Inspetor do Círculo escolar de Viseu a duas salas da escola feminina de Lourosa, ata da Câmara Municipal de 21 de maio de 1914:

“Lido um ofício do Inspetor do Círculo Escolar de Viseu enviando um mapa relativo à vistoria que fez a duas salas oferecidas para nelas funcionar a escola feminina de Lourosa dizendo que se poderá permitir que a referida escola funcione nas duas salas vistoriadas por não haver edifício na localidade onde a escola

¹ AMV, Actas da Câmara Municipal, 21 de agosto de 1913, liv. 42, fl. 171; AMV, *idem*, 4 de setembro de 1913, liv. 42, fl. 175; AMV, *idem*, 18 de dezembro de 1913, liv. 42, fl. 221; AMV, Actas da Comissão Executiva, 21 de janeiro de 1914, liv. inum, fl. 10;

² AMV, Actas da Câmara Municipal, 21 de agosto de 1913, liv. 42, fl. 171.

³ AMV, Actas da Câmara Municipal, 21 de maio de 1914, liv. 43, fl. 69; AMV, *idem*, 6 de fevereiro de 1915, liv. 43, fl. 186.; AMV, Actas da Comissão Executiva, 28 de outubro de 1915, liv. inum, fl. 83.

possa ser instalada numa só sala, e pede para se promover que o novo edifício para a dita escola seja construído o mais breve possível. A Câmara ficou contente”¹.

Na documentação consultada encontrámos também referências aos símbolos e rituais da I República, nomeadamente, às Festa das Árvore e ao Culto da Bandeira, cuja vinculação de professores e alunos era certificada pelos Inspectores.

Como bem salienta Fernando Catroga, “uma vez conquistado o poder pelas vanguardas, foi forte o investimento (educativo, propagandístico e repressivo) dos novos grupos dirigentes na radicação de um patriotismo nacional, mediante a *invenção* de uma *religião civil* que, como todas as outras, postulava a sacralização de mitos de origem, assim como dos respetivos heróis, pondo em cena novos ritos e novos símbolos (hinos, bandeiras, feriados, história ensinável oficial, etc.)”².

Também Joaquim Pintassilgo enfatiza, relativamente a esta questão dos símbolos e rituais da I República, o seguinte:

“É a escola, em particular a escola primária, que é vista como o lugar privilegiado para a formação do cidadão, daí a importância que a educação moral e cívica passa a desempenhar no currículo escolar, tanto no que se refere à sua dimensão formal, como no que diz respeito a todo um vasto conjunto de símbolos e rituais que são difundidos, no terreno escolar e na sociedade em geral, tendo em vista a republicanização dos portugueses. No centro dessa verdadeira religiosidade cívica vai estar o culto da Pátria, da sua história e dos seus heróis”³.

De facto, era preciso mitigar a influência católica da sociedade e, nesse sentido, os republicanos reinventaram novos símbolos, novos cultos e novos rituais. Na leitura dos documentos salientamos como mais relevante a existência de referências relacionadas com a questão das bandeiras, que eram exigidas nas escolas, pondo assim em evidência o culto pela Pátria e também a alusão às Festas da Árvore, manifestação de culto cívico, que tinha a intenção de extirpar as fortes convicções religiosas do povo, substituindo-as por novos rituais.

Sobre o culto da bandeira, já João de Barros (1881-1960) defendia:

“Escusado será dizer que uma clara e forte educação cívica tem de acompanhar a educação propriamente patriótica. E nela, acima de tudo, precisamos de fazer irradiar, de propagar, de assegurar o culto da bandeira (...) Que a nossa gente se habitue a saudá-la sempre onde quer que ela apareça – como se saudassem a

¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 21 de maio de 1914, liv. 43, fl. 69.

² Fernando Catroga, *Ensaio Republicano*, 2010, p. 20.

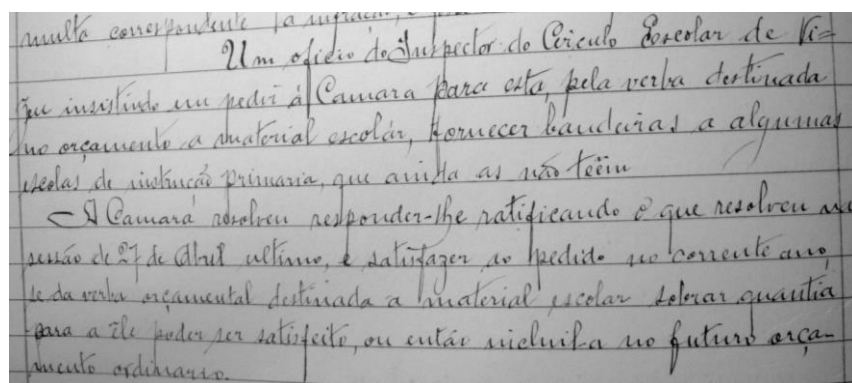
³ Joaquim Pintassilgo, *A República e a Educação: do ideal às realizações*, 2010, p. 2.

própria alma da Pátria, eternamente rediviva!”¹.

Comecemos então pelo fornecimento de bandeiras às escolas – que também seria uma função dos inspetores providenciar para que este aspeto fosse devidamente tomado em consideração. Verificamos este facto em 4 referências² das atas da Câmara Municipal e da Comissão Executiva. Na ata de 10 de abril de 1913, o inspetor do círculo escolar solicita o fornecimento de bandeiras às escolas, a “fim de serem auxiliadas as preleções sobre educação cívica”. A Câmara responde que lamenta “não poder concorrer para tão patriótico fim, visto não ter meios disponíveis para satisfazer a este pedido”. O inspetor volta, em ofício de 27 de abril de 1914, a dirigir-se à Câmara sobre o assunto, nestes termos:

“Pela verba do orçamento destinado a despesas com o material escolar manda fornecer bandeiras às escolas que ainda as não têm. A Câmara resolveu responder-lhe que aquela verba é relativamente insignificante para os fins a que se destina, e portanto, que as bandeiras a que se refere deverão ser adquiridas por subscrições promovidas pelos respetivos professores”³.

O inspetor insiste, junto dos vereadores, para que “forneçam bandeiras às escolas que ainda as não têm” na ata da Câmara de 6 de maio de 1914⁴:



Um ofício do Inspector do Círculo Escolar de Viseu
que insistindo em pedir à Câmara para esta, pela verba destinada
no orçamento a material escolar, fornecer bandeiras a algumas
escolas de instrução primária, que ainda as não têm.
A Câmara resolveu responder-lhe ratificando o que resolveu na
sessão de 27 de abril último, e satisfazer ao pedido no corrente ano,
se da verba orçamental destinada a material escolar sobrar quantia
para a ele poder ser satisfeito, ou então incluí-la no futuro orça-
mento ordinário.

Fonte: AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 6 de maio de 1914, liv. 43, fl. 58.

¹ Joaquim Romero Magalhães, *A Pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*, 1979, p. 39.

² AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 10 de abril de 1913, liv. 42, fl. 109; AMV, *idem*, 27 de abril de 1914, liv. 43, fl. 51; AMV, *idem*, 6 de maio de 1914, liv. 43, fl. 58; AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 28 de outubro de 1915, liv. inum, fl. 83.

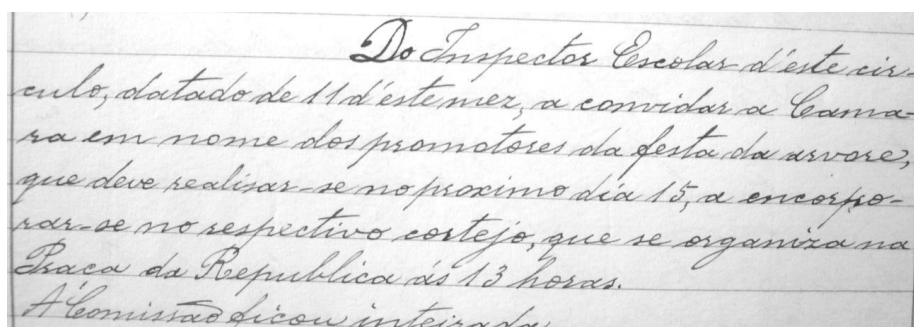
³ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 27 de abril de 1914, liv. 43, fl. 51.

⁴ “Um ofício do Inspector do Círculo Escolar de Viseu insistindo em pedir à Câmara para esta, pela verba destinada no orçamento a material escolar, fornecer bandeiras a algumas escolas de instrução primária que ainda as não têm. A Câmara resolveu responder-lhe ratificando o que resolveu na sessão de 27 de abril último, e satisfazer ao pedido no corrente ano de da verba orçamental destinada a material escolar sobrar quantia para a ele poder ser satisfeito, ou então incluí-la no futuro orçamento ordinário”.

No que concerne às festividades cívicas como as da árvore, conseguimos encontrar várias alusões, nas atas da Câmara Municipal (3 referências¹) bem como na imprensa local (8 referências²). Segundo Maria Cândida Proença:

“entre os cultos mais divulgados encontrava-se a festa da árvore, lançada a nível nacional, em março de 1913, pelo semanário *O Século Agrícola* [itálico nosso], que obteve entusiástica adesão das entidades republicanas e do professorado primário, tornando-se uma das cerimónias cívicas mais importantes no quotidiano escolar. Estas festas, embora já existissem na monarquia (as primeiras foram realizadas em 1907, promovidas pela Liga Nacional de Instrução, associação ligada ao republicanismo e à maçonaria) só após a implantação da República receberam um notório incremento, tendo-se generalizado desde 1913. A partir de 1916, porém, entraram em declínio”³.

A título de exemplo apresentamos a ata da Comissão Executiva, de 11 de março de 1914, em que o Inspetor do círculo escolar de Viseu convida os vereadores municipais para participarem no cortejo que será organizado no âmbito da festa da árvore do referido mês⁴:



*Do Inspector Escolar d'este círculo, datado de 11 d'este mês, a convidar a Câmara em nome dos promotores da festa da árvore, que deve realizar-se no proximo dia 15, a incorporar-se no respectivo cortejo, que se organiza na Praça da Republica ás 13 horas.
A Comissão ficou inteirada.*

Fonte: AMV, Actas da Comissão Executiva, 11 de março de 1914, liv. Inum, fl. 32;

De facto, o documento faz referência aos “promotores da festa”, o que vem comprovar o que afirma Joaquim Pintassilgo no seguinte excerto:

“Um outro aspeto a realçar é o que se refere ao papel de destaque assumido pelos professores primários na organização da festa, o que nos remete para a

¹ AMV, Actas da Comissão Executiva, 3 de março de 1914, liv. inum, fl. 27; AMV, *idem*, 11 de março de 1914, liv. inum, fl. 32; AMV, *idem*, 4 de março de 1915, liv. inum, fls. 105-106.

² “Festa da Arvore. Comissões de beneficência”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2759, 9 de fevereiro de 1913, p. 1, c. 4; “Festa da Arvore”, *idem*, n.º 2761, 16 de fevereiro de 1913, p. 2, c. 3; “Festa da Arvore. A propagação, defeza e culto da Arvore”, *idem*, n.º 2766, 6 de março de 1913, p. 1, c.4-5; “Festa da Arvore”, *idem*, n.º 2767, 9 de março de 1913, p. 1, c. 4; “Festa da Arvore. A propagação, defeza e culto da Arvore”, *idem*, n.º 2767, 9 de março de 1913, p. 2, c. 1; “Festa da Arvore”, *idem*, n.º 2768, 13 de março de 1913, p. 2, c.4; “Festa da Arvore”, *idem*, n.º 2870, 5 de março de 1914, p. 2, c.4; “Festa da Arvore”, *idem*, n.º 2874, 19 de março de 1914, p. 1, c. 5.

³ Maria Cândida Proença, *A República e a Regeneração pela Educação*, 2010, p. 6.

⁴ “Do Inspetor Escolar deste círculo, datado de 11 deste mês, a convidar a Câmara em nome dos promotores da festa da árvore, que deve realizar-se no próximo dia 15, a incorporarem-se no respetivo cortejo, que se organiza na Praça da República às 13 horas”.

missão que a República lhes atribuía como guias espirituais das comunidades”¹.

Na imprensa local foi também possível localizar referências, a este culto:

“A festa da árvore, essa simpática festa, que tem um fim elevado e nobre, um fim altamente patriótico”².

Noutro artigo do periódico, *O Comércio de Viseu*, é referido sobre a mesma:

“Tem esta festa por fim incutir o amor à árvore e educá-las não só no sentido de não cometerem o crime de destruir as existentes, como de conservar e beneficiar as que encontrarem e, sempre que possam, plantar o maior número delas”³.

A esta festa associavam-se professores, escolas primárias da cidade, professores e alunos da Escola Normal, o inspetor do círculo escolar, comissões de beneficência escolar, Câmara Municipal. Nestes eventos costumavam ocorrer cortejos em que os alunos participavam e o povo que se quisesse associar. Eram plantadas árvores ao som de bandas de música. No final era servida “a todos uma merendinha”⁴. A este propósito, Joaquim Pintassilgo salienta:

“Apesar de organizada por essas mesmas escolas, a festa da árvore extravasa o âmbito estritamente escolar, oferecendo-se com espetáculo cívico no espaço público”⁵.

De facto, conforme afirma o mesmo autor: “Celebrada na Primavera, a festa da árvore representava o paralelismo entre a regeneração da natureza e a regeneração social então almejada”⁶.

Assim, podemos concluir que os republicanos reinventaram rituais. Expurgando toda a representação religiosa, a I República vai nortear a sua devoção mística para os cultos cívicos – esta afirmação é consentânea com a bibliografia consultada - Luís Grosso Correia, Maria Cândida Proença, Joaquim Pintassilgo, Fernando Catroga, entre outros, - enfatizam igualmente esta ideia.

¹ Joaquim Pintassilgo, *O Ensino primário*, 2010, p. 8.

² “A festa da Arvore. A propagação, defeza e culto da Arvore”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2767, 9 março de 1913, p. 2, c.1.

³ “Festa da Arvore”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2870, 5 de março de 1914, p. 2, c. 4.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Joaquim Pintassilgo, *O Ensino primário*, 2010, p. 8.

⁶ *Ibidem*.

Num último apontamento, gostaríamos de salientar que também encontrámos evidências de dificuldades na relação dos inspetores do círculo escolar de Viseu com a Câmara.

O comportamento que os inspetores deviam ter com os vários intervenientes no processo educativo – professores e autoridades locais - também foi alvo de controlo por parte do Estado. José Andrade enfatiza a ideia de que o inspetor deveria “manter uma *vida prestigiante*”, havendo até indícios, como o autor salienta, de que existiria vontade, por parte dos governantes, em regulamentar a vida dos inspetores: “É-lhes absolutamente proibido aceitar hospedagem dos professores a fim de não prejudicarem a autoridade de que absolutamente carecem (art.º 41.º do regulamento de 23 de agosto de 1911)”¹. Conforme refere A. Henriques Carneiro, nas localidades da sua área, “o inspetor deverá sempre entender-se com as pessoas importantes da localidade, de modo a conciliar os esforços de todos para o melhoramento da escola e progresso do ensino (art.º 41.º do regulamento de 23 de agosto de 1911)”². Apesar destas recomendações, nem sempre os inspetores do círculo escolar de Viseu conseguiam manter relações cordiais com os dirigentes, nomeadamente com os vereadores da Câmara Municipal. Conseguimos apurar 8 referências³, demonstrativas de relações tensas entre o inspetor do círculo escolar de Viseu e os vereadores do município, na documentação consultada.

Assim, a regulamentação das relações entre as Câmaras e os serviços de inspeção vai ser outro domínio onde o Governo não vai abdicar de legislar, até porque, como já dissemos, as relações entre ambos nem sempre foram pacíficas. Comprovámos este aspeto mais do que uma vez nas atas da Câmara, como são os casos que iremos referir: a 29 de abril de 1914⁴, o vereador da Comissão Executiva da Câmara, António Fonseca, propõe que se oficie o Inspetor Escolar para que este informe, com urgência, sobre quais as escolas que visitou, desde o início do ano e qual o seu estado de conservação. O Inspetor respondeu a este ofício dizendo:

“Em satisfação ao ofício de V. Ex.ª, n.º 50, de 6 do corrente, cumpre-me dizer-lhe que não sendo materialmente fácil a esta inspeção dar, com a pedida urgência, as indicações precisas, das necessidades escolares do concelho, coloco, aqui ao dispor, de um empegado da Câmara, que pode ser recebido nesta inspeção, o cadastro das escolas onde se encontra registrado todo o material existente em cada uma. Por este meio pode mais rapidamente ser satisfeito o

¹ José Fernando Flores Andrade, *Subsídios para a história da Inspeção Educativa em Portugal* [...], 1995, p. 79.

² A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 129.

³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de abril de 1914, fls. 66-67; AMV, *idem*, 13 de maio de 1914, fl. 73; AMV, *idem*, 27 de maio de 1914, fl. 82; AMV, *idem*, 9 de setembro de 1914, fl. 7; AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de agosto de 1914, liv. 43, fl. 80; AMV, *idem*, 11 de junho de 1915, liv. 43, fl. 231; AMV, *idem*, 9 de agosto de 1915, liv. 43, fls. 242-243; AMV, *idem*, 8 de abril de 1916, liv. 44, fl. 67;

⁴ AMV, *Actas da Comissão Ex.*, 29 de abril de 1914, fls. 66-67.

desejo de V. Ex. Durante o atual ano letivo ainda não foi feita qualquer visita de inspeção neste concelho. Saúde e Fraternidade. O Inspetor, António de Bastos Cardoso Pinto”¹.

A Comissão não se conformou com o exposto neste ofício e resolveu que “as cópias destes dois ofícios fossem enviadas ao Ministério da Instrução, pedindo ao mesmo tempo, esclarecimentos sobre os deveres do Sr. Inspetor deste círculo para com a Câmara”². A resposta do ministério foi perentória:

“da Repartição de Instrução Primária, 2.ª seção do Ministério de Instrução Pública, de 23 do corrente, em resposta ao ofício de 21 deste mês, do Sr. Presidente, em que a mesma repartição informa que o Inspetor deste círculo cumpriu plenamente com as suas obrigações, pondo à disposição da Câmara o cadastro das escolas, onde se encontra registado todo o material existente em cada uma. A comissão ficou inteirada”³.

Como vemos, o Ministério de Instrução Primária defendeu o desempenho do inspetor do círculo escolar de Viseu, tendo considerado que o mesmo cumpriu integralmente com os seus deveres.

Outros exemplos bem significativos do que temos vindo a enfatizar, relativamente a incidentes entre administrações locais e poder inspetivo, são as atas da Câmara Municipal de 11 de junho de 1915:

“O Sr. Presidente deu conhecimento que algumas pessoas encarregadas da educação dos alunos da escola masculina oriental desta cidade lhe haviam exposto ser de conveniência para a instrução que fosse posto em vigor um horário estabelecido para a referida escola pela professora regente da mesma e proposta ao Inspetor do Círculo Escolar, mas que este o não havia submetido à aprovação da Câmara como havia submetido outros em harmonia com o disposto no n.º 14 do art.º 64.º da Reforma da Instrução Primária, aprovada por decreto, com força de Lei de 29 de março de 1911. Sobre o assunto o mesmo Sr. Presidente expôs que tendo pedido informações ao referido Inspetor, este lhe respondeu com o ofício n.º 41 de 9 do corrente, que leu, onde diz umas inconveniências impróprias de correspondência oficial que a Câmara lamentou”⁴ ;

E a ata de 9 de agosto de 1915:

“O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara de ter tido ultimamente mais

¹ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 13 de maio de 1914, fl. 73.

² Ibidem.

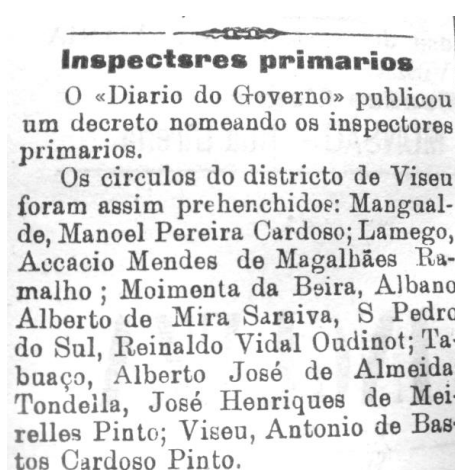
³ AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 27 de maio de 1914, fl. 82.

⁴ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 11 de junho de 1915, liv. 43, fl. 231.

um incidente desagradável com o Inspetor do Círculo Escolar deste concelho, Sr. António de Bastos Pinto por este Sr. Inspetor pretender que ele, Sr. Presidente, exigisse aos professores que mandassem à Câmara o mapa de faltas até ao dia dois de cada mês, quando a lei determina que eles o mandem até dia dez. O facto do Sr. Presidente lhe participar que não podia satisfazer ao pedido por este motivo, deu lugar a uma correspondência da parte do referido Inspetor, digna de censura, que a Câmara deplorou depois de tomar conhecimento dela, encarregando o Sr. Presidente de mandar cópia e das respostas corretas que lhe deu ao Sr. Ministro da Instrução, de modo a evitar que se repitam estes e já outros incidentes promovidos pelo mesmo Sr. Inspetor do Círculo”¹.

Estes incidentes parecem poder afirmar que o Inspetor do Círculo Escolar de Viseu, António Bastos Pinto, tinha uma atitude arrogante e um pouco sobranceira para com os governos municipais, talvez pela proteção, que, como verificámos, em alguns momentos, manifestamente sentiu por parte do Ministério da Instrução. Esta proteção não passa despercebida ao olhar local, mormente, à imprensa, tal com referimos numa passagem transcrita no capítulo 3, página 72 “[...]. Sob o *olhar rancoroso de inspeções facciosas*”, evidenciando o papel dos inspetores como “representantes do Governo” e portanto seus apaniguados.

É de salientar que durante a recolha das fontes encontrámos um artigo no bissemanário *O Comércio de Viseu* que publicou o “decreto de nomeação dos inspetores primários”, para o círculo escolar de Viseu, em 3 de agosto de 1911, onde se destaca António Bastos Cardoso Pinto, com quem a Câmara de Viseu manteve relações menos cordiais.



¹ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 9 de agosto de 1915, liv. 43, fls. 242-243.

Como observação final deste capítulo podemos afirmar sustentando-nos nas palavras de A. Henriques Carneiro que a inspeção do Ensino primário, durante a I República, “assegurou sempre o funcionamento do sistema”¹.

¹ A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 559.

CAPÍTULO 5. OS ALUNOS E A S SUAS APRENDIZAGENS

Perante a criança, a humanidade é como o leão rugidor e terrível de Victor Hugo. E todo o nosso trabalho, todas as nossas lutas, todas as nossas violências morrem aos pés da candura adorável da infância [...]. Nós, com efeito, trabalhamos para a criança, porque trabalhamos para o Futuro¹.

A estrutura desta dissertação não sofreu significativas alterações desde que foi elaborada. Assim, quisemos deixar um capítulo para analisar a situação dos alunos e das suas aprendizagens. Todavia – verificámos isso depois, na leitura dos documentos de arquivo e nos da imprensa local – os alunos são invisíveis. De facto, são escassas as referências ao tema neste capítulo. Para o seu estudo as atas da Câmara e a imprensa local não serão as melhores fontes.

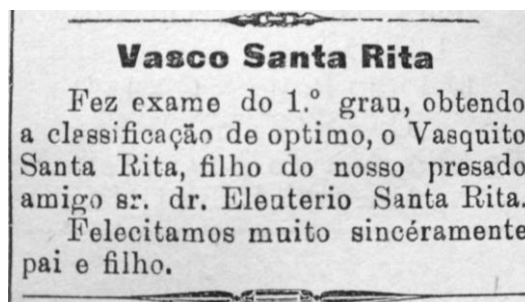
As notícias mais frequentes na imprensa local referem os alunos, muitas vezes nomeando-os, a propósito dos exames. Como salienta A. Henriques Carneiro “no tempo da I República, o sucesso das aprendizagens ainda se aferia, quase que exclusivamente, pelo resultado dos exames, que tinham lugar no final do ano para os alunos dos 1.º e 2.º graus da instrução primária”².

A leitura das 13 breves referências³ à realização de exames permite afirmar que estamos diante de alunos filhos das elites locais. E isso acontece nos dois periódicos consultados. Deixamos alguns exemplos:

¹ Joaquim Romero Magalhães, *A Pedagogia E O Ideal Republicano Em João De Barros*, 1979, p. 39.

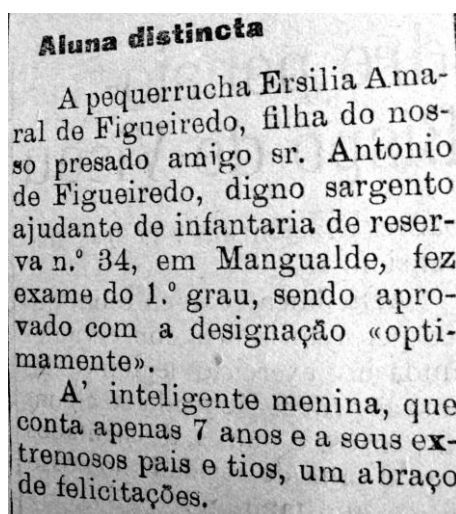
² A. Henriques Carneiro e Serafim Amaro Afonso, *A Inspeção do Ensino em Portugal*, 2008, p. 152.

³ “Distinções”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2707, 11 de agosto de 1912, p. 1, c. 4; “Nomes dos alunos que fizeram exame do 1.º e 2.º grau”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2709, 18 de agosto de 1912, p. 3, c. 1-2; “Vasco Santa Rita”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2802, 10 de julho de 1913, p. 2, c. 3;

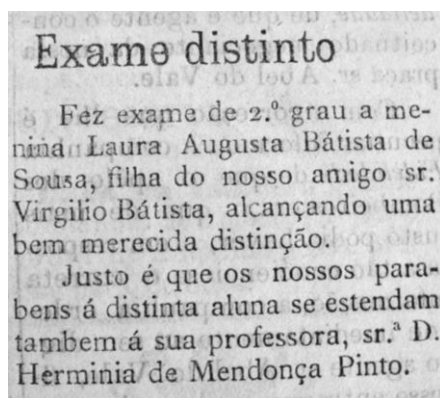


Fonte: "Vasco Santa Rita", O Comercio de Viseu, n.º 2802, 10 de julho de 1913, p. 2, c. 3.

Neste caso em específico sabemos que o "Vasquinho Santa Rita" era filho do Dr. Elen-tério da Cunha Santa Ritta que foi vereador do pelouro da instrução no governo camarário que tomou posse em 5 de janeiro de 1911 (cf. Apêndice 1).

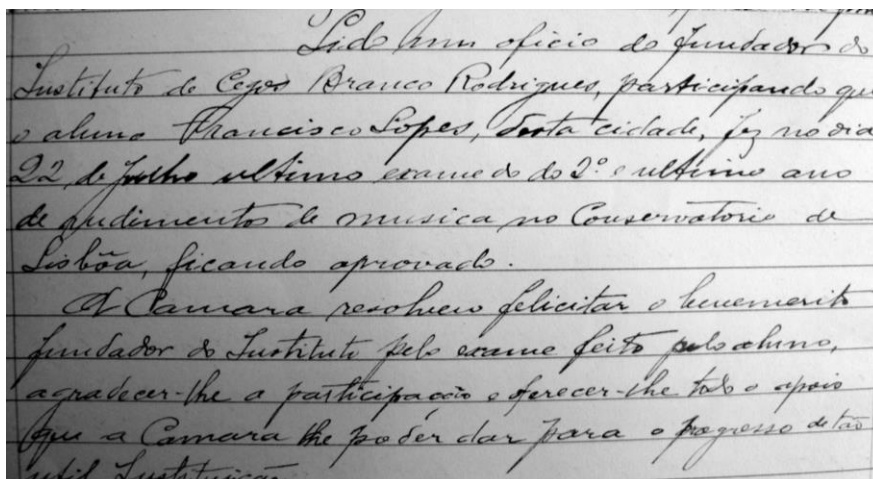


Fonte: "Aluna distinta", A Voz da Oficina, n.º 965, 21 de julho de 1915, p. 2, c. 4.



Fonte: "Exame distinto", A Voz da Oficina, n.º 969, 18 de agosto de 1915, p. 1, c. 5.

De referir que na documentação consultada foi possível verificar referências a alunos cegos. Nestes casos, as suas aprendizagens passariam pela frequência de escolas especializadas, como o Instituto de Cegos Branco Rodrigues, no Estoril. Nestas circunstâncias encontrava-se o aluno Francisco Lopes, natural de Viseu, sobre o qual é dito o seguinte, na ata de 13 de agosto de 1915¹:



Fonte: AMV, Actas da Câmara Municipal, 16 de agosto de 1915, liv. 43, fl. 246.

5.1. CONSIDERAÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

O discurso pedagógico do período republicano, segundo Joaquim Pintassilgo, “conduziu a uma valorização extrema da escola primária”, pois, como têm sublinhado diversos autores, a escola primária era “considerada a base de todo o progresso [...] e parte integrante da utopia educativa, de fundo simultaneamente iluminista e positivista”. A escola primária constituía “o local ideal para promover a formação dos cidadãos patriotas e republicanos idealizados pelo novo regime”. Acrescenta Pintassilgo que era nela que se pretendia “extirpar os vestígios do que se considerava ser uma educação jesuítica e monárquica e, simultaneamente, se procurava implantar a república no espírito e no coração dos portugueses”¹.

Por outro lado, é o mesmo autor que sugere, a importância atribuída à escola primária “pode, ainda, ser articulada com a questão do combate ao analfabetismo, que passava, em boa medida, ainda que não exclusivamente, por essa escola”, pois as estatísticas publicadas a partir da segunda metade do século XIX conduziram à “traumática descoberta” de que “a

¹ “Lido um ofício do fundador do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, participando que o aluno Francisco Lopes, desta cidade, fez no dia 22 de julho último, exame do 2.º e último ano de rudimentos de música no Conservatório de Lisboa, ficando aprovado. A Câmara resolveu felicitar o benemérito fundador do Instituto pelo exame feito pelo aluno, agradecer-lhe a participação e oferecer-lhe todo o apoio que a Câmara lhe poder dar para o progresso de tão útil Instituição”.

esmagadora maioria do povo português nunca havia frequentado a escola, não sabendo ler nem escrever”².

O analfabeto era considerado alguém incapaz de representar os ideais – continuamos a seguir o texto e o pensamento de Joaquim Pintassilgo – que a república almejava: “cidadãos participativos, capazes de exercer o direito de voto em consciência”. Assim se explica o investimento no combate ao analfabetismo e o “desenvolvimento de múltiplas iniciativas no campo da alfabetização, tanto de crianças como de adultos”³.

Em Viseu, a imprensa local dava eco destas ideias, ideais e práticas inovadoras em circulação, na época, no campo educativo. Veja-se o artigo do bissemanário republicano *O Povo Beirão* (1912-1917; 1925-1926), um periódico da corrente política dominante, que retrata a situação local, mas que nem por isso deixa de ser menos crítico:

“*Alens* [sic] *sana in corpore sano*, dizia o antigo Juvenal. A uma cidade como a um indivíduo, não basta, com efeito, ter ótimas condições sanitárias: é mister ainda, conseguido isto, promover a valorização dos seus recursos intelectuais e morais. Neste campo são as boas escolas, hoje como sempre, em todas as cidades civilizadas, um dos maiores motivos de orgulho para os seus habitantes e o mais seguro índice de progresso material e moral. Onde se descure a questão da instrução e da educação, não poderá nunca existir um verdadeiro interesse pelo futuro das gerações que nascem. E sem este sagrado interesse não é possível – nem o será jamais – avançar um passo na senda do progresso. O avanço de hoje seria, necessariamente, o recuo de amanhã. E como está Viseu a respeito de escolas? É uma cidade das piores dotadas do país! As escolas primárias, excetuando uma – funcionam em edifícios construídos para fins muito diversos. Basta isto para se concluir que não satisfazem de forma alguma. Geralmente são salas acanhadas, sem luz e sem ar, expostas à toa, em locais impróprios, não raro no seio de um velho bairro imundo. Por estes cubículos – verdadeiros antros onde definham professores e alunos – vem o município pagando, de há muito, rendas avultadas, em vez de construir edifícios próprios adequados ao fim, cujo custo em breve reembolsaria pela economia das rendas e que além do seu valor pedagógico, teriam ainda um elevado significado estético e moral. Porque não fazer um empréstimo para a construção de um bairro escolar? Na cerca do Fontelo, por exemplo, em ótima situação, logo à entrada da Quinta, edificar-se-ia o Paço das Escolas de Viseu. Um arquiteto competente adaptaria ao aprazível local belas edificações, num estilo quanto possível regional e com obediência às regras pedagógicas modernas; o conjunto destes edifícios, cercados de jardins e campos de recreio, formaria a alegre «cidade infantil», o viveiro das tenras plantas que serão os homens de amanhã e cuja visão sorridente, por

¹ Joaquim Pintassilgo, *O Ensino Primário*, 2010, p. 1.

² Ibidem.

³ Ibidem.

entre as árvores, em declive suave, nos confortaria a alma e avivaria a esperança. Ali, haveria o pão do espírito e o pão dos pulmões – o ar vivificador. As crianças, então, correriam para a escola, em vês de fugir ao que hoje lhes incute pavor. Com vista á maior parte dos municípios, queremos frisar que o terrível analfabetismo em Portugal não é só culpa dos governos e consequência da falta de escolas; há ainda um coeficiente poderoso a agravar esse cancro que outras sociedades têm radicalmente curado: a obrigatoriedade do ensino primário, prescrita na constituição e nas leis, só em poucas partes efetiva. Muitas escolas apenas são frequentadas por metade da população escolar recenseada. Em Viseu, a câmara imporia as respetivas multas aos que pretendessem furtar-se aos benefícios do ensino. Cumpriria a lei. Um jardim-escola modelo e um museu escolar viriam completar a série de instituições referentes ao ensino primário”¹.

De facto, este artigo constitui uma abordagem ideológica sobre o ensino primário, em Viseu, traçando a situação do “parque escolar” viseense, chamando a atenção do município para a necessidade de construção de escolas, apontando muito claramente para preocupações com a qualidade dos espaços, no que diz respeito à higiene, iluminação, localização. A sua edificação devia, assim, obedecer “às normas pedagógicas modernas”. O seu autor remete-nos ainda para um dos flagelos, que impedem a implementação do projeto educativo republicano – o facto de muitas crianças, apesar de matriculadas, não frequentarem a escola. Relativamente a este aspeto, podemos afirmar, pelas pesquisas realizadas, que, por diversas vezes, a Câmara Municipal de Viseu fez pressões para que as famílias colaborassem com os poderes instituídos de modo a permitirem regular a frequência da escola dos seus filhos. Mas também terá havido casos ao contrário...

Apesar dos esforços da Câmara Municipal de Viseu para fazer cumprir a Lei, nem sempre isso acontecia, nomeadamente no que diz respeito à frequência das escolas, como se pode constatar em sucessivos ofícios, como o que citamos: “também mandou admoestar os responsáveis pela educação dos alunos de instrução primária, que tenham faltado à frequência das escolas e que constam das relações enviadas pelos respetivos professores”².

Noutro exemplo. “Ainda resolveu mandar afixar editais nas freguesias dos concelhos, recomendando aos pais e tutores dos alunos e a todas a pessoas a cargo de quem estiver a educação das crianças, de idade entre os 7 e os 14 anos, que os obriguem a ir às escolas primárias sob a penalidade estabelecida para eles na lei, de um escudo por cada vez até cinco em cada ano letivo”³.

¹ “O Engrandecimento de Viseu”, *O Povo Beirão*, n.º 463, 1 de novembro de 1916, pp. 2-3.

² AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de novembro de 1914, liv. Inum., fl. 47.

³ AMV, *Actas da Câmara Municipal*, 3 de agosto de 1914, liv. 43, fl. 47

De facto, caberia às Juntas de Paróquia e aos delegados de assistência escolar nas freguesias a obrigação de promoverem, pelos meios convenientes, a matrícula e a frequência das escolas, segundo a Lei. Mas a verdade é que da teoria à prática a realidade é bem diferente, pois o peso da interioridade, pelo menos nas freguesias onde os encargos da agricultura se faziam sentir com mais acuidade, levava a que estas crianças fossem sistematicamente desviadas da frequência escolar. Como muito bem soube explicitar Rómulo de Carvalho os adultos e crianças das pequenas povoações pouco proveito tirariam da leitura e da escrita “que em pouco tempo esqueciam, pois as suas ocupações diárias em trabalhos rurais inadiáveis não lhes davam azo a manterem vivo na memória o que tinham aprendido”¹.

Apesar desta realidade nas povoações rurais, a situação da frequência escolar nas freguesias da cidade (ocidental e oriental) não seria bem diferente. Como já dêmos conta pela ata de 26 de janeiro de 1911, em que o titular do pelouro da instrução, Elentério Santa Ritta, faz a seguinte declaração:

“As escolas para o sexo feminino da cidade tinham no fim de outubro de 1910 a seguinte matrícula: ocidental 110, oriental 126. Esta matrícula subiu já e tende a subir mais em ambas as escolas. Há 257 crianças recenseadas do sexo feminino recenseadas mas que se não encontram matriculadas nas escolas oficiais “

5.2. A PROCURA DE ESCOLARIZAÇÃO

Nos relatórios dos inspetores – dizem António Carlos Luz Correia e Rita de Cassia Gallego – é bastante enfatizada a dificuldade de manter as crianças nas escolas, “especialmente da zona rural, nas quais a frequência era muito baixa devido à necessidade de ajudar seus pais na colheita, no caso dos meninos, e nos trabalhos domésticos, no caso das meninas”. Ainda segundo os autores referidos, “os pais não dão importância à escola sendo preciso, inclusive, que os professores os mobilizem para a necessidade da escola, o que indica que o valor da escolaridade e a relação, hoje indiscutível, entre criança-escola foram construídos”².

Embora não tenhamos lido qualquer relatório de inspeção, a imprensa local obrigava-nos a colocar algumas reservas a este ponto de vista consensual, é certo, mas não terá sido sempre assim. Em 1914, *O Comércio de Viseu* afirma que as escolas primárias desta cidade

¹ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal [...]*, 2001, p. 672.

² António Carlos Luz Correia & Rita de Cassia Gallego, *Escolas Públicas Primárias Em Portugal E Em São Paulo: Olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*, 2004, p.20.

eram frequentadas por 600 crianças¹. O referido artigo reportava-se à Cantina Escolar, instituição de caridade que alimentava as crianças pobres que frequentavam as escolas primárias de Viseu. Esta cifra permite-nos pensar que a realidade, em Viseu, neste período, seria diferente da que nos referem António Carlos Luz Correia e Rita de Cassia Gallego. Também numa ata da Comissão Executiva, de 1917, o inspetor “pede 450 folhas de papel para as provas de exame do 1.º grau”², o que demonstra que haveria um número aproximado de alunos, neste grau de ensino no círculo escolar de Viseu, a fazer exame.

No caso das cidades, a procura da escola é feita com maior evidência, como salienta Rui Ramos: “em geral, os habitantes das cidades são sempre mais alfabetizados do que os dos campos, e os homens mais do que as mulheres”³.

¹ “Cantina Escolar”, *O Comercio de Viseu*, n.º 2863, 8 de fevereiro de 1914, p. 2, c. 5.

² AMV, Actas da Comissão Executiva, 14 de junho de 1917, liv. inum, fl. 2.

³ António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Dicionário de História de Portugal*, volume VII, 1999, p. 98.

CONCLUSÃO

O controlo do ensino é tão antigo como o próprio ensino institucionalizado. Sempre se fez, de um modo ou de outro. Não foi diferente durante a I República.

A mais recente historiografia sobre educação durante a I República mostra que a importância que o republicanismo atribuiu ao ensino primário acabou por ser quase apenas retórica e ideológica, diferentemente do que se passou com o ensino superior. António José Telo é categórico: “a mais ambiciosa obra reformadora da República dá-se no campo da educação, muito em especial, no ensino superior”¹. Evidentemente que não podemos desprezar o facto de que o regime foi atravessado por convulsões políticas e económicas que poderão ajudar a explicar a modéstia dos resultados de muitos dos seus projetos, mas não podemos esquecer-nos, igualmente, que as razões da maior importância atribuída ao ensino superior radicam na ideologia positivista e cientista do republicanismo, que tinha em Teófilo Braga um dos seus expoentes máximos. Ainda assim, foram os republicanos os primeiros a colocar a educação no primeiro plano das preocupações políticas de um programa governamental e a atribuir à educação um papel decisivo no processo de construção do Estado-nação e do desenvolvimento, não obstante as dificuldades sentidas na economia, pois Portugal continuaria, até aos anos 1950, um país “essencialmente rural”.

Ainda que os resultados sejam modestos, os governos municipais viseenses não defraudaram as expectativas criadas pelo republicanismo na fase da propaganda. Em 10 de outubro de 1910, a primeira câmara republicana de Viseu cria um Pelouro de Instrução Pública e, entre 1914 e 1915, constitui duas “comissões para tratar de assuntos de instrução”. Mas se os discursos de alguns militantes da causa da instrução eram belos, as práticas coletivas nem sempre foram as melhores. Nas palavras, os responsáveis municipais manifestavam uma grande vontade política de alfabetizar a população, mas os obstáculos – financeiros e político-partidários – acabam, muitas vezes, por se sobrepor a esses desejos. Isso aconteceu relativamente à longa novela da construção do edifício próprio para as escolas centrais – que acabou por não sair das palavras, pelo menos até 1919 –, na conversão da escola feminina da freguesia oriental em central e na questão do jardim-escola que também não terá sido criado. Destes projetos só temos certeza que se tenha concretizado o da escola central feminina.

¹ António José Telo, *A Primeira República, do sonho à realidade*, vol. I, 2010, p. 208.

Mas de que modo a Câmara Municipal de Viseu protagonizou uma governação consoante com os discursos da I República para a instrução? Foi notório o seu esforço para garantir a frequência escolar do maior número de alunos. No tocante ao pagamento dos ordenados dos professores, podemos dizer que as vereações municipais procuraram ser cumpridoras, embora isso nem sempre tenha acontecido. Verificámos, por exemplo, que não havendo verba para pagar os vencimentos aos docentes, a Câmara socorre-se da sua conta na caixa económica para suprir essa necessidade.

As críticas às vereações republicanas de Viseu, no estrito domínio da educação, estavam relacionadas essencialmente com a falta de escolas, com a falta de condições de higiene em que as escolas existentes se encontravam, mas também com o persistente problema do analfabetismo. É bem elucidativo o texto reproduzido pela local *O Povo Beirão*, em 1 de novembro de 1916, que deplorava o facto de Viseu “ser uma das cidades piores dotadas do país” ao nível de escolas. Este tipo de crítica deixa perceber que os constrangimentos orçamentais, os intrincados problemas burocráticos, entre outras razões, não terão permitido que os governos municipais tivessem sido mais eficazes na construção de escolas. Sabemos bem como são elevados os custos de construção de um parque escolar. Com a falta de um plano definido por uma vontade política esclarecida, dificilmente se destinariam as verbas indispensáveis à construção faseada das escolas de que o concelho necessitava.

Apesar das críticas, podemos afirmar que a Câmara Municipal de Viseu deu um contributo algo apreciável à instrução, não obstante terem existido vereações mais diligentes do que outras, colaborando, dentro do possível, com a criação de novas escolas, pedidos de beneficiação das casas das escolas em mau estado e, de um modo geral, contribuindo no sentido de facilitar a vida dos professores no tocante a cumprir prazos nos concursos, realização de transferências e permutas requeridas, pagando, quase sempre, salários atempadamente. Convém referir que a Câmara cumpriu esse papel, mesmo estando sob pressão de um ativo centro de resistência monárquica local – a monarquia foi restaurada por seis dias, de 19 a 25 de janeiro de 1918¹. Importa mencionar que foi na cadeia do Fontelo, em Viseu, que esteve detido Machado Santos um dos militares republicanos que, tendo-se batido na Rotunda, “mais contribuiu para derrubar a Monarquia, mas que nesta cidade recebia visitas dos monárquicos e, porventura, daqui muito conjurou para pôr fim a um governo republicano”².

Concretamente no que à situação do “parque escolar” viseense diz respeito, nos primórdios da República, em 1904, podemos afirmar, com base nos documentos consultados,

¹ António Rafael Amaro e Jorge Adolfo Marques (org.), *Viseu. Roteiros Republicanos*, 2010, p. 70.

² Idem, ob. cit., p. 71.

havia no concelho de Viseu 57 escolas, com 2914 alunos, distribuídos por 32 freguesias, que no conjunto integravam 304 lugares com povoamento disperso. Os dados reunidos permitiram-nos concluir que nem sempre as freguesias mais populosas tinham maior número de escolas, não tendo havido durante a monarquia constitucional, em Viseu, qualquer racionalidade na distribuição das escolas do concelho. De resto, essas disparidades continuaram a manter-se durante a I República, tendo a própria Câmara consciência manifesta de que havia uma má distribuição das escolas pelas freguesias, como por mais de uma vez participara superiormente.

A leitura das atas, quer as das sessões da Câmara Municipal, quer as da Comissão Executiva Municipal, não deixam dúvidas: de um modo geral, as escolas que existiam no concelho de Viseu não possuíam edifícios próprios; a maioria estava arrendada a particulares ou contava com a boa vontade de cidadãos, ou entidades, como as Juntas de Paróquia, que tomavam sobre si o compromisso de fornecer gratuitamente casas para as escolas, por algum tempo. Os mais recentes estudos sobre história da educação comprovam, de resto, que as escolas em casas alugadas, prática comum no século XIX, constituíam uma forma de contornar as dificuldades financeiras do Estado.

No que diz respeito à edificação de escolas de raiz, podemos confirmar a criação de 7 escolas primárias nos documentos reunidos durante o período em estudo, no concelho de Viseu. O que é manifestamente pouco. E de algum modo, passou-se o mesmo no domínio das escolas móveis – foram criadas duas para o ensino primário – e das escolas noturnas – foram criados três cursos noturnos, como vimos. O combate ao analfabetismo, que no concelho de Viseu rondava os 43 758, em 1911, foi adiado.

O município dispôs também de uma Escola Normal. De facto, para os governos republicanos, a preocupação com a preparação dos docentes seria fundamental para se atingir o desiderato de tornar os professores em “apóstolos da educação”.

Apesar do predomínio do ensino oficial também existiu em Viseu oferta privada, no prolongamento da situação verificada na segunda metade do século XIX. Na documentação consultada registámos a existência de apenas 3 escolas particulares, uma delas, pertencente à Igreja, o Colégio da Via Sacra. A partir de 1919, em Viseu, também vai ser criada a Escola de Ensino Primário Superior que teve o grande mérito de permitir a continuidade dos estudos para os alunos que não tinham a possibilidade de ingressar no ensino liceal.

No que aos professores diz respeito, o nosso estudo testemunhou a existência de um apreciável número (128) professores no círculo escolar de Viseu. Ao longo do período em análise, verificamos que a situação dos professores do ensino primário, em Viseu, não foge

muito do panorama geral que se vivia no resto do país. Na sua maioria, vivem com um parco salário, debatendo-se com inúmeras dificuldades. Muito embora os professores fossem elogiados publicamente, quer pelas entidades governamentais, quer pelas elites locais, na prática continuavam numa situação social pouco prestigiada. No caso viseense, o descontentamento do professorado parece ficar a dever-se essencialmente à falta de pagamento de salários e subsídios atempadamente. Relativamente a este grupo profissional fizemos o levantamento de todas as referências que a eles dissessem respeito tendo inventariado um conjunto de numerosos documentos referentes a licenças por doença (23), permutas (6), subsídios de renda (17), nomeações de professores (38). Todas estas situações eram devidamente fiscalizadas pelos inspetores de Círculo Escolar de Viseu, como comprovamos pela análise dos documentos. Também estivemos atenta às referências da imprensa local sobre exemplos de professores cujas competências profissionais eram reconhecidas, ora porque levavam muitos alunos a exame e com bons resultados nos mesmos, ora porque revelavam qualidades humanas no auxílio a alunos pobres. Essa mesma imprensa não deixava escapar comportamentos reprováveis por parte de alguns professores do Círculo Escolar de Viseu. Um bom exemplo é o do Padre Castilho, cujas atitudes terão estado na origem do suicídio de um aluno da Escola Normal de Viseu. Evidenciámos também, dentro do conjunto de documentos compulsados, reclamações de professores dirigidos à Câmara, contra nomeações feitas pelo Município e ainda casos de professores sujeitos a processos disciplinares.

Ficou claro que, também em Viseu, a inspeção escolar constituía um poderoso instrumento da política da República para a instrução. Assim, ao controlo político, traduzido na fidelidade à República, acrescentava-se o controlo administrativo. De resto, a bibliografia sobre este domínio da educação reconhece, que apesar da transição de competências relativas à administração do ensino para as câmaras municipais, a inspeção mantinha-se na dependência direta do poder central e exercia um apertado controlo de escolas, professores e alunos, fazendo da descentralização mais um produto dos discursos (mesmo com suporte legislativo) do que uma realidade regulamentada e concreta. Na verdade, os inspetores estavam ao serviço de um modelo de Estado-nação. A grande dificuldade, quando falamos de inspeção, em particular, e de republicanismo, em geral, está em saber de que republicanismo falamos, de que conceção de Estado-nação estava subjacente, tanto aos discursos, como às práticas.

Ao todo, registámos 109 referências às múltiplas atribuições dos inspetores: 22 dessas referências prendiam-se com a organização dos estabelecimentos de ensino e administração escolar; 8 referiam-se a alterações no horário escolar; 3 sobre constituição de júris de

exame; 3 com o controlo e assiduidade dos professores; 4 referências providenciando material escolar para as escolas primárias; 15 referentes à organização de propostas graduadas dos candidatos ao magistério primário da respetiva circunscrição; 4 casos referenciados em que o inspetor verifica o cumprimento do pagamento dos vencimentos aos professores; 3 referências alusivas às vistorias às casas das escolas.

Na medida do que dissemos, não espantará que os inspetores tenham procurado controlar, também, a vinculação de professores e alunos aos símbolos e rituais cívicos da I República, nomeadamente as festas da árvore e o culto da bandeira. A análise da bibliografia permite concluir que era preciso mitigar a predominância católica da sociedade e, nesse sentido, os republicanos reinventaram novos símbolos, novos cultos e novos rituais. Assim, enquanto representante do governo e tendo um papel fundamental na “republicanização” do professorado, os inspetores teriam que providenciar para que estes aspetos fossem devidamente tomados em consideração. Verificámos, por mais de que uma vez, que o inspetor do Círculo Escolar de Viseu vai solicitar à Câmara o fornecimento de bandeiras para as escolas primárias (4 referências) e relativamente às festividades cívicas como as da árvore (11 referências) constatámos que o Inspetor do Círculo Escolar de Viseu convidava os vereadores municipais para participarem nos cortejos organizados nesse âmbito. Realçamos o papel de destaque assumido pelos professores primários na organização da festa, o que nos remete para a missão que a República lhes atribuía como guias espirituais das comunidades. Vários autores reconhecem que, apesar de ser organizada pelas escolas, a festa da árvore extravasava o âmbito estritamente escolar, oferecendo-se como espetáculo cívico no espaço público. Alguns sublinham o paralelismo entre a festa da árvore, como regeneração da natureza, e a regeneração social então almejada.

O estudo dos testemunhos documentais reunidos sobre este grupo profissional permitiu verificar que as relações entre os inspetores e municípios, apesar de regulamentadas por parte do Estado, nem sempre eram pacíficas. Em Viseu, inventariámos 8 referências que demonstraram bem as relações menos cordiais que se estabeleceram entre estes dois poderes. A leitura dos documentos municipais não deixa espaço para dúvidas: nos litígios que opuseram, por vezes, a Câmara Municipal de Viseu e o inspetor do Círculo Escolar de Viseu, António de Bastos Cardoso Pinto, o Ministério da Instrução Pública defendeu sempre o inspetor, mesmo perante ofícios que a Câmara fazia chegar ao Ministério dando conta dos excessos e linguagem inconveniente por parte do inspetor.

Por fim, detivemo-nos, ainda que de forma muito superficial, sobre a situação dos alunos e das suas aprendizagens. Verificámos que as notícias mais frequentes na imprensa

local referem os alunos, nomeando-os, a propósito dos exames. As 13 breves referências inventariadas sobre a realização de exames permitem-nos afirmar que estamos diante de alunos filhos das elites locais, ou de filhos de correligionários e amigos. De qualquer modo, importa salientar que não nos espanta o silêncio da imprensa local e da documentação de arquivo sobre os alunos. Na verdade, o aluno não constituía o objeto do sistema de ensino, o aluno não ocupava o centro das preocupações e das políticas educativas. O objetivo era a República. Era a Pátria. Daí que todos estes discursos devam ser vistos mais como textos de luta política e cultural do que testemunhos de luta pela instrução, pela educação em sentido restrito.

Diversos autores salientam que o discurso pedagógico do período republicano conduziu a uma valorização extrema da escola primária, considerada a base de todo o progresso e surgindo como uma componente fundamental do projeto regenerador subjacente ao republicanismo. A escola primária constituía o local ideal para promover a formação dos cidadãos patriotas e republicanos idealizados pelo novo regime. Era nela que se pretendia extirpar os vestígios do que se considerava ser uma educação jesuítica e monárquica e, simultaneamente, se procurava implantar a República no espírito e no coração dos portugueses. Desta forma seria desejável que o analfabetismo fosse, com a I República, uma realidade ultrapassada. Mas não foi! Não obstante as múltiplas iniciativas no campo da alfabetização, tanto de crianças como de adultos, o analfabetismo grassava no país. Em Viseu, apesar dos recenseamentos apontarem para a existência de grande números de crianças analfabetas, a verdade é que só metade dessas crianças ia à escola, principalmente, nas zonas rurais. Não foi por acaso que, por diversas vezes, a Câmara Municipal de Viseu fez pressões para que as famílias colaborassem com os poderes instituídos de modo a permitirem regular a frequência da escola dos seus filhos. Resta saber se esses esforços mais não eram do que uma forma de escamotear o pouco que foi feito no domínio da instrução, pois há elementos suficientes para nos fazerem pensar que se havia famílias que retiravam os filhos da escola, outras havia que queriam alfabetizar os seus filhos. Em 1911, dizia o vereador da instrução: “há 257 crianças do sexo feminino recenseadas mas que se não encontram matriculadas nas escolas oficiais e mesmo que o desejem não o podem frequentar as escolas oficiais porque não as há que comportem tamanha frequência”. Sete anos antes, tinham sido recenseadas 688 alunas que frequentavam 16 das 57 escolas do concelho de Viseu. Importa sublinhar que esse número era superior a 688, pois foram contabilizados 1069 alunos sem qualquer indicação de sexo, mais 179 que frequentavam as escolas mistas. É, como vemos, assunto a necessitar de pesquisa.

Assim, pensamos que as afirmações sobre o pouco interesse das populações na escolarização dos seus filhos terão de ser contextualizadas. Os diversos ofícios que se referem à assiduidade – os documentos usam a expressão “frequência escolar” – dizem respeito ao comportamento de algumas famílias das freguesias rurais, aquelas onde os encargos da agricultura se faziam sentir com mais acuidade. Alegadamente, as crianças seriam sistematicamente desviadas da frequência escolar, mas não havia propriamente freguesias não rurais, se excetuarmos as de Viseu, onde predominavam alguns ofícios, o comércio e os serviços.

O balanço que fazemos deste primeiro estudo sobre o *Ensino primário na I República em Viseu. Discursos e práticas* é naturalmente positivo. Evidentemente, as conclusões deste estudo são ainda muito provisórias porque a sua fundamentação se encontra inacabada. Sobre este tema será necessário alargar o âmbito da pesquisa realizada, nomeadamente ao período não estudado, lendo toda a imprensa local e analisando a restante documentação municipal.

Por fim, gostaríamos de dizer que esta nossa dissertação abre caminho a um conjunto de estudos urgentes no domínio da História da Educação, em Viseu. Faltam-nos biografias dos inúmeros professores, inspetores e autarcas recenseados, que deram à educação o melhor do seu esforço, o melhor das suas vidas. Faltam-nos estudos pormenorizados sobre os orçamentos da Câmara Municipal de Viseu, que nos permitam avaliar o peso que a educação tinha neste período. Faltam-nos estudos que se prolonguem pelo Estado Novo, rompendo com a tradicional periodização política da História da Educação, pois importava saber o que fizeram estes professores, inspetores e autarcas durante a ditadura salazarista. Pensamos, pois, ter dado um valioso contributo para o estudo da educação durante a I República em Portugal.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU

Fundo de Instrução, Cx. 37, doc. n.º 76, Documentos da Inspeção Escolar de Viseu com certidões de efectividade de serviço prestado, 23 de Abril a 30 de maio de 1917.

Fundo de Instrução, Cx. 72, doc. n.º 51, Relação dos edifícios escolares de instrução primaria pertencentes ao Estado, que carecem de reparações para a conservação, e da despesa provável a fazer com as respectivas obras, 21 de Janeiro de 1908.

Fundo de Instrução, Cx. 72, doc. n.º 52, Nota do numero de alumnos que no corrente anno escolar se matricularam em cada uma das escolas primarias do concelho de Viseu, 27 de junho de 1904.

Fundo de Instrução, Cx. 87, doc. n.º 41, Circular do Ministério de Instrução Pública sobre subsídios para construção edifícios escolares, 20 de Fevereiro de 1915.

Fundo de Instrução, Cx. 87, doc. n.º 42, Ofício do Presidente da Câmara ao Governador Civil a propósito da adaptação da escola de S. Miguel em Escola Central, da construção de edifício escolar em S. Pedro de France e construção do jardim escola infantil, 11 de Abril de 1913.

Fundo de Instrução, Cx. 87, doc. n.º 43, Circular da Direção da Fazenda Pública dizendo que passou para as Câmaras Municipais a administração dos serviços da Instrução Primária, 25 de Julho de 1913.

Fundo de Instrução, Cx. 87, doc. n.º 44, Circular do Ministério do Interior para que os regedores de Paróquias façam um inquérito sobre quantas escolas primárias se fundaram desde a proclamação da república; quantas dessas escolas estão a funcionar já; quantas há em cada Concelho, 18 de janeiro de 1914.

Fundo de Instrução, Cx. 94, doc. n.º 65, Ofício à Inspeção primária em 9-12-914, acompanhado dos mapas que vieram das inspecções, 5 de Junho de 1914.

Fundo de Instrução, Cx. 94, doc. n.º 66, 126 Assinaturas dos professores do círculo escolar de Viseu, 11 de Novembro de 1911.

Fundo de Instrução, Cx. 148, doc. n.º 17, Nota de todos os professores oficiais e particulares do círculo escolar de Viseu, 17 de setembro de 1914.

Fundo de Instrução, Cx. 352, doc. n.º 19, Nota de todos os professores da escola de ensino normal de Viseu, 13 de outubro de 1913.

Fundo de Instrução, Cx. 2981, doc. n.º 99, Nota das importâncias que as Câmaras Municipais inscreveram nos seus orçamentos para pagamento dos encargos obrigatórios de instrução, 28 de outubro de 1911.

Fundo de Instrução, Cx. 2981, doc. n.º 120, Mapa dos processos de pedidos de subsídios para construção e conclusão de edifícios escolares, 29 de maio de 1915.

1.2. ARQUIVO MUNICIPAL DE VISEU

Atas da Câmara Municipal de Viseu, livs. [40-44], 1910-1923.

Atas da Comissão Executiva da Municipal de Viseu, 1914-1918.

2. FONTES IMPRESSAS

Ministério do Fomento. Secretaria Geral, Lei n.º 264, *Diário do Governo*, 23 de julho de 1914.

2.1. DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

III Recenseamento Geral da População, 1890, Lisboa, Imprensa Nacional.

Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911 (5º recenseamento geral da população), Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

2.2. IMPRENSA LOCAL

Comercio (O) de Viseu, 1910-1919

Povo (O) Beirão, 1916.

Voz (A) da Oficina, 1910-1919.

2.3. DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. II, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia.

Dicionário de História de Portugal, vol. VII, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999.

Pt.wikipedia.org

2.4. LEGISLAÇÃO

Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica (1997). *Legislação [1910-1926]*.

2.5. BIBLIOGRAFIA SOBRE EDUCAÇÃO E REPÚBLICA

ADÃO, Áurea, “O homem vale, sobretudo pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal”, *Encontros da Educação*, 2012.

ANDRADE, José Fernando Flores, *Subsídios para a Inspeção Educativa em Portugal. Da Monarquia liberal à I República*, Aveiro, Fundação João Jacinto de Magalhães, 1995.

ALMEIDA, Alberto de Jesus, “O Papel dos Municípios na Educação em Portugal”, *Revista Iberoamericana de Educación*, 2004, disponível em: http://www.rieoei.org/did_mat24.htm.

- ARAGÃO, João Nuno Montenegro e Figueira, Manuel Henrique, "Liceu Alves Martins. Viseu", in António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara (coord.), "Liceus de Portugal". Histórias. Arquivos. Memórias, Porto, Edições ASA, 2003.
- BÁRBARA, A. Madeira, *Subsídios para o estudo da Educação em Portugal. Da Reforma Pombalina à 1.ª República*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1979.
- CARNEIRO, A. Henriques e Afonso, Serafim Amaro, *A Inspeção do Ensino em Portugal. Durante a I República, Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa, Textos de Educação, 2008.
- CATROGA, Fernando, *Ensaio Republicano*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.
- CORREIA, António Carlos Luz e Gallego, Rita de Cassia, *Escolas Públicas Primárias em Portugal e em São Paulo: Olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*, Lisboa, Cadernos Prestige, 2004.
- CORREIA, Luís Grosso, "Centenário da República: o ensino e a Primeira República", *Seara Nova*, n.º 1713-1714, 2010.
- GUIMARÃES, Alberto Laplaine e AYALA, Bernardo Diniz de, *Os Presidentes e os Governos da República no século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- DIAS, Luís Pereira, *As outras escolas. O ensino particular das primeiras letras entre 1859 e 1881*, Lisboa, Educa, 2000.
- FERNANDES, Rogério, *Roturas e Permanências da Educação Portuguesa no século XIX*, Lisboa, 2004.
- LUME, Filomena e PINTASSILGO, Joaquim, *A Inspeção Escolar, entre o Estado Novo e a Democracia*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2002.
- PINTASSILGO, Joaquim, *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- PINTASSILGO, Joaquim et al., *A História da Educação em Portugal. Balanço e Perspetivas*, Porto, Edições Asa, 2007.
- PINTASSILGO, Joaquim, *A República e a Educação: do Ideal às realizações*, Lisboa, 2010.
- PINTASSILGO, Joaquim, *O Ensino Primário*, Lisboa, Instituto de Educação – Universidade de Lisboa, 2010.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *A Pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*, Lisboa, 1979.
- MAGALHÃES, Justino, "Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal. Um domínio do conhecimento em renovação", *Revista Brasileira de Educação*, n.º 2, 1996.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III: *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal*, vol. XI: *Da Monarquia Para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MOTA, Carlos Alberto Magalhães, *António Sérgio (1883-1969): Política e Educação (Para uma História da Educação em Portugal)*, Vila Real, Universidade de Trás os Montes e Alto Minho, 2001.
- MOGARRO, Maria João, "Cultura Material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX)", in *Educatio Siglo XXI*, vol. 28, n.º 2, 2010.
- PROENÇA, Maria Cândida, "Analfabetismo", in F. Rosas e J. M. B. d. Brito (coord.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- PROENÇA, Maria Cândida, "A República e a democratização do ensino", in M. C. Proença (coord.), *O sistema de ensino em Portugal, séculos XIX-XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida, "A educação", in F. Rosas e M. F. Rollo (dir.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009.
- PROENÇA, Maria Cândida, *A República e a Regeneração pela Educação*, Lisboa, Conselho Nacional de Educação, 2010.
- NÓVOA, António, *Le temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII.^e-XX.^e siècle)*, vol II, Lisboa, 1987.
- RAMOS, Rui, "Analfabetismo", in António Barreto e Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Porto, Figueirinhas, 1999.

SILVA, Carlos Manique, “A ideia de ‘casa da escola’ no século XIX português”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2005.

TELO, António José, *Primeira República*, vol. I, *Do sonho à realidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.

2.6. BIBLIOGRAFIA SOBRE VISEU

ALVES, Paulo Bruno, *A Folha. Jornal Diocesano de Viseu (1901-1911)*, Coimbra, Palimage, 2008.

AMARO, António Rafael e MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses (org.), *Viseu. Roteiros Republicanos*, Matosinhos, QuidNovi, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1. VERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU, 1910-1911

Tomada de Posse: 10 de outubro 1910		Pelouro
Presidente:	Dr. António Barroso Pereira Vitorino	Obras; viação municipal; caminhos públicos
Vice-Presidente:	Arnaldo Alberto de Sousa Lobão	Higiene e sanidade; serviços clínicos; limpeza da cidade; cemitérios
Vereador	António Martins	Arborização; jardins e passeios; matas; logradouros comuns dos panos
Vereador	José Vieira da Costa Júnior	Abastecimento de água e sua fiscalização; tanques; lavadouro; mercados; praça dois de Maio
Vereador	Manuel Rodrigues Bastos	Extinção de incêndios e bombeiros municipais
Vereador	Virgílio Botelho	Beneficência; expostos; crianças; desvalidos; subsídios de lactação
Vereador	Paulino José Pereira Cardoso	Instrução pública
Vereador	António Marques Guedes	Matadouro; talhos e fornecimento sobre carnes verdes
Vereador	Alberto da Silva Bastos	Fazenda municipal; impostos e iluminação pública
Tomada de Posse: 5 de janeiro 1911		
Presidente:	Dr. António Barroso Pereira Vitorino	Secretaria; obras; finanças
Vice-Presidente:	Arnaldo Alberto de Sousa Lobão	Sanidade; cemitérios
Vereador	Dr. Elentério da Cunha Santa Ritta	Instrução; arborização; jardins
Vereador	Dr. Celestino Henriques Corrêa Severino	Iluminação; abastecimento de água
Vereador	Manuel Rodrigues Bastos	Extinção de incêndios; mercados; feiras
Vereador	Virgílio Botelho	Beneficência; expostos
Vereador	António Marques Guedes	Matadouro; talhos

APÊNDICE 2. PROFESSORES REFERIDOS NOS DOCUMENTOS

Datas	Nomes	Observações
1913-10-23	Arsénio Marques de Oliveira Coutinho ¹	
1913-11-13	Belarmina da Conceição Lopes ²	
1913-11-13	Olívia da Conceição Oliveira ³	

¹ “A Comissão em vista do decreto que regula as nomeações de professores interinos das escolas primárias, publicado no Diário do Governo de 22 de Setembro último e da lista dos candidatos às aludidas interinidades, publicado no Diário do Governo de 16 do corrente, nomeou professor interino da referida escola de Travassós, freguesia de Orgens, Arcenio Marques de Oliveira Coutinho” (AMV, *Actas*, 23 de outubro de 1913, liv. 42, fl. 195). Noutro documento este professor é referido a propósito ter sido nomeado professor efetivo em Aveiro “Do professor interino Arcenio Marques de Oliveira Coutinho da escola de Travassós de Orgens n.º 30 datado de 20 do corrente, a dizer que tendo sido nomeado professor efetivo de uma escola no Distrito de Aveiro, comunica a esta Comissão que deixa hoje a interinidade da referida escola de Travassós de Orgens, na qual estava desde o dia 27 de Outubro último e entregando a chave da mesma ao professor proprietário cidadão José Moreira da Cunha. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 21 de janeiro de 1914, fl. 10).

² “Nomear interinamente para o 3.º lugar da escola do sexo feminino da freguesia ocidental de Viseu, Belarmina da Conceição Lopes e para o 2.º lugar da escola do sexo feminino de Passos de Silgueiros, Olívia da Conceição Oliveira” (AMV, *Actas*, 13 de novembro de 1913, liv. 42, fl. 204). Noutro documento a professora é referida a propósito de ter enviado à Inspeção da 2ª circunscrição escolar de Coimbra, um requerimento para substituir o que apresentou no concurso para a escola de S. Pedro de France “Da Inspeção da 2ª circunscrição escolar de Coimbra, de 19 de janeiro último, enviando, em aditamento à nota da mesma inspeção de 13 do mesmo mês, que acompanhou a proposta graduada e mais documentos do concurso da escola de S. Pedro de France, um ofício e requerimento de Belmira da Conceição Lopes, pedindo neste ofício para substituir por este requerimento o que apresentou para o aludido concurso. Tendo já sido feita a nomeação de professor para aquela escola, a Comissão mandou arquivar estes documentos” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de fevereiro de 1915, fl. 91).

³ “Nomear interinamente para o 3.º lugar da escola do sexo feminino da freguesia ocidental de Viseu, Belarmina da Conceição Lopes e para o 2.º lugar da escola do sexo feminino de Passos de Silgueiros, Olívia da Conceição Oliveira” (AMV, *Actas*, 13 de novembro de 1913, liv. 42, fl. 204). Sobre a mesma professora pode ler-se noutro documento “Presente um requerimento da professora interina da 2ª escola do sexo feminino de Passos de Silgueiros, Olívia da Conceição Oliveira, em que pede para ser transferida logo que haja oportunidade para a escola de sexo masculino de Travassós, freguesia de Orgens, por dever terminar brevemente a sua interinidade naquela escola de Passos de Silgueiros. A Câmara resolveu entregar o requerimento ao Sr. Presidente da Comissão Executiva do Município para esta se informar sobre o pedido e autorizar a mesma Comissão a resolvê-lo no caso de ser atendível” (AMV, *Actas*, 17 de janeiro de 1914, liv. 42, fls. 236-237). Noutro documento a professora é referida a propósito do seu pedido de transferência colocado à Câmara que é deferido “De Olívia da Conceição Oliveira, dizendo que, achando-se habilitada para o exercício do magistério primário pela escola de ensino normal de Viseu, tendo sido incluída na lista dos candidatos à interinidade deste concelho, em harmonia com o Regulamento a que se refere o Decreto nº 146, publicado, no para a escola do sexo masculino de Travassós Diário do Governo nº 222 de setembro de 1913, deve já ser transferida logo que haja oportunidade para a escola do sexo masculino de Travassós, freguesia de Orgens, em consequência de dever cessar a interinidade por ter terminado o concurso do 2º lugar da escola do sexo feminino de Povoação de Passos, freguesia de Silgueiros, para cujo lugar fora nomeada em sessão de 13 de novembro, próximo findo, como se acha, preceituado no artigo 4º do regulamento citado, pedindo por isso à Comissão se digne deferir. A Comissão resolveu nomear a suplicante para a escola do sexo masculino de Travassós, freguesia de Orgens, interinamente, devendo esta professora tomar posse no próximo dia vinte e seis” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 21 de janeiro de 1914, fl. 11). Num outro documento, a professora é ainda citada por ter sido novamente nomeada para nova escola “Da professora interina Olívia da Conceição Oliveira de Travassós de Orgens de 21 do corrente, a comunicar que neste mesmo dia tomou posse e entrou em exercício do segundo lugar da escola do sexo masculino de S. João de Lourosa, para que foi nomeada em sessão de 16 do corrente da Câmara, pelo que, naquele dia deixou de fazer serviço naquela escola. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 22 de abril de 1914, fl. 59). A professora volta a ser referida num outro documento de 29 de abril sobre destacamento para serviço de exames “Do professor da escola de Lourosa João Pereira, com data de 25 do corrente, comunicando que a professora do 2º lugar da mesma escola Olívia Conceição Oliveira lhe comunicara que desde o mesmo dia 25 até à época de exames, deixava de fazer serviço nesta escola em consequência de ter sido nomeada para em comissão, reger a escola de Travassós de Orgens. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de abril de 1914, fls. 62-63). Volta ainda a ser citada em 6 de maio por ter enviado um ofício à Comissão executiva da Câmara pedindo um subsídio de residência “De Olívia Conceição Oliveira, professora do 2º lugar da escola masculina de S. João de Lourosa atualmente em Comissão na de Travassós de Orgens, nº 40, de 30 de abril último, enviando um requerimento em que pede para lhe ser abonado o subsídio para a renda de casa que receberia estando em exercício na escola de S. João de Lourosa. A Comissão encarregou o empregado da instrução de ir averiguar se há casa em boas condições para residência da professora, visto a mesma não ter casa de habitação, devendo comunicar o resultado das averiguações para depois resolver como for de justiça” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 6 de maio de 1914, fls. 69). Ainda noutro documento, esta professora é referida a propósito do pagamento do expediente e limpeza “Que no pagamento aos professores regentes das escolas primárias, do expediente e limpeza, assunto tratado na última sessão, fossem feitas as seguintes alterações: que se incluam os professores José Paes Gaudencio, de Calde e D. Maria da Glória de Almeida, de Povolide, respetivamente com 2\$48 e 2\$00; que o professor do Coito de Cima Albino Dias Moreira, passa de 4\$00 a 3\$00, que o professor de Povolide Cezar Cardoso passe de 6\$00 a 5\$00, a professora de Orgens, Olívia da Conceição Oliveira, passe de 3\$00 a 2\$00, a professora de Povolide D. Maria da Glória Liz Vasconcelos de Loureiro passe de 4\$00 a 3\$00 e a professora de Silgueiros D. Maria Delfina Marques da Silva passe de 9\$00 a 6\$00” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 10 de junho de 1914, fl. 94). A professora volta a ser referida num outro

1913-12-04 Margarida de Jesus Magalhães¹
 1913-12-18 Maria Gracinda Lebre²
 1914-01-14 Maria Lucília da Mota Lima³
 1914-01-16 João Couceiro¹

Vereador da Câmara Municipal que irá

documento por pedir informações sobre se pode ir ocupar o lugar para que foi provida, na escola de S. João de Lourosa “Da professora em comissão na Escola Masculina de Travassós de Orgens, Olívia da Conceição Oliveira, em que diz que tendo-lhe sido ordenada a regência desta escola, até à época de exames e tendo já sido submetidos a exame os alunos que habilitara, pede para ser informada sobre se pode ir apresentar-se no 2º lugar da escola masculina de S. João de Lourosa, em que foi provida. A Comissão deliberou que esta professora fosse desempenhar as suas funções na referida escola de S. João de Lourosa” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 22 de julho de 1914, fl.123). Ainda sobre este assunto foi dito “Do professor de Lourosa, a comunicar que a professora do 2º lugar da mesma escola, D. Olívia da Conceição Oliveira, recomeçou em 27 do corrente, as funções do seu cargo. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de julho de 1914, fl.128). Noutro documento a professora é referida a propósito de ter requerido diploma de encarte “Das professoras e professores de instrução primária deste concelho, Maria Gracinda Lebre, Maria da Piedade e Silva, Maria Luiza Liz Vasconcelos de Loureiro, Olívia da Conceição Oliveira, Maria do Carmo e Cézar Cardoso, em que requerem para lhes ser passado os seus diplomas de encarte, não apresentando os diplomas para este fim, por os não haver à venda. A Comissão ficou integrada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de julho de 1914, fl. 129). A mesma professora é novamente referida em ata da Comissão Executiva de 16 de dezembro de 1914 “Do professor João Pereira, da escola masculina de Lourosa, de 10 do corrente, comunicando que a professora do 2º lugar D. Olívia da Conceição Oliveira não pôde comparecer por alguns dias na mesma escola por o seu estado de saúde o não permitir, como pela mesma professora lhe foi comunicado. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 16 de dezembro de 1914, fl. 68). Sobre este assunto é ainda dito “Do professor da escola masculina da freguesia de Lourosa, de 22 do corrente, em que participa que a professora da mesma escola do 2º lugar D. Olívia da Conceição Oliveira reassumiu as funções do seu cargo no mesmo dia 22. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 30 de dezembro de 1914, fl. 77).

¹ “Nomeou professora interina da escola do sexo masculino da povoação de Cepões, Margarida de Jesus Magalhães, natural da freguesia ocidental desta cidade, concelho e distrito de Viseu” (AMV, *Actas*, 4 de dezembro de 1913, liv. 42, fl. 216).

² “Da mesma proveniência n.º 311, com data de 12 do corrente participando para os devidos efeitos que, por telegrama de ontem, proveniente da Direção Geral de Instrução Primária, lhe foi comunicado que, por despacho daquele dia, foi determinado se cumprisse o despacho de 12 de Agosto de 1912 que mandava prover na escola mista de Vil de Souto, Maria Gracinda Lebre, logo que fosse apresentada a respetiva professora” (AMV, *Actas*, 18 de dezembro de 1913, liv. 42, fl. 221). Noutro documento a professora é referida a propósito de ter requerido diploma de encarte “Das professoras e professores de instrução primária deste concelho, Maria Gracinda Lebre, Maria da Piedade e Silva, Maria Luiza Liz Vasconcelos de Loureiro, Olívia da Conceição Oliveira, Maria do Carmo e Cézar Cardoso, em que requerem para lhes ser passado os seus diplomas de encarte, não apresentando os diplomas para este fim, por os não haver à venda. A Comissão ficou integrada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de julho de 1914, fl. 129).

³ “Também foi lido um ofício do Inspetor do círculo Escolar de Viseu, enviando um requerimento documentado de Maria Lucília da Mota Lima, pedindo para ser nomeada professora interina da escola central para o sexo masculino desta cidade, durante o impedimento do professor regente daquela escola que foi nomeado inspetor interino deste círculo escolar” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 14 de janeiro de 1914, fl. 10). Ainda sobre a mesma professora foi referido “Da mesma Inspeção Escolar de 20 do corrente em que o Inspetor António dos Bastos Cardoso Pinto, comunica que o professor regente da escola central do sexo masculino nesta cidade Manuel António dos Santos Lima, que o havia substituído durante a sua licença voltou no dia 20 ao exercício das suas funções de professor, cessando por tal motivo as funções de professora interina Maria Lucília da Mota Lima, também desde o referido dia 20” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de fevereiro de 1914, fl. 40). Noutro documento esta professora é referida a propósito de ser nomeada interina para a escola central de Viseu “Do Regente da Escola Central desta cidade, datado de hoje, comunicando ter-lhe sido apresentado atestado, que envia, do qual se vê que a professora da mesma escola, Cacilda Beatriz de Sousa, precisa desde hoje de ser colocada ao abrigo do decreto de 7 de janeiro de 1911, pelo que pede para ser já nomeada interinamente para este lugar Maria Lucília da Mota Lima, que já no corrente ano exerceu interinamente o magistério na mesma escola, sendo esta nomeação de toda a urgência por ser esta a época de exames. A Comissão ficou inteirada e fez a nomeação interina indicada pelo referido regente, sendo a dita professora Cacilda Beatriz de Sousa, dispensada do serviço nos termos daquele decreto” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 1 de julho de 1914, fl. 108). A professora é novamente referida na ata da Comissão Executiva do dia 4 de novembro de 1914 “Nomeou professora interina da escola do sexo masculino de Cepões, D. Maria Lucília da Mota Lima a quem deve oficiar-se neste sentido” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 28 de outubro de 1914, fl. 41). Em novo documento das atas da Comissão Executiva, a professora surge fazendo uma reclamação contra a nomeação de uma professora feita pela Câmara, para a escola de Gumirães “Por último e por não haver tempo, pelo adiantado da hora, para discutir e deliberar acerca de alguns assuntos pendentes, foi resolvido que esta comissão reunisse, em sessão extraordinária, no dia 14 do corrente, pelas 12 horas, a fim de deliberar sobre os mesmos assuntos, que são os seguintes: - sobre a segunda parte de um ofício do Sr. Presidente da Câmara referente à reclamação feita pela professora D. Maria Lucília da Mota Lima, contra a nomeação de professora feita pela Câmara para a escola de Gumirães” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 9 de dezembro de 1914, fls. 64-65). Ainda sobre este assunto foi dito “Em seguida fez-se a leitura dos documentos respeitantes aos assuntos para que esta sessão extraordinária foi convocada e que são as seguintes: ofício (segunda parte) do Sr. Presidente da Câmara, de 9 do corrente, enviando um requerimento que também foi lido, de D. Maria Lucília Mota Lima, em que expõe os motivos pelos quais entende que não devia ter sido nomeada professora interina para a escola de Guimarães uma senhora com classificação inferior à dela, assunto que o mesmo Sr. Presidente da Câmara apresenta à consideração desta Comissão para o resolver como for de justiça. A Comissão deliberou que este requerimento fosse devolvido ao mesmo Sr. Presidente da Câmara, a fim de mandar vistoriar a casa oferecida para a escola pela professora D. Maria do Céu reto, e caso estejam nas condições se dar cumprimento à deliberação da Câmara de 26 de novembro último, submetendo-se à apreciação da Câmara, na sua sessão de janeiro, a reclamação da D. Maria Lucília da Mota Lima” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 14 de dezembro de 1914, fls. 65-66).

		pertencer à Comissão para Assuntos da Instrução, criada em sessão da Câmara de 19 de janeiro de 1914
		Vereador da Câmara Municipal que irá pertencer à Comissão para Assuntos da Instrução, criada em sessão da Câmara de 19 de janeiro de 1914
1914-01-16	Joaquim da Costa Nogueira ²	
1914-01-21	Firmino de Albuquerque Brandão ³	
1914-01-21	José Moreira da Cunha ⁴	
1914-01-21	Eugénia do Carmo ⁵	
1914-01-24	Professor de S. João de Lourosa, nomeado para a província de S. Tomé ⁶	Por que terá ido este professor para S. Tomé?
1914-01-24	Maria Luísa de Liz e Vasconcelos ⁷	

¹ “Leu depois dois ofícios um do vereador Sr. João Couceiro dizendo que, por motivos de serviço de seu lugar de professor de liceu, não pode comparecer às sessões, enquanto elas se realizassem às 12 horas” (AMV, *Actas*, 16 de janeiro de 1914, liv. 42, fl. 231). Noutro documento este professor é referido a propósito de uma nomeação para a Comissão de Instrução “a Câmara resolveu nomear as seguintes Comissões: para tratar de assuntos de instrução Dr. Celestino Henrique Correia Severino, Dr. José Agostinho de Figueiredo Pacheco Teles, João Couceiro; Joaquim da Costa Nogueira e D. Domingos da Costa Martins” (AMV, *Actas*, 19 de janeiro de 1914, liv. 42, fl. 238).

² “o Diretor da Escola de Ensino Normal desta cidade, participando que o vereador Sr. Joaquim da Costa Nogueira, também não podia comparecer às sessões que se efetuassem neste mês por motivos de serviço, como professor daquela escola” (AMV, *Actas*, 16 de janeiro de 1914, liv. 42, fl. 231). Noutro documento este professor é referido a propósito de uma nomeação para a Comissão de Instrução “a Câmara resolveu nomear as seguintes Comissões: para tratar de assuntos de instrução Dr. Celestino Henrique Correia severino, Dr. José Agostinho de Figueiredo Pacheco Teles, João Couceiro; Joaquim da Costa Nogueira e D. Domingos da Costa Martins” (AMV, *Actas*, 19 de janeiro de 1914, liv. 42, fl. 238).

³ “Do inspetor interino do Circulo Escolar de Viseu, n.º 390 com data de 19 do corrente comunicando que o professor da escola central, Firmino de Albuquerque Brandão, a quem pertence a regência daquela escola durante a sua ausência deve ser abonado desde esta data, com a gratificação respetiva que lhe pertence pela referida regência. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 21 de janeiro de 1914, fl. 10). O professor volta a ser citado em ata da Comissão Executiva de 23 de dezembro de 1914 “O Sr. Presidente deu conhecimento de que os professores da escola central, [Manuel António dos] Santos Lima e Firmino [de Albuquerque] Brandão lhe declararam que constando-lhe que alguns colegas tinham feito censuras à Câmara por não terem sido pagos os seus vencimentos, não eram solidários com este procedimento, pois só tinham a elogiar esta Comissão pelo modo como têm procedido a este respeito, adiantando até dinheiro para os pagamentos dos vencimentos dos professores. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 23 de dezembro de 1914, fl. 75).

⁴ “Do professor interino Arcenio Marques de Oliveira Coutinho da escola de Travassós de Orgens n.º 30 datado de 20 do corrente, a dizer que tendo sido nomeado professor efetivo de uma escola no Distrito de Aveiro, comunica a esta Comissão que deixa hoje a interinidade da referida escola de Travassós de Orgens, na qual estava desde o dia 27 de Outubro último e entregando a chave da mesma ao professor proprietário cidadão José Moreira da Cunha. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 21 de janeiro de 1914, fl. 10). O professor volta a ser referido em ata da Comissão Executiva de 11 de fevereiro de 1915, onde pede subsídio de habitação “Do professor de Travassós de Orgens, José Moreira Cunha, de 10 deste mês, dizendo que não tendo o proprietário da casa da sua escola preparado e concluído a casa de habitação, viu-se obrigado a arranjar com pessoas da sua família, outra casa onde atualmente está instalado, pelo que pede lhe seja dado o subsídio de 25\$00, sujeitando-se caso nisto haja dificuldades a receber a renda de 12\$ que até agora tem recebido. A Comissão deliberou pagar a referida renda de 12\$00” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1915, fl. 95).

⁵ “Da professora oficial da escola mista de Orgens Eugénia do Carmo, com data de 11 do corrente a comunicar que se acha ao abrigo do Diário do Governo de 9 de Janeiro de 1911, desde o dia 9 do corrente, o que provará o mais breve possível por atestado médico. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 21 de janeiro de 1914, fls. 10-11). Sobre a mesma professora foi dito “Da professora de Orgens Eugénia do Carmo de 15 de fevereiro, a comunicar que deixa de arrendar a sua casa que lhe serve de habitação e que está junta com a casa da escola pela quantia de dez escudos, arrendando-a porem, por vinte e cinco escudos, renda esta que estipula por ter feito bastantes obras na mesma casa para a poder habitar. A comissão deliberou que o empregado urbano vá a Orgens ver se consegue casa mais barata para o indicado fim” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 1 de julho de 1914, fl. 108). Sobre este assunto a Comissão Executiva respondeu o seguinte “Do empregado encarregado dos serviços de instrução, foi lida uma informação referente às circunstâncias em que se acha a casa de escola e habitação da professora de Orgens, que lhe foi mandado prestar em sessão de 1 de julho último. A Comissão deliberou não aceitar a proposta de arrendamento da professora daquela povoação Eugénia do Carmo, constante do seu ofício de 15 de fevereiro findo, visto que, a casa arrendada à Câmara por Manuel Pais de Almeida é suficiente não só para a escola como para a habitação” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 5 de agosto de 1914, fl. 133).

⁶ “Um requerimento do professor de S. João de Lourosa, pedindo a demissão do seu lugar, por ter sido nomeado professor de Guadalupe, na província de S. Tomé. Deferido e que se participe ao respetivo Inspetor” (AMV, *Actas*, 24 de janeiro de 1914, liv. 42, fl. 246).

⁷ “Uma participação da professora Maria Luísa Liz e Vasconcelos em Vilar de Ordem, freguesia de Povolide, dizendo que já se apresentou ao serviço. A Câmara ficou inteirada” (AMV, *Actas*, 24 de janeiro de 1914, liv. 42, fl. 246). Noutro documento esta professora é referida a propósito de faltas, aqui com o nome mais completo “Da professora do sexo feminino em Povolide, Maria Luísa Liz Vasconcelos do Loureiro, nº 10, com data de 19 deste mês, participando que por se achar doente, suspendeu no dia 17, deste mesmo mês os exercícios escolares, pedindo por isso à Comissão se digne dizer-lhe, se as faltas se justificam mencionando-as somente no respetivo mapa ou se é necessário mandar também atestado médico. A Comissão resolveu se oficiasse a esta professora para remeter o respetivo atestado médico” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 21 de janeiro de 1914, fl. 11). A professora é referida novamente em ata da Comissão Executiva no dia 11 de novembro de 1914 “Da

1914-01-28	Adelino Correia Gomes ¹
1914-02-07	António Batista Gomes Reis ²
1914-02-07	Amélia de Jesus Encarnação ³
1914-02-11	Maria da Conceição Cardoso de Melo ⁴
1914-02-18	Cacilda Beatriz de Sousa ⁵
1914-02-25	Virgínia Amélia de Araújo Roque ⁶

professora do sexo feminino de Povolide, D. Maria Luiza Liz Vasconcelos de Loureiro, de 6 deste mês, dizendo em cumprimento de ordens que recebeu, havia chamado um carpinteiro para avaliar os concertos do que necessitava a casa da sua escola, sendo este concertos os seguintes: concerto no sobrado da sala da escola, retretes feitas de novo, ripar aljaroz da entrada, colocação de duas fechaduras nas retretes e fornecimento de 500 telhas. A mesma professora termina por pedir para lhe serem dadas ordens a cerca deste assunto. A Comissão autorizou estes concertos e fornecimentos, devendo a repartição de obras providenciar convenientemente" (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de novembro de 1914, fl. 46). Noutro documento a professora é referida a propósito de ter requerido diploma de encarte "Das professoras e professores de instrução primária deste concelho, Maria Gracinda Lebre, Maria da Piedade e Silva, Maria Luiza Liz Vasconcelos de Loureiro, Olívia da Conceição Oliveira, Maria do Carmo e César Cardoso, em que requerem para lhes ser passado os seus diplomas de encarte, não apresentando os diplomas para este fim, por os não haver à venda. A Comissão ficou integrada" (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de julho de 1914, fl. 129).

¹ "De Adelino Correia Gomes, professor oficial da freguesia de Cavernães, pedindo para deixar a regência da sua escola, por espaço de oito dias, úteis, com vencimento ou sem ele, por se achar doente e precisar tratar da sua saúde. A Comissão concedeu a licença pedida" (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 28 de janeiro de 1914, fl. 13). Noutro documento o professor é referido em questão concernente a informação prestada à Comissão Executiva sobre quanto deverão custar os reparos da casa da sua escola "Do professor de Cavernães [Adelino Correia Gomes] dizendo que, em resposta ao ofício que lhe foi enviado em 13 deste mês, que deverão importar em 12\$00 os concertos da casa da sua escola. A Comissão autorizou os aludidos concertos até à mencionada quantia de 12\$00" (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 22 de abril de 1915, fl. 127).

² "Lido um requerimento do professor interino da escola masculina da Boaldeia, António Batista Gomes Reis, classificado com 19 valores, que tendo concorrido ao concurso aberto para a mesma escola, ficou excluído porque apresentando, em tempo e no concurso o requerimento para lhe ser passado o certificado do registo criminal, não se encontra este certificado passado. Pede para o processo voltar à Inspeção da 2ª circunscrição escolar, com o certificado passado, a fim de esta inspeção reconsiderar sobre a sua exclusão, visto que em tempo não foi avisado com prazo, para apresentar o referido certificado. A Câmara conformando-se com a informação dada pela comissão, por ela nomeada, para tratar de assuntos de instrução, resolveu que se desentranhasse do processo o dito requerimento pedindo o certificado se entregasse ao candidato, e depois de nele ser passado aquele certificado se enviasse todo o processo à supra dita Inspeção juntamente com o requerimento agora apresentado pelo candidato, a fim de ser tido na consideração devida" (AMV, *Actas*, 7 de fevereiro de 1914, liv. 43, fl. 18). Sobre o mesmo assunto foi dito "Presente e lido um ofício do Inspetor da 2ª circunscrição escolar devolvendo o processo do concurso para a escola primária do sexo masculino da Boaldeia, dizendo que o pedido feito pelo concorrente António Batista Gomes Reis para juntar ao processo o certificado do registo criminal, de que só tinha junto o requerimento em que o pedia, não podia ser atendido, e que portanto o mesmo Inspetor conservava a classificação dos concorrentes já feita em 26 de janeiro do corrente ano, ficando aquele concorrente fora do concurso. A Câmara ficou inteirada" (AMV, *Actas*, 3 de abril de 1914, liv. 43, fls. 24-25).

³ "Presente e lido o processo do concurso para o lugar de segunda professora da escola feminina de Passos, freguesia de Silgueiros, deste concelho, enviado pela referida Inspeção da 2ª circunscrição escolar, incluindo a relação de candidatos graduados por ordem de mérito. A Câmara procedendo com as formalidades legais à nomeação da professora para a referida escola nomeou a primeira classificada com 17 valores – Amélia de Jesus Encarnação, atualmente professora oficial da escola feminina de Freixo de Serrazes, concelho de S. Pedro do Sul" (AMV, *Actas*, 7 de fevereiro de 1914, liv. 43, fl. 18).

⁴ "De Maria da Conceição Cardoso de Melo, em que requer a sua nomeação interina de professora da escola do sexo masculino de Abraveses que se acha vaga, visto achar-se habilitada com o curso de habilitação ao magistério primário, na qual obteve a classificação de dezassete valores na escola desta cidade, classificação esta que comprovou com certidão junta a este requerimento, que foi passada pelo secretário desta escola. Diz ainda a requerente ter exames singulares do 5º ano de francês e geografia e o 7º de português, conforme provará se necessário for. A Comissão deliberou nomear a requerente professora interina da referida escola do sexo masculino de Abraveses" (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1914, fl. 18).

⁵ "Da professora regente da escola central de Viseu, datado de hoje, dizendo em aditamento ao seu ofício nº 23 que a professora Cacilda Beatriz de Sousa reassumiu hoje as suas funções, depois de uma ausência de 14 dias, motivada por doença. A Comissão ficou inteirada" (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 18 de fevereiro de 1914, fl. 21). Noutro documento esta professora é referida a propósito de um atestado apresentado pela mesma "Do Regente da Escola Central desta cidade, datado de hoje, comunicando ter-lhe sido apresentado atestado, que envia, do qual se vê que a professora da mesma escola, Cacilda Beatriz de Sousa, precisa desde hoje de ser colocada ao abrigo do decreto de 7 de janeiro de 1911, pelo que pede para ser já nomeada interinamente para este lugar Maria Lucília da Mota Lima, que já no corrente ano exerceu interinamente o magistério na mesma escola, sendo esta nomeação de toda a urgência por ser esta a época de exames. A Comissão ficou inteirada e fez a nomeação interina indicada pelo referido regente, sendo a dita professora Cacilda Beatriz de Sousa, dispensada do serviço nos termos daquele decreto" (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 1 de julho de 1914, fl. 108). A professora volta a ser referida em ata da Comissão Executiva de 11 de fevereiro de 1915, onde solicita que lhe seja pago o subsídio de residência "Da professora de Lordosa, Cacilda Neves Gouvêa, de 4 deste mês, a pedir para começar a ser-lhe pago o seu subsídio de residência. A Comissão deliberou que os senhores Vereadores da Instrução providenciassem acerca deste assunto" (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1915, fls. 95-96).

⁶ "Da professora regente da escola do sexo feminino da freguesia ocidental, comunicando que a professora da mesma escola, Virgínia Amélia de Araújo Roque, que estava de licença que terminou em 10 deste mês, lhe participara oficialmente que, embora tivesse terminado a licença, se não apresentava ao serviço por ter requerido a passagem à inatividade por seis

1914-02-25	Mariana Moreira da Cunha ¹
1914-03-25	Manuel António dos Santos Lima ²
1914-03-25	Eduardo Domingos Maia ³
1914-03-25	Abel Cardoso de Amaral ⁴

meses. A Comissão deliberou oficiar a dita professora Virgínia Roque, estranhando o seu procedimento e convidando-a a justifica-lo dentro de 3 dias” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de fevereiro de 1914, fl. 42). Noutro documento a professora é referida apresentando os motivos justificativos das suas faltas, por sofrer de doença renal “Do inspetor deste circulo escolar, de 25 de fevereiro ultimo dando conhecimento de a junta medica, em 14 do corrente, haver julgado impossibilita de exercer as suas funções durante seis meses, por doença renal, a professora do 3º lugar da escola do sexo feminino da freguesia oriental desta cidade, Virgínia Amélia de Araújo Roque” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de março de 1914, fl. 29). Na mesma ata ainda é dito o seguinte “Desta mesma professora também foi lido um ofício datada de 27 de fevereiro findo, dizendo, para esclarecimento de um ofício que lhe diz respeito e foi dirigido à Câmara pelo regente da escola em que é professora, que tendo terminado a licença em 10 de fevereiro último, havia requerido antes de terminar esta mesma licença a sua passagem à inatividade por seis meses, pelo que foi inspecionada em 14 do mesmo mês, sendo julgado impossibilitada de exercer as suas funções durante seis meses, estando portanto justificadas pela inspeção médica a sua falta ao serviço. Pede que lhe seja comunicado se deve apresentar atestado comprovativo da impossibilidade que a obriga à situação inativa, cujo processo corres seus termos. A Comissão em vista do exposto nestes dois ofícios deliberou que ficasse sem efeito a deliberação tomada na última sessão acerca da mencionada professora” (*idem*, 4 março de 1914, fl. 29). A mesma professora é novamente referida na ata da Comissão Executiva de 4 de novembro de 1914 “Da professora do 3º lugar D. Virgínia de Araújo Roque da escola do sexo feminino da freguesia ocidental, em que participa que, tendo terminado a sua inatividade por seis meses, havia entrado no exercício das suas funções no dia 2 do corrente. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de novembro de 1914, fl. 43). Noutro documento a professora é referida a propósito de informar a Comissão Executiva que entrou ao serviço, por ter desistido do resto da licença que lhe tinha sido concedida em 3 de abril de 1915 “Da professora da escola ocidental D. Virgínia Amélia de Araújo Roque, de 1 deste mês, dizendo que neste mesmo dia entrou no exercício do seu lugar por desistir do resto da licença que lhe foi concedida em 3 de abril último” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 13 de maio de 1915, fl. 135).

¹ “Pela professora Mariana Mureira da Cunha foi apresentada a declaração a que se refere o artigo 62 do Regulamento de 31 de Dezembro último da lei de encarte. A Comissão mandou arquivar” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de fevereiro de 1914, fl. 25).

² “Da mesma Inspeção Escolar de 20 do corrente em que o Inspetor António de Bastos Cardoso Pinto, comunica que o professor regente da escola central do sexo masculino nesta cidade Manuel António dos Santos Lima, que o havia substituído durante a sua licença voltou no dia 20 ao exercício das suas funções de professor, cessando por tal motivo as funções de professora interina Maria Lucília da Mota Lima, também desde o referido dia 20” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de fevereiro de 1914, fl. 40). O professor volta a ser citado em ata da Comissão Executiva de 23 de dezembro de 1914 “O Sr. Presidente deu conhecimento de que os professores da escola central, [Manuel António dos] Santos Lima e Firmino [de Albuquerque] Brandão lhe declararam que constando-lhe que alguns colegas tinham feito censuras à Câmara por não terem sido pagos os seus vencimentos, não eram solidários com este procedimento, pois só tinham a elogiar esta Comissão pelo modo como têm procedido a este respeito, adiantando até dinheiro para os pagamentos dos vencimentos dos professores. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 23 de dezembro de 1914, fl. 75).

³ “Da mesma Inspeção Escolar com a mesma data de 20 deste mês, comunicando que por despacho ministerial de 13 do corrente foi mandado suspender o processo disciplinar do professor de Abraveses Eduardo Domingos Maia, continuando, porém este professor afastado do serviço até que seja julgado, abonando-se-lhe entretanto, o vencimento de categoria. A Comissão deliberou ponderar à estação competente que o lugar deste professor está preenchido interinamente, desde 16 de fevereiro último pelo que a Câmara tem de pagar à respetiva professora, devendo consultar-se a mesma estação sobre se apesar disto deverá abonar-se o vencimento indicado neste ofício ao referido professor, o que vai causar desequilíbrio no respetivo orçamento” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de fevereiro de 1914, fls. 40-41). Este professor é novamente citado em ata da Comissão Executiva de 2 de Dezembro, pedindo aos vereadores que o reintegrem na escola da qual foi afastado, devido ao processo disciplinar movido à sua pessoa “De Eduardo Domingos Maia, professor da escola de Abraveses, em que pede para ser reintegrado nesta escola, de cujo serviço foi afastado por despacho ministerial de 8 de novembro de 1913, por ser acusado de se ter envolvido no movimento monárquico de 21 de outubro do mesmo ano, visto ter sido absolvido do suposto crime pelo Tribunal de Guerra em audiência de julgamento, que se efetuou em 11 e 12 de novembro último, documentando a sua absolvição com uma certidão junta a este requerimento e que foi passada pelo secretário do aludido Tribunal. A Comissão deliberou que este requerimento e certidão fossem presentes à Câmara, para ela deliberar o que tiver por conveniente” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 2 de dezembro de 1914, fl. 57). Noutro documento, o professor é novamente referido a respeito da reintegração como professor oficial da escola de Abraveses, que lhe foi concedida pelo Ministro da Instrução, mas que ainda não lhe foi dada posse do aludido lugar pelas entidades competentes em Viseu “De Eduardo Domingos Maia, professor oficial de Abraveses, em que diz que tendo em 28 de novembro último requerido a reintegração no referido lugar, mas havendo-lhe esta sido concedido pelo Excelentíssimo Ministro da Instrução, por despacho de 2 do corrente, pede para lhe ser dada posse do aludido lugar de professor. A Comissão deliberou que este requerimento fosse submetido à apreciação da Câmara, devendo contudo ser incluída a importância dos vencimentos do requerente entre as quantias a abonar pela Câmara com aplicação ao pagamento de professores na nota que vai ser enviada ao chefe da 10ª repartição da Contabilidade Pública do Ministério da Instrução, a fim de ser pago ao requerente, caso a Câmara resolva deferir a reintegração que pede” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 16 de dezembro de 1914, fls. 69-70). O professor é referido novamente na ata da Comissão Executiva do dia 13 de maio de 1915, comunicando que entrou em funções “Do professor da escola de Abraveses, Eduardo Domingos Maia, em que participa que entrou em exercício do seu cargo em 28 de Abril próximo findo, em cumprimento da comunicação que lhe foi feita em ofício de 27 do mesmo mês. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 13 de maio de 1915, fl. 135).

⁴ “Da mesma providência de 23 do corrente, em que se comunica que foram promovidas à 2ª classe os professores de 3ª classe Abel Cardoso de Amaral, de Figueiró, desde 9 de junho de 1909 e António Correia de Almeida de Torreda, a contar

1914-03-25 António Correia de Almeida¹
 1914-03-25 Maria da Glória Almeida²
 1914-03-25 Daniel Ribeiro Chaves³
 1914-04-03 Manuel Rodrigues da Costa⁴
 1914-04-22 Maria José Marques da Costa⁵
 1914-04-29 João Pereira⁶

de 4 de maio de 1910, ambos por despacho de 13 deste mês, publicado no Diário do Governo nº64. Também foi promovido à 1ª classe a professora da escola mista de Nesprido Maria da Glória de Almeida, bem como o professor da escola central desta cidade Daniel Ribeiro Chaves, como consta do diário do Governo nº 66. Todos estes professores devem ser abonados com os seus novos vencimentos na 1ª folha adicionando-se a esta a verba de diferença de vencimento desde o 1º de junho de 1913. A Comissão deliberou abonar a estes professores a diferença de vencimento provenientes das referidas promoções a contar de 1 de janeiro último” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de março de 1914, fl. 41).

¹ “Da mesma providência de 23 do corrente, em que se comunica que foram promovidas à 2ª classe os professores de 3ª classe Abel Cardoso de Amaral, de Figueiró, desde 9 de junho de 1909 e António Correia de Almeida de Torredes, a contar de 4 de maio de 1910, ambos por despacho de 13 deste mês, publicado no Diário do Governo nº64. Também foi promovido à 1ª classe a professora da escola mista de Nesprido Maria da Glória de Almeida, bem como o professor da escola central desta cidade Daniel Ribeiro Chaves, como consta do diário do Governo nº 66. Todos estes professores devem ser abonados com os seus novos vencimentos na 1ª folha adicionando-se a esta a verba de diferença de vencimento desde o 1º de junho de 1913. A Comissão deliberou abonar a estes professores a diferença de vencimento provenientes das referidas promoções a contar de 1 de janeiro último” (*idem*, 25 de março de 1914, fl. 41).

² “Da mesma providência de 23 do corrente, em que se comunica que foram promovidas à 2ª classe os professores de 3ª classe Abel Cardoso de Amaral, de Figueiró, desde 9 de junho de 1909 e António Correia de Almeida de Torredes, a contar de 4 de maio de 1910, ambos por despacho de 13 deste mês, publicado no Diário do Governo nº64. Também foi promovido à 1ª classe a professora da escola mista de Nesprido Maria da Glória de Almeida, bem como o professor da escola central desta cidade Daniel Ribeiro Chaves, como consta do diário do Governo nº 66. Todos estes professores devem ser abonados com os seus novos vencimentos na 1ª folha adicionando-se a esta a verba de diferença de vencimento desde o 1º de junho de 1913. A Comissão deliberou abonar a estes professores a diferença de vencimento provenientes das referidas promoções a contar de 1 de janeiro último” (*idem*, 25 de março de 1914, fl. 41). Noutro documento, esta professora é referida a propósito do pagamento do expediente e limpeza “Que no pagamento aos professores regentes das escolas primárias, do expediente e limpeza, assunto tratado na última sessão, fossem feitas as seguintes alterações: que se incluam os professores José Paes Gaudencio, de Calde e D. Maria da Glória de Almeida, de Povolid, respetivamente com 2\$48 e 2\$00” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 10 de junho de 1914, fl. 94). A professora é ainda referida num outro documento, em que pede à Comissão Executiva que lhe passe o diploma de encarte “De Maria da Glória de Almeida, professora de escola mista de Povolid, em que pede para lhe ser passado o seu diploma de encarte, não juntando para isso o mesmo diploma em branco, por não os haver à venda prontificando-se a apresentá-lo logo que os haja. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 5 de agosto de 1914, fls.132-133).

³ “Da mesma providência de 23 do corrente, em que se comunica que foram promovidas à 2ª classe os professores de 3ª classe Abel Cardoso de Amaral, de Figueiró, desde 9 de junho de 1909 e António Correia de Almeida de Torredes, a contar de 4 de maio de 1910, ambos por despacho de 13 deste mês, publicado no Diário do Governo nº64. Também foi promovido à 1ª classe a professora da escola mista de Nesprido Maria da Glória de Almeida, bem como o professor da escola central desta cidade Daniel Ribeiro Chaves, como consta do diário do Governo nº 66. Todos estes professores devem ser abonados com os seus novos vencimentos na 1ª folha adicionando-se a esta a verba de diferença de vencimento desde o 1º de junho de 1913. A Comissão deliberou abonar a estes professores a diferença de vencimento provenientes das referidas promoções a contar de 1 de janeiro último” (*idem*, 25 de março de 1914, fl. 41).

⁴ “Do mesmo Inspetor [do Círculo Escolar de Viseu] remetendo o processo para a aposentação do professor da escola primária de Cepões, Manuel Rodrigues da Costa, para a Câmara se pronunciar sobre a oportunidade desta aposentação, em conformidade do artigo do decreto nº 127, publicado no Diário do Governo nº 212 de 10 de setembro de 1913. A Câmara resolveu que o processo fosse presente à Comissão para tratar do assunto de instrução, para ela informar” (AMV, *Actas*, 3 de abril de 1914, liv. 43, fl. 24).

⁵ “Da professora Maria José Marques da Costa da escola do sexo feminino de Lourosa de Cima, de 15 deste mês comunicando, em resposta ao ofício nº 25 do Sr. Presidente, que naquela povoação há uma casa em condições de ali ser instalada a sua escola bem como a sua residência e caso não possa comportar todas as classes, poder-se-á ainda obter uma sala para duas classes, pedindo o proprietário da casa António Francisco Lourenço a renda anual de 30\$00. A Comissão encarregou o Sr. Vereador Ferreira de se entender com o proprietário acerca deste assunto” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 22 de abril de 1914, fl. 59). Ainda a propósito da habitação para esta professora foi dito o seguinte “O Sr. Vereador Ferreira, disse que em harmonia com a deliberação tomada na sessão anterior tendo-se entendido com António Francisco Lourenço acerca da casa para habitação da professora do sexo feminino do primeiro lugar de Lourosa de Cima, se prontificará a arrendar por 20\$ uma casa que tem na referida povoação, para aquele fim e que também se entendera com António Francisco de Figueiredo e madrastra, Ana de Jesus que arrenda uma outra casa para a referida escola por a frequência ser grande pela renda anual de 10\$. O Sr. Presidente ficou pela Comissão encarregado de assinar os respetivos arrendamentos e de tomar as demais providências” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de abril de 1914, fls. 66).

⁶ “Do professor da escola de Lourosa, João Pereira, com data de 25 do corrente, comunicando que a professora do 2º lugar da mesma escola Olívia Conceição Oliveira lhe comunicara que desde o mesmo dia 25 até à época de exames, deixava de fazer serviço nesta escola em consequência de ter sido nomeada para em comissão, reger a escola de Travassós de Orgens. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de abril de 1914, fls. 62-63). O mesmo professor é novamente referido em ata da Comissão Executiva de 16 de dezembro de 1914 “Do professor João Pereira, da escola masculina de Lourosa, de 10 do corrente, comunicando que a professora do 2º lugar D. Olívia da Conceição Oliveira não pôde comparecer

1914-04-29	António de Abreu ¹
1914-05-06	Ana Cardoso Pereira ²
1914-06-10	José Pais Gaudêncio ³
1914-06-10	Albino Dias Moreira ⁴
1914-06-10	Cesar Cardoso ⁵
1914-06-10	Maria da Glória Liz Vasconcelos de Loureiro ⁶
1914-06-10	Maria Delfina Marques da Silva ⁷
1914-07-08	António Barreiros Cardoso ⁸
1914-07-29	Maria da Piedade e Silva ⁹
1914-07-29	Maria do Carmo ¹⁰
1914-12-09	Maria Celeste Pereira de Figueiredo ¹¹

por alguns dias na mesma escola por o seu estado de saúde o não permitir, como pela mesma professora lhe foi comunicado. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 16 de dezembro de 1914, fl. 68).

¹ “De António de Abreu, professor efetivo da escola masculina da freguesia de S. Salvador, em que requer para lhe ser dado o subsídio para renda de casa, visto não lhe ser fornecida casa para habitação. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de abril de 1914, fls. 64-65).

² “De Ana Cardoso Pereira, professora oficial na escola para o sexo feminino da freguesia de Torreda, pedindo quinze dias de licença, em harmonia com o dispositivo no número 8 do artigo 63º do Decreto de 29 de Março de 1911, para tratar da sua saúde como provou pelo atestado médico que a este requerimento juntou. Deferido” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 6 de maio de 1914, fl. 71).

³ “Que no pagamento aos professores regentes das escolas primárias, do expediente e limpeza, assunto tratado na ultima sessão, fossem feitas as seguintes alterações: que se incluíam os professores José Paes Gaudêncio, de Calde e D. Maria da Glória de Almeida, de Povolide, respetivamente com 2\$48 e 2\$00” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 10 de junho de 1914, fl. 94). Noutro documento o professor é novamente citado a propósito da nomeação do mesmo para a escola de S. Pedro de France “Foi ainda lido um ofício da 2ª circunscrição escolar de Coimbra, datado de 13 do corrente enviando a proposta graduada e mais documentos dos concorrentes à escola masculina de [S. Pedro de] France. A Comissão depois de examinar os documentos, nomeou o concorrente José Paes Gaudêncio, por ser o nº 1 da referida proposta e por ter cinco anos de bom serviço como também consta da mesma proposta, para o lugar de professor da referida escola masculina de [S. Pedro de] France, cujo concurso foi anunciado por editais de 17 de dezembro último, publicado no Diário do Governo nº 296 de 1914” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 20 de janeiro de 1915, fl. 87). Sobre o mesmo professor é ainda dito “Do professor de S. Pedro de France, José Paes Gaudêncio, de 29 de janeiro findo, em que dá conhecimento de haver começado a exercer as suas funções no mesmo dia 29. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de fevereiro de 1915, fl. 91).

⁴ “que o professor do Coito de Cima Albino Dias Moreira, passa de 4\$00 a 3\$00” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 10 de junho de 1914, fl. 94).

⁵ “que o professor de Povolide Cezar Cardoso passe de 6\$00 a 5\$00” (*idem*, 10 de junho de 1914, fl. 94). Noutro documento o professor é referido a propósito de ter requerido diploma de encarte “Das professoras e professores de instrução primária deste concelho, Maria Gracinda Lebre, Maria da Piedade e Silva, Maria Luiza Liz Vasconcelos de Loureiro, Olívia da Conceição Oliveira, Maria do Carmo e Cézar Cardoso, em que requerem para lhes ser passado os seus diplomas de encarte, não apresentando os diplomas para este fim, por os não haver à venda. A Comissão ficou integrada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de julho de 1914, fl. 129).

⁶ “a professora de Povolide D. Maria da Glória Liz Vasconcelos de Loureiro passe de 4\$00 a 3\$00” (Actas da Comissão Executiva, 10 de junho de 1914, fl. 94).

⁷ “a professora de Silgueiros D. Maria Delfina Marques da Silva passe de 9\$00 a 6\$00” (*idem*, 10 de junho de 1914, fl. 94).

⁸ “De António Barreiros Cardoso, professor oficial da escola do sexo masculino de Barbeita, em que pede quinze dias de licença com princípio no dia 7 do corrente. A Comissão deferiu, devendo durante esta licença ser-lhe abonado somente o vencimento de categoria” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 8 de julho de 1914, fl. 115).

⁹ “Das professoras e professores de instrução primária deste concelho, Maria Gracinda Lebre, Maria da Piedade e Silva, Maria Luiza Liz Vasconcelos de Loureiro, Olívia da Conceição Oliveira, Maria do Carmo e Cézar Cardoso, em que requerem para lhes ser passado os seus diplomas de encarte, não apresentando os diplomas para este fim, por os não haver à venda. A Comissão ficou integrada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de julho de 1914, fl. 129). Noutro documento a professora é referida a propósito do Inspetor escolar do círculo de Viseu pedir à Comissão Executiva casa para habitação ou respetivo subsídio em seu nome “Do Inspetor Escolar deste círculo em que pede para ser dada casa de habitação ou o respetivo subsídio à professora de Povolide D. Maria da Piedade e Silva” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1915, fl. 95).

¹⁰ “Das professoras e professores de instrução primária deste concelho, Maria Gracinda Lebre, Maria da Piedade e Silva, Maria Luiza Liz Vasconcelos de Loureiro, Olívia da Conceição Oliveira, Maria do Carmo e Cézar Cardoso, em que requerem para lhes ser passado os seus diplomas de encarte, não apresentando os diplomas para este fim, por os não haver à venda. A Comissão ficou integrada” (*idem*, 29 de julho de 1914, fl. 129).

¹¹ “Do Inspetor da 2ª circunscrição escolar de Coimbra, de 2 do corrente, enviando a proposta graduada e mais documentos dos concorrentes à escola masculina de Cepões deste concelho de Viseu, sendo também lido outro ofício de 4 deste mês, da mesma procedência, em aditamento àquele, enviando para os devidos efeitos, um requerimento em que o concorrente à mencionada escola, José Paes de Andrade, desiste do respetivo concurso. Em vista do exposto, a Comissão nomeou professora para a referida escola masculina de Cepões a D. Maria Celeste Pereira de Figueiredo, que em seguida ao referido José Paes de Andrade, que desistiu do concurso, foi a concorrente mais classificada (12 valores) como consta da mencionada proposta graduada, tendo o concurso para esta escola sido publicado no diário do Governo de 9 de novembro último” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 9 de dezembro de 1914, fl. 63). Noutro documento a professora é citada a

1914-12-16	Serafim Marques Carolino ¹
1915-02-04	José Pinto de Almeida ²
1915-02-04	Maria do Céu de Sousa Reto ³
1915-03-04	Ermelinda Moreira da Neves Campos ⁴
1915-03-11	Maria José Correia ⁵
1915-03-11	Julieta Augusta Magalhães Ferreira de Azevedo ⁶
1915-03-11	Belmira da Conceição Lopes ⁷
1915-04-29	Cacilda Neves de Gouveia ¹

propósito de ter participado à Comissão Executiva que iniciava a sua função como professora regente da escola masculina de Cepões “Da professora da escola masculina de Cepões D. Maria Celeste Pereira de Figueiredo, participando que em 2 do corrente assumiu a regência da mesma escola” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 6 de janeiro de 1915, fl. 80).

¹ “Do Inspetor da 2ª circunscrição escolar de Coimbra, de 11 do corrente, enviando a proposta graduada e mais documentos dos concorrentes à escola masculina de Barbeita, freguesia de Rio de Loba, deste Concelho de Viseu. A Comissão nomeou professor da referida escola do sexo masculino de Barbeita, o concorrente Serafim Marques Carolino, por ter mais de cinco anos de bom serviço como consta do respetivo processo para este concurso e por ser o número um na mencionada proposta graduada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 16 de dezembro de 1914, fls. 67-68). Noutro documento o professor é citado a propósito de ter participado à Comissão Executiva que iniciava a sua função como professor da escola de Barbeita “Do professor de Barbeita Serafim Marques Carolino, participando que em 2 do corrente mês entrou no exercício das suas funções como professor da mesma escola de Barbeita. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 6 de janeiro de 1915, fl. 80).

² “Do professor de Travassós de Cima, José Pinto de Almeida, com data de 27 de janeiro último, a participar que neste mesmo dia deixou de exercer as suas funções, por principiar a gozar a licença de 15 dias que lhe foi concedida, e que no mesmo dia entrou em exercício a professora D. Maria do Céu de Sousa Reto” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de fevereiro de 1915, fl. 91). Sobre este assunto foi ainda dito “Foi ainda lido mais um requerimento de José Pinto de Almeida, professor de Travassós de Cima, a pedir noventa dias de licença sem vencimento. A Comissão concedeu esta licença a contar de hoje e nomeou professora interina da mesma escola D. Maria do Céu de Sousa Reto” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1915, fl. 97). Ainda sobre a mesma matéria foi dito “Do professor de Travassós de Cima, José Pinto de Almeida, a comunicar haver entrado em exercício das suas funções em 14 de maio findo. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 3 de junho de 1915, fl. 144).

³ “Do professor de Travassós de Cima, José Pinto de Almeida, com data de 27 de janeiro último, a participar que neste mesmo dia deixou de exercer as suas funções, por principiar a gozar a licença de 15 dias que lhe foi concedida, e que no mesmo dia entrou em exercício a professora D. Maria do Céu de Sousa Reto” (*idem*, 4 de fevereiro de 1915, fl. 91). Ainda sobre este assunto foi dito “Foi ainda lido mais um requerimento de José Pinto de Almeida, professor de Travassós de Cima, a pedir noventa dias de licença sem vencimento. A Comissão concedeu esta licença a contar de hoje e nomeou professora interina da mesma escola D. Maria do Céu de Sousa Reto” (*idem*, 11 de fevereiro de 1915, fl. 97). A mesma professora volta a ser referida em ata do dia 18 de fevereiro de 1915, em que chama a atenção para a ameaça que são os fossos, a céu aberto, no terreno da sua escola “Foi lido um ofício da professora interina da escola masculina de Travassós de Cima, de 13 do corrente, dando conhecimento do perigo que ameaça a casa da sua escola e que é devido aos fossos abertos no terreno pela invernia, e que podem prejudicar os alicerces da mesma casa. A Comissão deliberou que a repartição de obras providenciasse e com urgência acerca deste assunto” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 18 de fevereiro de 1915, fls. 99-100).

⁴ “Da Inspeção da 2ª circunscrição escolar, de 26 de fevereiro findo, enviando os documentos e proposta graduada das concorrentes ao lugar de professora da escola mista de Gumirães, freguesia de Rio de Loba. A Comissão depois de examinar os aludidos documentos nomeou professora para a referida escola mista de Gumirães, freguesia de Rio de Loba, a concorrente D. Ermelinda Moreira das Neves Campos, por ser a número um inscrita na aludida proposta graduada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de março de 1915, fl. 105). Noutro documento a professora é referida a propósito de ter iniciado a sua função como professora da escola de Gumirães “Da professora de Gumirães, D. Ermelinda Moreira das Neves Campos, comunicando que entrou em exercício deste lugar em 23 de março findo. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 8 de abril de 1915, fls. 119-120).

⁵ “Da Inspeção da 2ª circunscrição escolar de Coimbra, de 4 deste mês, enviando a proposta graduada e mais documentos das concorrentes à escola mista de Nogueira, freguesia de Côta, cujo concurso consta do Diário do governo nº 31 da série de 1915. Achando-se inscritos na referida proposta graduada duas professoras das quais, uma, D. Maria José Corrêa, não se acha em condições de ser admitida a este concurso por ter apresentado os documentos fora de prazo. A Comissão nomeou professora para a mencionada escola mista de Nogueira, freguesia de Côta a concorrente D. Julieta Augusta Magalhães Ferreira de Azevedo” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de março de 1915, fl. 109).

⁶ “Da Inspeção da 2ª circunscrição escolar de Coimbra, de 4 deste mês, enviando a proposta graduada e mais documentos das concorrentes à escola mista de Nogueira, freguesia de Côta, cujo concurso consta do Diário do governo nº 31 da série de 1915. Achando-se inscritos na referida proposta graduada duas professoras das quais, uma, D. Maria José Corrêa, não se acha em condições de ser admitida a este concurso por ter apresentado os documentos fora de prazo. A Comissão nomeou professora para a mencionada escola mista de Nogueira, freguesia de Côta a concorrente D. Julieta Augusta Magalhães Ferreira de Azevedo” (*idem*, 11 de março de 1915, fl. 109). A professora é referida num outro documento da Comissão Executiva de 8 de abril de 1915, comunicando ter iniciado a sua função como professora da escola de Nogueira de Côta “Da professora de Nogueira de Côta D. Julieta Augusta Magalhães Ferreira de Azevedo, comunicando que entrará no exercício das suas funções em 6 do corrente. A Comissão ficou inteirada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 8 de abril de 1915, fl. 120).

⁷ “Da mesma procedência [Inspeção da 2ª circunscrição escolar de Coimbra], datado do mesmo dia 4 do corrente, enviando a proposta graduada e mais documentos das concorrentes à escola do sexo masculino de Calde. A Comissão nomeou professora para a referida escola do sexo masculino de Calde a concorrente D. Belarmina da Conceição Lopes, por ser a primeira indicada na mencionada proposta graduada” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de março de 1915, fl. 109).

1915-06-03 Justina da Conceição dos Santos Pereira²

APÊNDICE 3. RELAÇÃO DOS INSPETORES POR CÍRCULOS ESCOLARES

Datas	Círculos Escolares	Nome Inspetor
1914-09-17	Viseu	António de Bastos Cardoso Pinto
1914-09-18	Moimenta da Beira	Bernardo Afonso Xavier
1914-09-20	Lamego	Acácio Mendes Magalhães?
1914-09-21	Santa Comba Dão	José Henrique
1914-09-24	Tabuaço	Alberto José de Almeida
1914-10-25	S. Pedro do Sul	Manuel da Maia Romão
1914-09-25	Mangualde	Manuel Pereira Cardoso

Fonte: Arquivo Distrital de Viseu, cx. 148, nº 17.

¹ “Da professora de Lordosa D. Cacilda Neves de Gouveia em que comunica haver interrompido os trabalhos escolares, por dois meses, por se achar nas condições do decreto de 7 de janeiro de 1911. A Comissão ficou inteirada” (AMV, Actas da Comissão Executiva, 29 de abril de 1915, fl. 130).

² “Da professora D. Justina da Conceição dos Santos Pereira da escola de Sanguinhedo, participando que em 17 de maio último começou a gozar a licença a que se refere o decreto de 7 de janeiro de 1911, licença cuja necessidade, comprovou com atestado que acompanhou este ofício e que foi passado pelo médico municipal Dr. Mário Luzitano de Almeida Marques. A Comissão ficou inteirada” (AMV, Actas da Comissão Executiva, 3 de junho de 1915, fl. 144).

APÊNDICE 4. PROFESSORES REFERIDOS NO ÂMBITO DA LEI DE ENCARTE (ART.º 62)

Datas	Nomes	Observações
1914-02-04 ¹	Cacilda Beatriz de Sousa	Em serviço na Escola Central de Viseu
1914-02-04	Daniel Ribeiro Chaves	Em serviço na Escola Central de Viseu
1914-02-04	Cacilda Neves Gouveia	Em serviço na Escola feminina de Lordosa
1914-02-04	Amélia Augusta Monteiro	Em serviço na Escola mista de Corvos
1914-02-04	José Pais Gaudêncio	Em serviço na Escola de Calde
1914-02-04	Maria Amélia da Mota Liz	Em serviço na Escola Central masculina de Viseu
1914-02-04	Joaquim de Jesus e Sousa	Em serviço na Escola de Lordosa
1914-02-04	Firmino de Albuquerque Brandão	Professor complementar, em serviço na Escola Central de Viseu
1914-02-04	Olívia da Conceição Oliveira	Professora interina na Escola masculina de Travassós de Orgens
1914-02-04	Maria Lucília da Mota Lima	Prof. interina na Escola Central masculina de Viseu
1914-02-04	João Pereira	Professor da Escola de Lourosa
1914-02-11 ²	Tiago Pinto Vieira	
1914-02-11	Cesar Cardoso	Professor de Povolide
1914-02-11	Maria Gracinda Lebre	Professora na escola mista de Vil de Souto
1914-02-11	Henrique Martins Correia	
1914-02-11	Maria da Encarnação Figueiredo	
1914-02-11	Sara dos Anjos Lourenço de Albuquerque	
1914-02-11	António Correia de Almeida	
1914-02-11	Ana Cardoso Pereira	Professora oficial na escola feminina da freguesia de Torredeita
1914-02-11	Capitolina Coelho Duarte	
1914-02-11	Maria da Graça Vasconcelos	
1914-02-11	Júlia do Carmo Pereira Ribeiro	
1914-02-11	Hermínia Augusta N. Mendonça Pinto	
1914-02-11	Maria do Patrocínio de Almeida	
1914-02-11	Caetano Alves Barbosa	
1914-02-11	Adelino Correia Gomes	
1914-02-11	Maria de Jesus Barroso e Castro	
1914-02-11	Eduardo Domingos Maia	
1914-02-11	Feliciano da Glória Oliveira	
1914-02-11	Maria Hermínia de Oliveira	
1914-02-11	Joaquim Bento dos Santos	
1914-02-11	Maria Alves Martins	
1914-02-11	Branca de Almeida Soares	
1914-02-11	António Lopes de Almeida	
1914-02-11	Maria da Glória de Almeida	Professora da escola mista de Nesprido, promovida à 1.ª classe
1914-02-11	Maria Luísa Liz Vasconcelos de Loureiro	
1914-02-11	Maria da Piedade e Silva	
1914-02-11	Maria Augusta de Oliveira	
1914-02-11	Emília Roque da Cunha	

¹ “Foram também presentes as declarações a que alude o art.º 62 do Regulamento da Lei de encarte dos seguintes professores de instrução primária deste concelho e de um servente” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de fevereiro de 1914, fls. 15-16).

² “Pelo pessoal adiante mencionado foram apresentadas as declarações a que se refere o art.º 62 do Regulamento de 31 de dezembro ultimo, da Lei de encarte, a saber” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1914, fl. 19).

1914-02-11	Maria José Marques da Costa	
1914-02-11	Maria Cristina Soares Lourenço	
1914-02-11	Virgínia de Almeida Soares	
1914-02-11	Maria do Nascimento Ladeiro	
1914-02-11	António Baptista Gomes Reis	
1914-02-11	António de Almeida Correia	Professor de Torredeita, promovido à 2.ª classe por despacho de 13 de março de 1914
1914-02-11	António de Abreu	
1914-02-11	Maria Cândida Pais de Lemos	
1914-02-11	Isaura Correia de Figueiredo Salgueiral	
1914-02-11	João Augusto de Melo Cabral	
1914-02-11	António Pais da Cruz	
1914-02-11	Amélia de Almeida	
1914-02-11	Dora Vaz dos Santos	
1914-02-11	Eugénia do Carmo	
1914-02-11	Joaquim do Couto	
1914-02-11	António Baptista Monteiro	
1914-02-11	Albino Dias Moreira	
1914-02-11	António de Almeida Correia	
1914-02-11	Miguel Moreira da Cunha	
1914-02-11	Maria Delfino Marques da Silva	
1914-02-11	Manuel Rodrigues Fernandes	
1914-02-11	Abel Cardoso do Amaral	Professor de Figueiró, promovido à 2.ª classe por despacho de 13 de março de 1914
1914-02-11	Hermínia Augusta da Silva Peres	
1914-02-11	Maria da Conceição Pereira de Figueiredo	
1914-02-11	Maria da Conceição Marques	
1914-02-18 ¹	Margarida de Jesus Magalhães	
1914-02-18	Maria do Céu de Almeida Soares	
1914-02-18	António Barreiros Cardoso	
1914-02-18	José Henriques Fernandes de Carvalho	
1914-02-18	António José Henriques de Carvalho	
1914-02-18	Virgínia Amélia de Araújo Roque	Professora do 3.º lugar da escola do sexo feminino da freguesia oriental de Viseu
1914-02-18	José Pinto de Almeida	
1914-02-18	António de Almeida Queirós	
1914-02-18	José Baltazar de Oliveira Andrade	
1914-02-18	Alberto Almiro de Melo	
1914-02-18	Virgínia Augusta Martins	
1914-02-18	Maria da Nazaré Rodrigues	
1914-02-18	Gertrudes de J. Rodrigues da Trindade	
1914-02-18	Justina da Conceição dos Santos Pereira	
1914-03-04 ²	Maria da Conceição Cardoso de Melo	

¹ “Pelo pessoal adiante mencionado foram apresentadas as declarações a que se refere o art.º 62 do Regulamento da Lei de encarte de 31 de dezembro ultimo, a saber” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 18 de fevereiro de 1914, fl. 23).

² “Da professora interina Maria Conceição Cardoso de Melo, foi presente a declaração que se refere o art.º 62 do Regulamento da Lei de encarte. A Comissão mandou arquivar” (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de março de 1914, fl. 30).

APÊNDICE 5. INSPETORES REFERIDOS NOS DOCUMENTOS

Datas	Nomes	Observações
1914-01-07	António de Bastos Cardoso Pinto ¹	

¹ «Outrossim transmite à Comissão também para seu conhecimento e devidos efeitos, a circular nº 57, da Inspeção daquela circunscrição escolar que abaixo segue: Determina S. Ex.^a o Ministro da Instrução pública que se observe o seguinte:

1.º os professores de instrução primária que não exerçam o magistério por falta de casa para habitação ou para os exercícios escolares e ainda por qualquer outro motivo de força maior, podem ser colocados em comissão pela respetiva Comissão Municipal, segundo as conveniências da instrução, em qualquer outra escola do mesmo concelho, cujo professor esteja, por qualquer circunstância impedido de exercer o magistério;

2.º os professores cujas escolas tenham sido convertidas em mistas, ou para o sexo feminino, e que já se acham providas, e ainda os professores interinos, compreendidos pelo art.º 88 do decreto de 29 março de 1911 em escolas não vagas, e que ficarem sem colocação pelo regresso ao serviço dos professores proprietários que estavam substituindo, podem ser colocados em comissão nas condições dos números anteriores enquanto não houver escolas vagas, onde possam ser providos independentemente do concurso.

Os inspetores dos círculos escolares deverão comunicar às respetivas Câmaras Municipais o conteúdo desta circular. Saúde e Fraternidade. O inspetor António de Bastos Cardoso Pinto. A Comissão ficou inteirada» (AMV, *Actas da Comissão Ex*, 7 de janeiro de 1914, fl. 3). Noutro documento este inspetor é referido a propósito de uma comunicação sobre o professor regente da escola central de Viseu que o substituiu durante a sua licença «Da mesma Inspeção Escolar de 20 do corrente em que o Inspetor António de Bastos Cardoso Pinto, comunica que o professor regente da escola central do sexo masculino nesta cidade Manuel António dos Santos Lima, que o havia substituído durante a sua licença, voltou no dia 20 ao exercício das suas funções de professor, cessando por tal motivo as funções de professora interina Maria Lucília da Mota Lima, também desde o referido dia 20» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de fevereiro de 1914, fl. 40). Em sessão da Câmara Municipal, do dia 3 de abril de 1914, o Inspetor é referido participando uma nomeação «Do Inspetor do círculo de Viseu, participando que nomeou o Sr. Dr. José Júlio Cezar, desta cidade, para fazer parte do conselho da assistência Escolar. A Câmara ficou ciente» (AMV, *Actas*, 3 de abril de 1914, fl. 24). Noutro documento da Câmara Municipal o Inspetor é citado a propósito de um processo de aposentação de um professor «Do mesmo Inspetor [do Círculo Escolar de Viseu] remetendo o processo para a aposentação do professor da escola primária de Cepões, Manuel Rodrigues da Costa, para a Câmara se pronunciar sobre a oportunidade desta aposentação, em conformidade do artigo do decreto nº 127, publicado no Diário do Governo nº 212 de 10 de setembro de 1913. A Câmara resolveu que o processo fosse presente à Comissão para tratar do assunto de instrução, para ela informar» (AMV, *Actas*, 3 de abril de 1914, liv. 43, fl. 24).

Este mesmo inspetor é citado numa proposta apresentada pelo vereador António Fonseca na sessão da Comissão executiva de 29 de Abril de 1914 «O Sr. Vereador A. Ferreira, apresentou a seguinte proposta: - “Proponho para que officie o Sr. Inspetor Escolar, a fim de este Senhor informar, com a maior urgência, do estado e necessidade de todas as escolas primárias desta cidade e do concelho, bem como quais as escolas que, desde o princípio do corrente ano tem visitado”. A Comissão aprovou esta proposta devendo também officiar-se o mesmo Inspetor para que se inspecione a casa de António Francisco Lourenço e António Francisco de Figueiredo e madrastra, de Lourosa de Cima, a fim de informar sobre se podem aceitar-se para o funcionamento da escola do sexo feminino, visto ter de se desocupar até 31 de maio a casa onde atualmente funciona» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de abril de 1914, fls. 66-67). Ainda sobre este assunto foi dito «Do Inspetor do círculo escolar de Viseu que é do teor seguinte: - Em satisfação ao officio de V. Ex., nº 50, de 6 do corrente, cumpre-me dizer-lhe que não sendo materialmente fácil a esta inspeção dar, com a pedida urgência, as indicações precisas, das necessidades das escolas do concelho, punho aqui ao dispor de um empregado da Câmara, que pode ser recebido nesta inspeção, o cadastro das escolas, onde se encontra registrado todo o material existente em cada uma. Por este meio pode mais rapidamente ser satisfeito o desejo da Ex. Câmara. Durante o atual ano letivo ainda não foi feita qualquer visita de inspeção neste concelho. Saúde e Fraternidade. O inspetor António de Bastos Cardoso Pinto» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 13 de maio de 1914, fl. 73). No mesmo documento, os vereadores da Comissão não se conformaram com a resposta do Inspetor e levaram o caso a instâncias superiores «A Comissão não se conformando com o exposto neste officio em resposta ao que a comissão lhe dirigiu, em 6 do mês corrente nº 50, resolveu que as cópias destes dois officios fossem enviadas ao Ministério da Instrução, pedindo ao mesmo tempo, esclarecimentos sobre os deveres do Sr. Inspetor deste círculo para com a Câmara» (*idem*, 13 de maio de 1914, fl. 73). A resposta do Ministério da Instrução a este assunto foi a seguinte «Da repartição de Instrução primária, 2ª seção do Ministério de Instrução Pública, de 23 do corrente, em resposta ao officio de 21 deste mês, do Sr. Presidente, em que a mesma repartição informa que o inspetor deste círculo cumpriu plenamente com as suas obrigações, pondo à disposição da Câmara o cadastro das escolas, onde se entra registrado todo o material existente em cada uma. A Comissão ficou inteirada» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 27 de maio de 1914, fl. 82). Relativamente a este Inspetor outros documentos sobressaíram, nomeadamente comunicações: «Do Inspetor Escolar deste círculo, de 21 deste, a comunicar que as licenças concedidas pelas Câmaras aos professores não careceram de publicação no Diário do Governo, devendo contudo ser cobrados os respetivos emolumentos, conforme a tabela publicada no diário do Governo nº 140 de 1911» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 27 de maio de 1914, fl. 83). Também pedidos de informação à Câmara sobre a nomeação de funcionários «Foi lido um officio do Inspetor Escolar deste círculo, de 9 do corrente, em que comunica haver dado entrada na Inspeção o officio referente à nova nomeação de servente interino para a escola central do sexo masculino desta cidade, recaindo essa nomeação num indivíduo que já ali havia estado e acerca do qual tem informações pouco lisonjeira ser para o que deve um empregado daquela natureza, pelo que pede para ser informado sobre se a respeito desta nomeação foi cumprido o artigo 394 do Regulamento de 19 de setembro de 1902 aplicável às escolas centrais. A Comissão deliberou responder que embora o artigo 394 do regulamento de 19 de setembro de 1902 não ter aplicação no caso de que se trata, o indivíduo nomeado para servente da escola central, reúne os requisitos exigidos no número único do mesmo artigo» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 10 de junho de 1914, fls.

91-92). Na sessão da Comissão Executiva, do dia 22 de julho de 1914 foi dito a propósito do pedido de fornecimento de livros de leitura e papel para as escolas, o seguinte «da Inspeção Escolar deste círculo, de 16 deste mês, em que pede o fornecimento de diferentes livros de leitura, papel e outro expediente, para o serviço de exames do 2º grau, nesta cidade, que devem realizar-se no próximo mês de Agosto. A Comissão mandou satisfazer este pedido» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 22 de julho de 1914, fl. 123). Na sessão da Comissão Executiva, de 19 de agosto de 1914 foi dito sobre verba para construção de escolas «do Inspetor Escolar deste círculo, do mesmo dia 18 deste mês, em que chama a atenção para a lei nº 264 sobre a verba de 200.000\$00 para construções escolares. A Comissão ficou inteirada» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 19 de agosto de 1914, fl.138). Na sessão da Comissão executiva do dia 26 de agosto de 1914 foi dito a propósito do pagamento dos delegados destacados para o serviço de exames «do Inspetor Escolar deste círculo, de 20 deste mês, enviando a folha das gratificações e subsídios dos seus delegados pelo serviço de exames do 1º grau e pedindo o seu pagamento. A Comissão mandou satisfazer a importância desta folha que é de 139\$00» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 26 de agosto de 1914, fl.143). Noutro documento o mesmo inspetor é referido a propósito de uma participação do Presidente da Câmara que deu a conhecer, onde deliberava não criar lugares de professores sem que para isso houvesse verba disponível. Neste documento o Inspetor pede também à Comissão Executiva que organizasse o processo de criação de um 4º lugar de professora para a escola feminina da freguesia oriental da cidade de Viseu «do Inspetor do círculo Escolar de Viseu, dando conhecimento do Sr. Presidente da Câmara lhe ter participado que esta tinha deliberado não criar lugares de professores sem ter receita própria e disponível para isso, e pedindo à Comissão para organizar o processo da criação de um 4º lugar de professora na escola feminina da freguesia oriental desta cidade, embora o processo a organizar fosse negativo. A Comissão deliberou que o Sr. Presidente da Comissão respondesse ao referido Inspetor, que ela ignorava, em presença das disposições legais, o que sejam processos negativos de criação de lugares de professores e que conforme o determinado superiormente, em circular de fevereiro do corrente ano, as Câmaras Municipais não podem remeter processos de criação daqueles lugares, sem que declarem a verba inscrita no orçamento para satisfazer ao encargo respetivo. Deliberou portanto a Comissão confirmar a resolução da Câmara, como foi participado ao referido Inspetor, visto não ter receita própria disponível para a criação do 4º lugar de professor da escola feminina da freguesia Oriental desta cidade, como não há para a criação de lugares de professores e de professoras para muitas outras escolas do concelho, onde a sua falta talvez seja mais sensível e mais difícil de suprir, por terem um só professor ou professora» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 9 de setembro de 1914, fl.7). Sobre o mesmo assunto é ainda dito «da Inspeção do círculo Escolar de Viseu, nº 61, de 16 do corrente, pedindo à Comissão lhe forneça, se não os originais, ao menos cópias de todas as peças do processo para a criação do 4º lugar de professora da escola primária da freguesia oriental desta cidade. A Comissão igualmente deliberou que o presente ofício fosse apresentado à Câmara para resolver sobre o assunto» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 30 de setembro de 1914, fl.20). Noutro documento de 4 de fevereiro de 1915, a Comissão Executiva recebe um ofício da Inspeção da 2ª circunscrição escolar de Coimbra, pedindo o cumprimento do decreto nº 389 de 26 de março de 1914, a fim de habilitar o Inspetor do círculo de Viseu a cumprir a lei «Da mesma procedência [Inspeção da 2ª circunscrição escolar de Coimbra] de 20 do mesmo mês de janeiro, pedindo o cumprimento do determinado no decreto nº 389 de 26 de março de 1914, a fim de habilitar o Inspetor de círculo a cumprir com o que a lei lhe preceitua. A Comissão ficou inteirada» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de fevereiro de 1915, fl.91). Num documento de 11 de fevereiro de 1915, da Comissão Executiva, o Inspetor escolar do círculo de Viseu pede para ser dada casa de habitação ou respetivo subsídio a professora «Do Inspetor Escolar deste círculo em que pede para ser dada casa de habitação ou o respetivo subsídio à professora de Povolido D. Maria da Piedade e Silva» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1915, fl.95). Noutro documento da mesma data, o mesmo Inspetor é referido em ofício solicitando material escolar para várias escolas «da mesma procedência [Inspetor Escolar deste círculo] enviando três requisições e pedindo para que outras que enviou, referentes a várias escolas sejam satisfeitas com a possível brevidade. A Comissão deliberou providenciar acerca deste assunto depois de realizada a arrematação do fornecimento de mobiliário e de material escolar que foi anunciado para o dia 25 do corrente, tendo com referência ao primeiro ofício, deliberado encarregar aos senhores vereadores do Pelouro da Instrução de providenciarem sobre o assunto do mesmo ofício» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de fevereiro de 1915, fl.95). Na sessão da Comissão Executiva de 4 de março, o Inspetor deste círculo escolar deu a conhecer o dia para a realização da festa nacional da árvore «Do Inspetor deste círculo escolar em que dá conhecimento da realização, no dia 7 do corrente da festa nacional da árvore, para a qual será organizada um cortejo no Largo Mouzinho de Albuquerque e convidando a Câmara a tomar parte nesta festa, A Comissão deliberou aceder a este convite» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 4 de março de 1915, fls. 105-106). Na sessão da Comissão Executiva de 11 de março de 1915 o Inspetor deste círculo refere-se aos alunos que apresentam falta de assiduidade que devem ser intimados a cumprirem a lei «Do Inspetor escolar deste círculo, de 5 deste mês, em que aludindo às faltas dos alunos às escolas lembra que os infratores sejam intimados com todas as formalidades legais para cumprirem a lei, ficando na Câmara a certidão de intimação com que terá de ser documentado o processo de multa quando haja lugar a ela. A Comissão encarregou a Presidência de providenciar acerca deste assunto» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 11 de março de 1915, fl. 109). Noutro documento o Inspetor é referido a propósito de uma solicitação de informação à Comissão Executiva sobre a situação de uma professora «Do Inspetor deste círculo escolar, de 29 de março findo, dizendo que tendo a professora de Gumirães solicitado autorização para residir nesta cidade, por ali não encontrar casa para habitação, pede para ser informado sobre se será conveniente fazer esta concessão à mesma professora. Em vista do exposto a Comissão concordou na referida concessão sem prejuízo do serviço da escola, sendo a mesma concessão até que consiga casa para o indicado fim» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 8 de abril de 1915, fl. 119). Na sessão da Comissão Executiva de 29 de abril de 1915 o Inspetor deste círculo refere-se à necessidade de reparação da escola do sexo feminino de Sanguinhedo de Côta. Também no mesmo documento, o Inspetor refere-se à professora de Vila Nova de Campo que interrompera os exercícios escolares devido a obras «Do Inspetor escolar, em que pede para ser devidamente reparada a casa da escola do sexo feminino de Sanguinhedo de Côta. A Comissão deliberou que a repartição de obras elabore o projeto e orçamento para a aludida reparação de forma que as obras se executem dentro das próximas férias grandes. Do mesmo inspetor, dizendo que a professora de Vila Nova de Campo, interrompera os exercícios escolares, em virtude de obras que andam em execução na casa da escola. Da aludida professora fazendo igual comunicação. A Comissão ficou inteirada acerca destes dois ofícios» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 29 de abril de 1915, fl. 130).

1914-01-21 Manuel António dos Santos Lima¹

Substituiu o inspetor António de Bastos Cardoso Pinto na sua licença, voltando ao exercício das suas funções, como professor [regente da escola central para o sexo masculino de Viseu]. Cf. Apêndice 2, nota 20.

1918-01-10 Albano de Mira Saraiva²

¹ «Também foi lido um ofício do Inspetor do círculo Escolar de Viseu, enviando um requerimento documentado de Maria Lucília da Mota Lima, pedindo para ser nomeada professora interina da escola central para o sexo masculino desta cidade, durante o impedimento do professor regente daquela escola que foi nomeado inspetor interino deste círculo escolar» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 14 de janeiro de 1914, fl. 10). Sobre o mesmo assunto foi lido «Do Inspetor interino do Círculo Escolar de Viseu, nº 390 com data de 19 do corrente a dizer que havendo assumido nesta data as funções de inspetor interino deste círculo escolar, lembra a esta Comissão o número único do artigo nº 2 do artigo 31 do regulamento para a fiscalização do ensino, de 23 de Agosto de 1911, publicado no Diário do Governo nº 198, de 25 do mesmo mês, segundo o qual regulamento deve ser incluído desde esta data na folha de vencimentos dos professores deste concelho, apenas com o vencimento de categoria, que lhe pertence como professor de 1ª classe na escola central desta cidade» (AMV, *Actas da Comissão Ex*, 21 de janeiro de 1914, fl. 10). Noutro documento é confirmado o nome do inspetor interino para o círculo escolar de Viseu «Do mesmo inspetor interino Manoel António dos Santos Lima, nº 414 de 19 deste mês pedindo à Comissão se digne comunicar-lhe todas as licenças de 15 dias que, de harmonia com o disposto no nº 8 do artigo 64º do Decreto de 29 de março de 1911, esta mesma Comissão haja concedido aos professores de instrução primária. A Comissão ficou inteirada» (*idem*, 21 de janeiro de 1914, fl. 10). O Inspetor é novamente citado em sessão da Câmara Municipal do dia 7 de fevereiro de 1914, referindo-se ao facto de que os concursos para escolas não devem ser abertos sem autorização superior «Presente um ofício do Inspetor interino [Manuel António dos Santos Lima] do círculo escolar de Viseu participando que, em cumprimento de ordens superiores não devem ser abertos concursos para escolas sem que superiormente sejam autorizadas» (AMV, *Actas*, 7 de fevereiro de 1914, liv. 43, fl. 20).

² «Do novo Inspetor Escolar deste Círculo Sr. Albano de Mira Saraiva, de 22 de Janeiro último, em que comunica ter entrado em exercício das suas funções, apresentando os seus cumprimentos e oferecendo a sua boa colaboração em tudo que depender da sua missão oficial. A Comissão deliberou agradecer» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 10 de janeiro de 1918, fl. 136).

APÊNDICE 6. SERVENTES REFERIDOS NOS DOCUMENTOS

Datas	Nomes	Observações
1914-01-30	João Pedro de Vasconcelos ¹	
1914-03-18	Maria da Conceição Rebelo ²	
1914-05-06	José Bernardino Pereira dos Santos ³	
1914-05-06	Manuel Pais Pereira Guedes ⁴	
1914-05-27	António de Magalhães ¹	

¹ «Lido um requerimento de João Pedro de Vasconcelos, servente da Escola Central do sexo feminino desta cidade, representando que lhe foi reduzido indevidamente o seu vencimento de 12\$ a 6\$ pedindo providências sobre o caso. A Câmara resolveu que o requerimento fosse presente à Comissão de Instrução para informações» (AMV, *Actas*, 30 de janeiro de 1914, liv. 43, fl. 96). Sobre o mesmo assunto foi dito, em ata da Comissão Executiva de 18 de março de 1914 «De João Pedro de Vasconcelos, servente da escola central do sexo masculino desta cidade, em que pede a exoneração deste lugar por não poder exercê-lo visto ter-lhe sido abonado o ordenado mensal de 6\$00 quando lhe pertence o de 12\$00. A Comissão concedeu esta exoneração e nomeou interinamente para o mesmo lugar a Maria da Conceição Rebelo» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 18 de março de 1914, fl. 36).

² «De João Pedro de Vasconcelos, servente da escola central do sexo masculino desta cidade, em que pede a exoneração deste lugar por não poder exercê-lo visto ter-lhe sido abonado o ordenado mensal de 6\$00 quando lhe pertence o de 12\$00. A Comissão concedeu esta exoneração e nomeou interinamente para o mesmo lugar a Maria da Conceição Rebelo» (*idem*, 18 de março de 1914, fl. 36).

³ «O Sr. Vereador Silva Sequeira propôs que ficasse sem efeito, por não ter sido feita nos devidos termos, a deliberação tomada na última sessão referente à nomeação interina do servente da escola central do sexo masculino desta cidade, propondo também que fosse nomeado interinamente para o referido lugar José Bernardino Pereira dos Santos, de Mouzelos. A Comissão aprovou estas propostas» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de março de 1914, fls. 43-44). O servente volta a ser referido a propósito de ter sido nomeado para olheiro da Câmara «O Sr. Presidente deu conhecimento de que José Bernardino Pereira dos Santos, de Mouzelos, que foi nomeado olheiro municipal em sessão da Câmara de 17 de abril último, começou a prestar serviços no dia 1º de maio com o salário de \$40 diários, deixando, por isso, de exercer o lugar de servente interino da escola central desta cidade, tendo sido no mesmo dia primeiro de maio comunicado ao professor regente da escola central a nomeação de Manoel Pais Pereira Guedes para servente interino da mesma escola, a qual foi feita na aludida sessão da Câmara de 17 de abril, começando também a prestar serviço no dia 1 de maio» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 6 de maio de 1914, fl. 70). Ainda a propósito deste assunto foi dito «De José Bernardino Pereira dos Santos, de Mouzelos, em que pede a exoneração de olheiro da câmara visto não lhe convir continuar a exercer este lugar, por lhe terem feito umas acusações falsas. A Comissão concedeu esta exoneração e nomeou para o referido lugar António de Magalhães» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 27 de maio de 1914, fl. 84). Este servente volta a ser citado novamente em sessão da Comissão Executiva de 3 de junho de 1914 «Do regente da Escola Central desta cidade, de 1 do corrente, comunicando que o servente da mesma escola Manoel Paes Pereira Guedes, deixou desde aquele dia, de prestar ali serviço por ter sido nomeado para outro lugar, pelo que pede para, com urgência, ser feito o provimento ao menos [de um] interino daquele lugar. A Comissão nomeou servente interino da dita escola José Bernardino Pereira dos Santos, de Mouzelos, freguesia de Campo» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 3 de junho de 1914, fl. 88). A propósito deste assunto, o inspetor escolar deste círculo pede esclarecimentos à Comissão executiva à cerca desta nomeação, por dizer possuir informações pouco lisonjeiras sobre o indivíduo em causa «Foi lido um ofício do Inspetor Escolar deste círculo, de 9 do corrente, em que comunica haver dado entrada na Inspeção o ofício referente à nova nomeação de servente interino para a escola central do sexo masculino desta cidade, recaindo essa nomeação num indivíduo que já ali havia estado e acerca do qual tem informações pouco lisonjeira ser para o que deve um empregado daquela natureza, pelo que pede para ser informado sobre se a respeito desta nomeação foi cumprido o artigo 394 do Regulamento de 19 de setembro de 1902 aplicável às escolas centrais. A Comissão deliberou responder que embora o artigo 394 do regulamento de 19 de setembro de 1902 não ter aplicação no caso de que se trata, o indivíduo nomeado para servente da escola central, reúne os requisitos exigidos no número único do mesmo artigo» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 10 de junho de 1914, fls. 91-92). Sobre este servente foi ainda dito «O Sr. Vereador Silva Sequeira propôs que ficasse sem efeito, por não ter sido feita nos devidos termos, a deliberação tomada na última sessão referente à nomeação interina do servente da escola central do sexo masculino desta cidade, propondo também que fosse nomeado interinamente para o referido lugar José Bernardino Pereira dos Santos, de Mouzelos. A Comissão aprovou estas propostas» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 25 de março de 1914, fls. 43-44).

⁴ «O Sr. Presidente deu conhecimento de que José Bernardino Pereira dos Santos, de Mouzelos, que foi nomeado olheiro municipal em sessão da Câmara de 17 de abril último, começou a prestar serviços no dia 1º de maio com o salário de \$40 diários, deixando, por isso, de exercer o lugar de servente interino da escola central desta cidade, tendo sido no mesmo dia primeiro de maio comunicado ao professor regente da escola central a nomeação de Manoel Pais Pereira Guedes para servente interino da mesma escola, a qual foi feita na aludida sessão da Câmara de 17 de abril, começando também a prestar serviço no dia 1 de maio» (*idem*, 6 de maio de 1914, fl. 70). Noutro documento este servente é referido a propósito de ter sido nomeado para outro lugar «Do regente da Escola Central desta cidade, de 1 do corrente, comunicando que o servente da mesma escola Manoel Paes Pereira Guedes, deixou desde aquele dia, de prestar ali serviço por ter sido nomeado para outro lugar, pelo que pede para, com urgência, ser feito o provimento ao menos [de um] interino daquele lugar. A Comissão nomeou servente interino da dita escola José Bernardino Pereira dos Santos, de Mouzelos, freguesia de Campo» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 3 de junho de 1914, fl. 88).

¹ «De José Bernardino Pereira dos Santos, de Mouzelos, em que pede a exoneração de olheiro da câmara visto não lhe convir continuar a exercer este lugar, por lhe terem feito umas acusações falsas. A Comissão concedeu esta exoneração e nomeou para o referido lugar António de Magalhães» (AMV, *Actas da Comissão Executiva*, 27 de maio de 1914, fl. 84).

APÊNDICE 7. ESCOLAS EXISTENTES EM 1904 E ENTRE 1910 E 1919

Freguesias	Analfabetos, 1911			Escolas/Lugares	Alunos, 1904			Escolas, 1910-1919		
	Total	M	F		M	F	Mis	M	F	Mis
Abraveses	2132	724	1161	Abraveses	75 ^(a)	67		Mas ¹		
				Esculca						Mis ²
Barreiros	627	188	310	Barreiros			33 ^(b)			
Boa Aldeia	917	240	481	Boa Aldeia	42	28				
Bodiosa	2179	658	1084	Bodiosa	42	7				
Calde	1683	702	876	Calde	65			Mas ³		
				Almargem					Fem ⁴	
Campo	1394	552	702	Campo	75	65				
Cavernães	1329	517	721	Cavernães			53 ^(b)		Fem ⁵	
Cepões	1618	620	880	Cepões			35 ^(b)			
Côta	1762	545	855	Nogueira			22 ^(b)			Mis ⁶
				Sanguinhedo		19 ^(b)			Fem ⁷	
				Vila dum Santo			39 ^(b)			
Couto de Baixo	1036	358	536	Couto de Baixo			40 ^(b)		Fem ⁸	
Couto de Cima	909	265	466	Couto de Cima	56	52				
Fail	510	128	283	Fail			34 ^(b)			
Farminhão	1065	325	301	Farminhão	49	26				
Fragosela	1147	391	575	Fragosela	40	50				
				Prime						Mis ⁹
Lordosa	1705	615	917	[Lordosa]			102 ^(b)			
				Bigas					(b) ¹⁰	
Mundão	866	300	483	Mundão			28 ^(b)			
Orgens	1505	483	688	Orgens	40	41				
				Travassós					(b) ¹¹	
Povolide	2316	898	1185	Povolide	78	39				
				Nesprido					(b) ¹²	Mis ¹³
Ranhados	1595	543	775	Ranhados	38	22				
				Repeses						Mis ¹⁴

¹ Em 9 de setembro de 1915 confirmou-se que em Abraveses havia uma escola masculina (AMV, Atas da Comissão Executiva, 15 de setembro de 1915, liv. inum, fl. 55).

² Criação da escola primária (AMV, Atas da Comissão Executiva, 20 de dezembro de 1917, liv. inum, fl. 116).

³ Confirmámos que se tratava de uma escola masculina na ata da Comissão Executiva de 11 de março de 1915 (AMV, Atas da Comissão Executiva, 11 de março de 1915, liv. inum, fl.109).

⁴ Criação da escola primária (AMV, Atas da CMV, 11 de janeiro de 1915, liv. 43, fl. 166).

⁵ Criação da escola primária (AMV, Atas da CMV, 30 de agosto de 1916, liv. 44, fl. 82).

⁶ Confirmámos que se tratava de uma escola mista na ata da Comissão Executiva de 11 de março de 1915 (AMV, Atas da Comissão Executiva, 11 de março de 1915, liv. inum, fl.109).

⁷ Confirmámos que se tratava de uma escola feminina na ata da Comissão Executiva de 14 de outubro de 1915 (AMV, Atas da Comissão Executiva, 14 de outubro de 1915, liv. inum, fl.73).

⁸ Criação de escola primária do sexo feminino de Couto de Baixo em 6 de fevereiro de 1915 (AMV, Atas da CMV, 6 de fevereiro de 1915, liv. 43, fl.190).

⁹ Criação da escola primária (AMV, Atas da CMV, 3 de janeiro de 1917, liv. 44, fl. 94).

¹⁰ Em 25 novembro de 1914 foi autorizado, pela CMV, o arrendamento da casa para a escola de Bigas (AMV, Atas da Comissão Executiva, 25 de novembro de 1914, liv. inum, fl.54).

¹¹ A 11 de fevereiro de 1915 a Escola de Travassós estava a funcionar, arrendada (AMV, Atas da Comissão Executiva, 11 de fevereiro de 1915, liv. inum, fl.95).

¹² A 16 de setembro de 1914 a Escola de Nesprido estava a funcionar, arrendada (AMV, Atas da Comissão Executiva, 16 de setembro de 1914, liv. inum, fl.18).

¹³ A 25 de março de 1914 a escola mista de Nesprido teve uma nomeação para professora de 1ª classe (AMV, Atas da Comissão Executiva, 25 de março de 1914, liv. inum, fl.41).

¹⁴ A 20 de maio de 1914 a escola de Repeses está a funcionar, arrendada (AMV, Atas da Comissão Executiva, 20 de maio de 1914, liv. inum, fl.80); em 1915 foi construída casa para a escola (AMV, Atas da CMV, 11 de junho de 1915, liv. 43, fl. 228).

Freguesias	Analfabetos, 1911			Escolas/Lugares	Alunos, 1904			Escolas, 1910-1919		
	Total	M	F		M	F	Mis	M	F	Mis
Ribafeita	1791	529	895	Ribafeita	74	60				Mis ¹
				Gumiei						
				Lustosa			63			
Rio de Loba	2505	811	1205	Barbeita			41 ^(b)	Mas ²		
				Gumirães						Mis ³
				Póvoa dos Sobrinhos			75			
São Cipriano	1330	411	689	Figueiró			65 ^(b)			
São João de Lourosa	2659	836	1315	Lourosa	60	46				
S. Pedro de France	2374	967	1245	France			50 ^(b)	Mas ⁴		
São Salvador	1661	532	740	S. Salvador	84	44				
				Vildemoinhos						Mis ⁵
Santos Evos	1398	556	703	Santos Evos			51 ^(b)			
Silgueiros	4260	1184	1901	Lages	28	53 ^(c)				
				Loureiro de Cima				Mas ⁶	Fem ⁷	
				Passos	121 ^(a)	78				
				Pindelo						Mis ⁸
Torredeita	1934	495	961	[Torredeita]	83	53				
				Vila Chã do Monte			32 ^(b)			
Vil de Soito	523	167	260	[Vil de Soito]			50 ^(b)			Mis ⁹
Vila Chã de Sá	972	339	463	Vila Chã de Sá			55 ^(b)		Fem ¹⁰	
Viseu	5058	814	1604	Ocidental	55	22			134 ¹¹	
				[Ocidental] Escola noturna ¹²	31 ^(b)					
	3092	537	1015	Ocidental	109	29				

Notas: ^{a)} Nestes casos não sabemos se os valores indicados se referem a escolas masculinas, se a escolas mistas. ^{b)} Nestes casos não sabemos se os valores indicados se referem a escolas masculinas, femininas ou escolas mistas. ^{c)} Nestes casos não sabemos se os valores indicados se referem a escolas femininas ou mistas.

¹ Criação da escola primária (AMV, Atas da CMV, 22 de novembro de 1916, liv. 44, fl. 89).

² Confirmámos que se tratava de uma escola masculina na ata da Comissão Executiva de 16 de dezembro de 1914 (AMV, Atas da Comissão Executiva, 16 de dezembro 1914, liv. inum, fls.67-68)

³ A 6 de fevereiro de 1915 a escola de Gumirães estava a funcionar, tendo sido pedidos consertos à CMV, pelo Inspetor (AMV, Atas da CMV, 6 de fevereiro de 1915, liv. 43, fl. 186).

⁴ Confirmámos que se tratava de uma escola masculina na ata da Comissão Executiva de 20 de janeiro de 1915 (AMV, Atas da Comissão Executiva, 20 de janeiro 1915, liv. inum, fl.87)

⁵ A 4 de março de 1915 a Escola de Vil de Moinhos estava a funcionar, arrendada (AMV, Atas da Comissão Executiva, 4 de março de 1915, liv. inum, fl.108).

⁶ A 12 de maio de 1915 a Escola masculina de Loureiro de Cima está a funcionar, arrendada (AMV, Atas da CMV, 12 de maio de 1915, liv. 43, fl. 212).

⁷ A 16 de setembro de 1914 a Escola feminina de Loureiro de Cima está a funcionar, arrendada (AMV, Atas da Comissão Executiva, 16 de setembro de 1914, liv. inum, fl.13).

⁸ Criação da escola primária (AMV, Atas da CMV, 22 de novembro de 1916, liv. 44, fl. 89).

⁹ Confirmámos que se tratava de uma escola mista na ata da Câmara Municipal de 18 de dezembro de 1913 (AMV, Atas da CMV, 18 de dezembro 1913, liv. 42, fl.221)

¹⁰ Criação da escola primária (AMV, Atas da CMV, 22 de novembro de 1916, liv. 44, fl. 89).

¹¹ Segundo a ata de 31 de julho de 1913 a escola do sexo feminina da freguesia ocidental tinha matriculado 134 alunas e tinha 3 professoras (AMV, Atas da CMV, 31 de julho de 1913, liv. 42, fl. 162).

¹² Não existe indicação da freguesia onde funcionava a escola noturna de Viseu.